



**SANDRA
BORGES
SOARES**

**ESTÁGIO DE TRADUÇÃO NA ABC TRADUÇÕES –
TRADUÇÃO JURÍDICA**



**SANDRA
BORGES
SOARES**

ESTÁGIO DE TRADUÇÃO NA ABC TRADUÇÕES – TRADUÇÃO JURÍDICA

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada (Ciências Jurídicas), realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Murcho Alegre, Professora Auxiliar, e da coorientação da Mestre Cláudia Maria Pinto Ferreira, Leitora do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais e professores que me ensinaram tudo o que sei e tornaram isto possível.

O júri

Presidente

Prof. Doutora Maria Eugénia Tavares Pereira
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Rosa Maria Marques Faneca de Oliveira
Membro do Centro de Investigação “Didática e Tecnologia na Formação de Formadores” (CIDTFF)
do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro (arguente)

Prof. Doutora Maria Teresa Murcho Alegre
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora).

agradecimentos

Quero agradecer às minhas orientadoras a Prof. Doutora Maria Teresa Murcho Alegre e a Mestre Cláudia Maria Pinto Ferreira, bem como, à ABC Traduções e especialmente à Ana Bela Cabral e ao Jorge Coelho, que me acolheram de braços abertos.

palavras-chave

Tradução, tradução jurídica, perfil do tradutor, estágio, ferramentas de apoio à tradução, inquérito a tradutores

resumo

O presente relatório de estágio realizado na ABC Traduções, no âmbito da Tradução Jurídica, inclui a apresentação da empresa e a descrição das tarefas realizadas no âmbito do estágio curricular. Neste relatório descreve-se e analisa-se, ainda, o perfil do tradutor e a importância do domínio das ferramentas de apoio à tradução. Esta análise é complementada com a apresentação dos resultados de um inquérito a tradutores relativo ao perfil do tradutor, às suas competências e à sua opinião sobre a utilidade e a necessidade das ferramentas de apoio à tradução no século XXI.

keywords

Translation, legal translation, translators' profile, internship, CAT Tools, translators' questionnaire

Abstract

This final report on the Legal Translation Internship at *ABC Traduções* includes the presentation of the translation agency and a description of the tasks carried out during the curricular internship. In this report the profile of translators and the importance of the mastery of CAT tools is described and analyzed. This analysis is furthered with the presentation of the results of a translators' questionnaire regarding the translators' profile and competences and their opinions regarding the need and use of CAT tools in the 21st century.

mots-clés

Traduction, traduction juridique, profil du traducteur, stage, outils d'aide à la traduction, enquête aux traducteurs

résumé

Le présent rapport de fin de stage en traduction juridique réalisée chez *ABC Traduções*, inclut la présentation de l'entreprise de traduction et la description des tâches réalisées pendant le stage curriculaire. Ce rapport décrit et analyse, aussi, le profil du traducteur et l'importance de la maîtrise des outils d'aide à la traduction. Cette analyse est enrichie par la présentation des résultats d'une enquête menée auprès de traducteurs en ce qui concerne le profil du traducteur, ses compétences et leurs opinions sur l'utilité et le besoin d'outils d'aide à la traduction au 21^{ème} siècle.

Índice

Índice de figuras	2
Introdução	4
1. O que é a tradução?.....	6
1.1. O que é a tradução jurídica?	8
1.2. Quem são os tradutores?	10
1.3. Ser tradutor no século XXI	11
1.3.1. Estudo do mercado nacional de tradução	12
2. Perfil do tradutor	19
2.1. Domínio das ferramentas de apoio à tradução	21
2.2. Programas de apoio à tradução	21
2.2.1 Déjà Vu	22
2.3. Principais vantagens e desvantagens das ferramentas de apoio à tradução	24
3. Estágio.....	27
3.1. Apresentação da Empresa	27
3.1.1. ABC Traduções	27
3.1.2. Caracterização da empresa.....	29
3.2. Perfil do Tradutor na ABC	31
3.3. Estágio na ABC Traduções	32
3.3.1. Preparação de traduções/ Criação de Vistas Externas	37
3.3.2 Programas de Apoio à Tradução - Déjà Vu.....	38
3.3.3. Alinhamentos	39
3.3.4. Tradução	39
3.3.5. Revisão	63
4. Conclusão.....	69
Referências bibliográficas:	72
Bibliografia Consultada:	72
Recursos Online:	72
Dicionários:	73
ANEXOS.....	74
ANEXO I.....	76
DOCUMENTOS ACADÉMICOS.....	76
ANEXO A	77
ANEXO B	80
ANEXO C	82
ANEXO D	83
ANEXO II.....	84
DOCUMENTOS DE EMPRESAS	84
ANEXO E	85
ANEXO F	97
ANEXO G	99
ANEXO III	104
JULGADOS DE PAZ	104
ANEXO H	105
ANEXO IV	108
DIVÓRCIOS.....	108
ANEXO I.....	109
ANEXO V.....	112
LEGISLAÇÃO	112
ANEXO J	113
ANEXO K	121
ANEXO VII	128
REVISÕES	128

ANEXO L – Revisão 1.....	129
ANEXO M – Revisão 2	131
ANEXO N – Revisão 3.....	131
ANEXO VIII	134
TUTORIAIS DÉJÀ VU	134
ANEXO O – Primeiros Passos	135
ANEXO P – Alinhamento	140

Índice de figuras

Fig. 1 – Sexo dos tradutores.....	14
Fig. 2 – Área de trabalho dos tradutores	14
Fig. 3 – Competências dos tradutores.....	15
Fig. 4 – Formação na área da Tradução	15
Fig. 5 – Importância da formação na área da Tradução	16
Fig. 6 – Experiência ou Formação.....	16
Fig. 7 – Tradução para a língua materna	17
Fig. 8 – Utilização de ferramentas no dia-a-dia.....	17
Fig. 9 – Ferramentas de apoio à tradução indispensáveis à profissão	18
Fig. 10 – Ferramentas utilizadas.....	21
Fig. 11 – Razão da utilização do programa	22
Fig. 12 – Sala de Formação SBV, Boneco de treino e Máscara de insuflação	32
Fig. 13 – Sala da reunião BNI, antes e durante a reunião, respetivamente	33
Fig. 14 – Membros BNI NIP.....	34
Fig. 15 – Vista Externa.....	36
Fig. 16 – Pré-tradução.....	36
Fig. 17 – Ambiente de trabalho Déjà Vu.....	135
Fig. 18 – Seleção do local para guardar o projeto.....	136
Fig. 19 – Seleção das línguas de trabalho	136
Fig. 20 – Seleção da memória de tradução	137
Fig. 21 – Seleção da base terminológica	137
Fig. 22 – Seleção do Texto de Partida.....	138
Fig. 23 – Projeto criado.....	138
Fig. 24 – Ambiente de trabalho para Tradução	139
Fig. 25 – Iniciar alinhamento	140
Fig. 26 – Criar novo alinhamento	140
Fig. 27 – Guardar alinhamento	141
Fig. 28 – Escolha das línguas e inserção dos documentos	141
Fig. 29 – Ambiente de trabalho do alinhamento	142
Fig. 30 – Seleção da memória para alinhamento.....	142
Fig. 31 – Alinhamento guardado na memória	143
Tabela 1 – Vantagens e desvantagens das ferramentas de tradução	25
Tabela 2 – Dificuldades de Tradução – Anexo A.....	42
Tabela 3 – Dificuldades de Tradução – Anexo B.....	42
Tabela 4 – Dificuldades de Tradução – Anexo C.....	43
Tabela 5 – Dificuldades de Tradução – Anexo D.....	44
Tabela 6 – Comparação da estrutura dos documentos académicos	44
Tabela 7 – Dificuldades de Tradução - Anexo E	49
Tabela 8 – Dificuldades de Tradução - Anexo F	50
Tabela 9 – Estrutura do certificado - Anexo G	51
Tabela 10 – Dificuldades de Tradução - Anexo G	54
Tabela 11 – Dificuldades de Tradução - Anexo H.....	57
Tabela 12 – Dificuldades de Tradução - Anexo I.....	59
Tabela 13 – Dificuldades de Tradução - Anexo J	61
Tabela 14 – Dificuldades de Tradução - Anexo K	63
Tabela 15 – Revisões.....	65

Introdução

Este trabalho pretende, primeiramente, apresentar e descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio de tradução na ABC Traduções, em Viseu, bem como a reflexão crítica sobre o mesmo, desde a tradução e os seus problemas, à revisão e enriquecimento de memórias de tradução. Começa por fazer uma caracterização do conceito geral de tradução, assim como da tradução jurídica. Aborda o perfil do tradutor e as suas competências, dando ênfase à competência instrumental (a capacidade do uso de ferramentas de tradução) que, como iremos ver, é uma competência fundamental para qualquer tradutor do século XXI. Este relatório foi desenvolvido tendo por base literatura da especialidade (conhecimento construído pelos autores/tradutores e especialistas em tradução), analisando, posteriormente, esses conceitos com base na experiência obtida através do estágio e chegando por fim a uma reflexão pessoal. Foi ainda realizado um inquérito por questionário de maneira a complementar as informações retiradas de bibliografia específica da área da tradução no que toca o perfil do tradutor, as suas competências e as ferramentas de tradução utilizadas, bem como se estas eram consideradas ou não indispensáveis à profissão. O questionário foi partilhado em dois grupos do Facebook de tradutores, “Tradutores com Vida” e “Associados da APTRAD”, obteve 112 respostas.

1. O que é a tradução?

Definir tradução como transferência de uma mensagem de uma língua para outra é insuficiente. Segundo Gouadec, a tradução tem como objetivo a comunicação e troca eficientes, ultrapassando obstáculos linguísticos potencialmente intransponíveis.

Translation aims at allowing effective communication – and trade – to take place by overcoming potentially insurmountable obstacles of a linguistic, symbolic, or physical nature: the language barrier, ignorance of a code system (pictograms) or physical impairments such as blindness or deafness (Gouadec, 2007, p.5).

Apesar desta definição de Gouadec ser um pouco mais abrangente, continua a não ser suficiente para definir o conceito de tradução. Segundo Robinson (2003), a tradução significa coisas diferentes para pessoas diferentes, dependendo do conhecimento que estas têm sobre a questão. Este conhecimento pode ser interno ou externo, sendo que os tradutores têm um conhecimento interno e os não tradutores um conhecimento externo:

A translator thinks and talks about translation from inside the process, knowing how it's done, processing a practical real-world sense of the problems involved, some solutions to those problems, and the limitations on those solutions (the translator knows, for example, that no translation will ever be a perfectly reliable guide to the original).

A non-translator (specifically a mono-lingual reader in the target language who directly or indirectly pays for the translation – a client, a book buyer) thinks and talks about translation from outside the process, not knowing how it's done but knowing, as Samuel Johnson once said of the non-carpenter, a well-made cabinet when s/he sees one (Robinson, 2003, p.6).

O termo “tradução” pode ser utilizado tanto para descrever uma profissão como o produto final. Um tradutor dirá que “tradução” é a sua profissão e que produz “traduções”. Mas, será a tradução mesmo vista como uma profissão? Esta questão é colocada por diversos autores e tem respostas diferentes. Relativamente ao *status* da tradução, Dam & Koskinen (2016) escreveram:

(...) translation has not reached full professional status, that it is not always practiced in professional settings, and that the boundaries of the field remain unstable, fuzzy and contestable. Translation practice is also undergoing significant reconstructing as new technological tools are reshaping translators' work in ways that are not fully in our sight yet (Dam & Koskinen, 2016, p.254).

Como podemos ver, as autoras concordam que a profissão do tradutor ainda não atingiu o seu expoente profissional máximo.

Num outro artigo do número 25 da revista online *The Journal of Specialised Translation*, as autoras afirmam que a tradução constitui uma prática que é suficientemente estável para ser identificada, definida e delimitada, e que é referida como uma “ocupação”, “semi-ocupação” ou uma “profissão (a emergir)” (Dam & Koskinen, 2016, p.2), pelo que, como podemos ver, definir tradução não é tão simples como aparenta e nem todos concordam em estabelecer tradução enquanto profissão.

No artigo conclusivo do mesmo número da revista online *The Journal of Specialised Translation*, podemos, ainda, ver que estas autoras se questionam acerca das práticas profissionais da tradução, de modo a tentar perceber melhor a “profissão”:

One way of understanding a professional practice is to look at its complete opposite, practice that it is seen as not being professional. Among our contributions, two distinct pathways emerge: some authors describe or define what is considered unprofessional conduct, and some others discuss non-professional practice. Hunziker Heed addresses the issue of L2 translation, a practice that is considered unprofessional by some professionals and professional institutions, particularly in central Europe, while seen as normal and also widely practiced in many other, more peripheral areas. Her research indicates that some arguments against translation out of your L1 language may not hold, and suggests that the field might need to reconsider the stigma of non-native translation (or the glorification of the native speaker) (Dam & Koskinen, 2016, p.260).

Para perceber melhor o que estas autoras dizem, L1 significa a primeira língua adquirida por alguém/língua materna, ou seja a tradução para a sua língua materna e, L2 significa tradução para uma segunda língua, ou seja, tradução para uma língua que não a materna. Como iremos ver mais adiante, a Diretora da ABC é da mesma opinião que as autoras, isto é, considera que

as leis do mercado ditam as regras e, por isso, o tradutor não pode traduzir apenas para a sua língua materna.

Quando iniciei os meus estudos em tradução, aprendi que, idealmente, um tradutor deveria apenas traduzir para a sua língua materna e pude também observar que em Portugal essa prática é muito recorrente, vendo muitos pedidos de tradução em que um fator eliminatório para a adjudicação da tradução é a língua de chegada não ser a língua materna do tradutor. No entanto, nem sempre é possível só traduzir para a sua língua materna e o tradutor tem que ser versátil e sentir-se à vontade para traduzir para outra língua. Vemos, assim, que o que uns tradutores consideram como não profissional ou pouco profissional, outros consideram uma prática recorrente.

Segundo Gouadec (2007), independentemente da língua de chegada da tradução, esta tem que cumprir algumas exigências como: os objetivos do cliente; as necessidades, requisitos ou especificações do utilizador e o uso, padrões e convenções aplicáveis (gramática, ortografia, terminologia, fraseologia, estilo, etc.). Pelo que, traduzindo ou não para a sua língua materna, o tradutor deverá ter o cuidado de seguir as normas e convenções das suas línguas de trabalho. Se, quando se trata de tradução para a sua língua materna, é um processo natural que se faz sem muito esforço, na tradução para uma segunda ou terceira língua o processo é mais demorado e menos natural e pode, por vezes, sofrer contaminações da língua materna do tradutor.

1.1. O que é a tradução jurídica?

A tradução jurídica é uma das vertentes da tradução especializada. Gouadec (2007) define tradução especializada como a tradução de materiais que:

- (1) refer to a highly specialized field or domain (e.g. law, finance, computer science, telecommunications, etc.),
- (2) and/or are of a particular type,
- (3) and/or are targeted at a particular audience or public through specific dissemination channels and/or are used by specialists in specific circumstances,
- (4) and/or are embedded in a particular medium (e.g. multimedia technology, film, video, ICT, etc.) therefore calling for use of special procedures, tools and protocols and leading to the emergence of new specialisms or even jobs (Gouadec, 2007, p. 28)

Como podemos ver pela definição de Gouadec, a tradução jurídica é a primeira a ser enumerada como exemplo de tradução especializada. Este tipo de tradução é de um domínio muito especializado e requer um certo conhecimento jurídico, dos termos jurídicos, das formas de tratamento, e de estruturas dos tipos de documentos jurídicos. Esta está, ainda, orientada para um público específico e tem canais de disseminação específicos. Gouadec acredita, ainda, que sendo a tradução jurídica um tipo de tradução tão específico, este deveria ser feito por pessoas com um conhecimento de base de direito, como advogados e juristas ou, no mínimo, tradutores e juristas que trabalhem em conjunto, sendo que o jurista tem a opinião final e essa seria a única forma de obter uma boa tradução jurídica. Apesar de concordar em muitos aspetos com Gouadec, neste ponto acredito que um tradutor com especialização em tradução jurídica, com sólidos conhecimentos de direito e que estude os diferentes tipos de documentos jurídicos, formas de tratamento e estruturas, será capaz de produzir uma tradução tão boa como a de um jurista. Acredito que um bom tradutor perde tempo com a pesquisa, e que a única vantagem do jurista em relação ao tradutor seria o domínio da terminologia, que, obviamente, é muito importante. No entanto, o conteúdo (os conceitos, a terminologia) está ao alcance de todos, mas a forma não. A forma (aqui entendida como as metodologias e técnicas de tradução e pesquisa, as técnicas de otimização do trabalho, como a utilização de ferramentas de apoio à tradução) só está ao alcance de quem as estuda, aprende e pratica. Ou seja, a transferência da mensagem é o principal objetivo da tradução e, para isso, o tradutor tem que ter excelentes conhecimentos linguísticos para fazer o seu trabalho e, com alguma pesquisa, também conseguirá encontrar o termo adequado para a transferência linguística. Claro que relativamente à correção da terminologia, um tradutor poderá sempre consultar um jurista e, deste modo, enriquecer e garantir a correção da sua tradução.

Quando é um documento considerado documento jurídico?

Šarčević define linguagem jurídica como comunicação entre especialistas. Restringindo, assim, a definição de documento jurídico e excluindo comunicação entre advogados e não advogados.

In keeping with Sager's definition of special-purpose languages, the language of the law is used strictly in special-purpose communication, thus excluding communication between lawyers and non-lawyers (Šarčević, 1997, p.9).

Harvey cita também a definição de Šarčević, considerando-a demasiado restritiva. Pensado da mesma forma que Harvey, um documento jurídico não pode ser apenas comunicação entre especialistas, o que excluiria uma grande parte do trabalho do tradutor.

This restriction disqualifies several text types which make up a large part of the translator's workload: contracts, judgments, correspondence with lawyers and legal authorities, etc. Indeed, one of the hallmarks of legal discourse is arguably that it is not restricted to specialists, but is (at least in theory) intended for the lay citizen. In some cases the lawyer acts as an intermediary or surrogate addressee, "translating" the Word of the law into everyday language (Cornu apud Harvey, 2002, p.178).

Para ajudar na caracterização do que é um documento jurídico, Harvey enumera algumas características da tradução jurídica, de entre as quais estão: a natureza do discurso jurídico; disciplina de sistemas vinculados culturalmente (o sistema legal é vinculado a nível nacional, o que torna difícil encontrar equivalentes em outras línguas com outros sistemas); a fidelidade (os especialistas em tradução jurídica definem fidelidade como alcançar o mesmo impacto no texto de chegada); ambiguidade e interpretação (sendo que alguma ambiguidade é propositada e se tenta manter no texto de chegada).

1.2. Quem são os tradutores?

What does it take to be a translator or an interpreter? What kind of person would even want to, let alone be able to, sit at a computer or in court day after day turning words and phrases in one language into words and phrases in another? Isn't this an awfully tedious and unrewarding profession? (Robinson, 2003, p.22).

Para Gouadec, existem algumas competências que todos os tradutores devem ter, sendo que a mais importante, que é também referida por diferentes autores, é a capacidade linguística. Deste modo, Gouadec caracteriza o tradutor da seguinte forma:

All translators have excellent language skills, excellent writing skills, and an interest in anything technical. All of them are also, perforce inquisitive, patient, methodical and thorough, at the cutting edge of IT, good at networking (with clients, colleagues, domain specialists, etc.) and, if possible, well versed in one or more specialist fields (Gouadec, 2007, p.87).

Na descrição de Gouadec, podemos notar que as competências linguísticas e de escrita são a base da profissão do tradutor. Podemos, ainda, assinalar que já em 2007 este autor falava das competências informáticas, que se pressupõe que qualquer tradutor em 2017 deve ter. Gouadec vai ainda mais longe, caracterizando os tradutores como inquisitivos, pacientes, metódicos e meticulosos.

Por outro lado, Robinson descreve os tradutores:

Translators and interpreters are voracious and omnivorous readers, people who are typically in the middle of four books at once, in several languages, fiction and nonfiction, technical and humanistic subjects, anything and everything. They are hungry for real-world experience as well, through travel, living abroad for extended periods, learning foreign languages and cultures, and above all paying attention to how people use language all around them: the plumber, the kids' teachers, the convenience store clerk, the doctor, the bartender, friends and colleagues from this or that region or social class, and so on (Robinson, 2003, p.23).

É interessante notar que a descrição que Robinson faz dos tradutores é uma descrição bastante pormenorizada. É de notar, também, a referência subtil que faz sobre a atenção que os tradutores prestam ao que os rodeia, desde as pessoas, a língua, os registos de linguagem, regionalismos e a cultura. Robinson caracteriza os tradutores como leitores ávidos com sede de saber e aprender. Enquanto estudante de tradução sinto que me enquadro bastante na descrição feita por Robinson, leio três ou quatro livros ao mesmo tempo, gosto de viajar e conhecer novas culturas e novas línguas, e presto atenção à maneira como as pessoas que me rodeiam usam a língua e a linguagem.

1.3. Ser tradutor no século XXI

Com o passar dos anos, o trabalho do tradutor deixou de se fazer em papel e caneta e passou a ser feito digitalmente. Cada vez existem mais programas de apoio à tradução que auxiliam o trabalho do tradutor em qualquer fase do processo de tradução. Estas ferramentas destinam-se a reduzir o tempo de tradução e/ou melhorar o processo e assegurar a uniformidade terminológica. Nestas ferramentas, incluem-se motores de busca, softwares de gestão de terminologia e extração de fraseologia, memórias de tradução, softwares de especialidade (como para legendagem, tradução de sites, localização de videojogos ou de software),

softwares de reconhecimento de voz, softwares de controlo de qualidade, processadores de texto, conversores de texto, entre outros.

Todos os dias o tradutor utiliza inúmeros programas para executar o seu trabalho. Na maioria das vezes, o tradutor recebe um cliente que lhe dá uma tradução jurídica em suporte de papel para fazer. Antes de poder começar a traduzir, o tradutor tem que digitalizar o documento, passá-lo por um conversor de OCR, convertê-lo para um suporte editável (normalmente MS Word), verificar se o OCR foi bem feito e não trocou caracteres ou não alterou a formatação. Só depois de tomar todos esses passos, irá introduzir o documento no programa de apoio à tradução para começar o seu trabalho. Só depois de criar um projeto no programa de apoio à tradução da preferência do tradutor (ou exigido pelo cliente), selecionar as línguas de trabalho, a memória de tradução e a base terminológica é que o tradutor vai começar a trabalhar na tradução. Depois de terminar a tradução no programa, terá que rever o seu trabalho, exportar o documento, verificar novamente a tradução em suporte MS Word e verificar a formatação e, finalmente, imprimir a tradução para que esta seja entregue ao cliente.

Até que ponto os programas de apoio à tradução vieram auxiliar o tradutor do século XXI? Não seria mais simples pegar num papel e numa caneta e começar logo a tradução? Será que ganhamos mesmo tempo ao trabalhar com as ferramentas de tradução? Ou estamos simplesmente a perder tempo?

Todas estas questões são colocadas por tradutores diariamente. E serão abordadas por mim mais adiante, na reflexão sobre as ferramentas de tradução (ver ponto 2.3. Principais vantagens e desvantagens das ferramentas de apoio à tradução).

1.3.1. Estudo do mercado nacional de tradução

Como foi dito na introdução, de modo a complementar a bibliografia na área da tradução relativa ao perfil do tradutor, as competências que este deve ter e o domínio de ferramentas de apoio à tradução, foi criado um questionário para ter uma ideia do que os meus colegas tradutores pensavam sobre as questões que estava a analisar para o relatório de estágio. Com o objetivo de fazer um estudo do mercado de tradução nacional e comparar essa informação com a que li de vários autores internacionais, criei um questionário, que partilhei em dois grupos de tradutores no Facebook, “Tradutores com Vida” e “Associados APTRAD”. Desta

forma, as respostas obtidas através do questionário eram tanto de estudantes de tradução como de tradutores profissionais.

O questionário tinha 18 questões que considerei relevantes para o estudo do mercado português da tradução e, desta forma, comparar as suas respostas com a ideia que tinha e com o que li em autores estrangeiros.

As primeiras questões eram referentes ao sexo, idade, profissão (tradutor, fornecedor de serviços de tradução, estudante ou outro), ao facto de serem freelancers ou trabalharem *in-house*, bem como a área de trabalho (tradução técnica, jurídica, literária, etc.). A pergunta seguinte visava saber da existência ou não de formação na área de tradução e há quanto tempo exerciam a profissão de tradutor. Através destas questões base foi-me possível analisar e diferenciar as respostas por grupo etário, anos de experiência na profissão e se tinham ou não formação na área. De seguida, apresentava-se uma secção relativa às competências do tradutor. A primeira questão era se estes deviam ou não traduzir apenas para a sua língua materna, depois pedia-se para justificarem a resposta dada. A questão seguinte pedia para assinalarem as competências que consideravam mais importantes entre: domínio das línguas de trabalho, domínio das ferramentas de tradução, especialização, formação na área da tradução, experiência e traduzir apenas para a sua língua materna. A seguir, perguntava-se se consideravam a formação na área da tradução um fator importante e, de seguida, pedia-se para escolherem qual consideravam mais importante entre a experiência e a formação; pedia-se, ainda, para justificarem a resposta. De seguida, uma nova secção relativa às ferramentas de apoio à tradução. A primeira questão era se utilizavam ou não alguma ferramenta no seu dia-a-dia. De seguida, perguntava-se que ferramentas utilizam, oferecendo-se uma lista. A terceira pergunta procurava estabelecer a razão da utilização da ferramenta ou ferramentas mencionadas anteriormente. A questão seguinte era se consideravam o domínio das ferramentas de tradução indispensável à profissão do tradutor e pedia-se, ainda, que justificassem a resposta dada. Na última questão pedia-se para darem a sua opinião sobre as ferramentas de tradução, no sentido de tentar perceber se estes as viam como uma ajuda ou um óbice.

Através das respostas do questionário feito a 112 tradutores, foi possível chegar a algumas conclusões.

Tal como Gouadec afirmava em 2007 na sua obra *Translation as a Profession*, depreende-se dos resultados que é uma profissão maioritariamente de mulheres, ou que estas foram mais recetivas ao questionário (ver fig. 1).

Sexo (112 respostas)

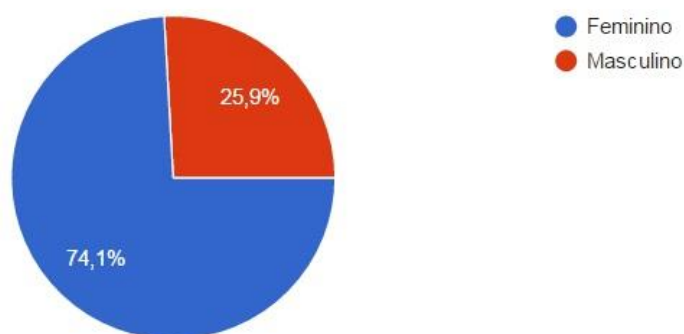


Fig. 1 – Sexo dos tradutores

Podemos ver que 74,1% das respostas são de mulheres, podendo, ainda, comprovar que há mais tradutores técnicos e jurídicos do que literários, o que se veio a alterar nos últimos anos, tendo a tradução literária perdido terreno para a tradução técnica e jurídica (ver fig. 2).

Área de trabalho (112 respostas)

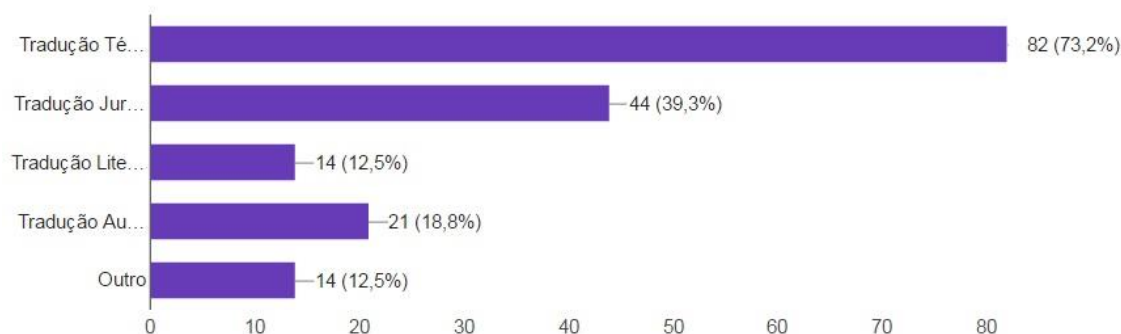


Fig. 2 – Área de trabalho dos tradutores

[Tradução Técnica; Tradução Jurídica; Tradução Literária; Tradução Audiovisual; Outro]

Relativamente às competências do tradutor, o domínio das línguas de trabalho é a competência que consideram mais importante, sendo que 107 pessoas das 112 a assinalaram. O domínio das ferramentas de apoio à tradução vem em segundo lugar, com 66,4% das pessoas a assinalar a opção. Em terceiro, está a formação na área de tradução, com 62,7%, seguida da experiência na área com 60,9%. Em quinto, está a especialização, com 60%, e em sexto está a tradução para a língua materna, a qual 34 pessoas consideram fundamental. Em “outro”,

temos respostas como: “saber escrever bem”, “domínio da terminologia” e “gestão do tempo” (ver fig.3).

Competências do tradutor (110 respostas)

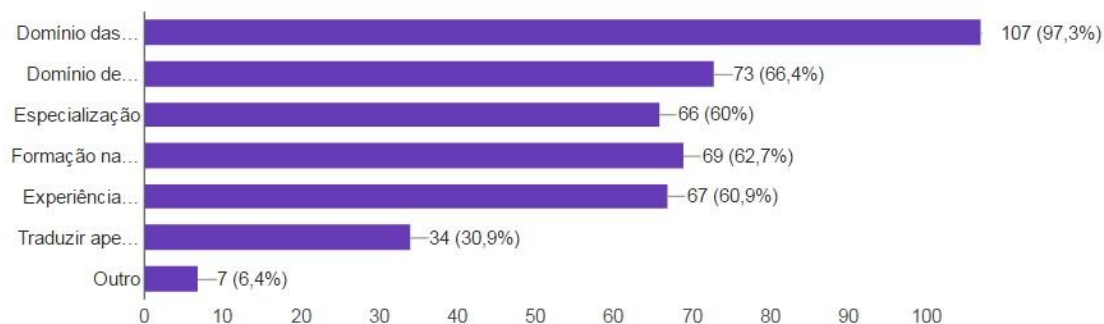


Fig. 3 – Competências dos tradutores

[Domínio das línguas de trabalho; Domínio de ferramentas de tradução; Especialização; Formação na área; Experiência na área; Traduzir apenas para a língua materna; Outro]

Das 112 pessoas que responderam a este questionário, 89,3% têm formação na área da tradução (ver fig.4).

Tem formação na área da tradução? (112 respostas)

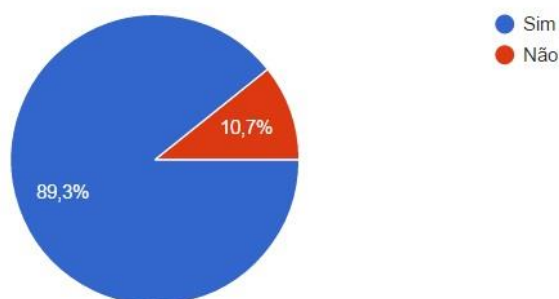


Fig. 4 – Formação na área da Tradução

E 91,8% considera que a formação na área da tradução é importante (ver fig.5).

Considera a formação na área de tradução um fator importante? (110 respostas)

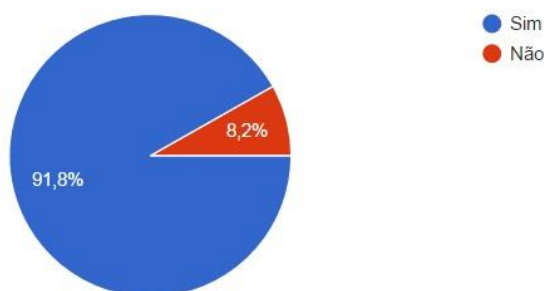


Fig. 5 – Importância da formação na área da Tradução

Por norma, estudantes ou tradutores com pouca experiência acreditam que a formação seja mais importante do que a experiência. Assim como os tradutores sem formação acreditam que a experiência seja o mais importante, dando pouca ou nenhuma importância à formação na área da tradução.

Qual das duas considera mais importante na área da tradução? (110 respostas)

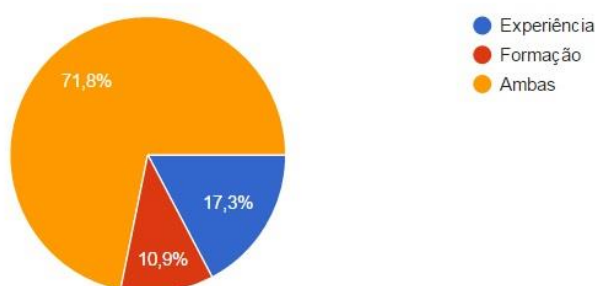


Fig. 6 – Experiência ou Formação

No entanto, sendo que no questionário havia a opção de colocar que são ambas importantes, não conseguimos uma resposta sobre qual das duas seria a mais importante. A maioria das pessoas respondeu que as duas se complementavam, sendo que a formação dava as bases e que a experiência ajudava a consolidar os conhecimentos adquiridos durante a formação, tendo, ainda, aprendido mais com a experiência do que na formação. Algumas pessoas referiram, ainda, que a formação pecava por ser demasiado teórica. Enquanto finalista do curso de Mestrado em Tradução Especializada na Universidade de Aveiro, não concordo com a última afirmação dada por alguns tradutores. A formação em Tradução, desde a Licenciatura ao Mestrado, na Universidade de Aveiro, sempre teve uma componente prática bastante

forte, o que ajudou imenso a perceber a realidade e nos prepararmos para o mundo do trabalho.

Relativamente ao debate “Tradução para a língua materna” ou não, a maioria dos tradutores diz que só se deve traduzir para a língua materna, mas a diferença entre a resposta sim e não, não é tão grande quanto eu esperaria que fosse (ver fig.7).

Concorda com a afirmação que o Tradutor só deve traduzir para a sua língua materna?

(110 respostas)

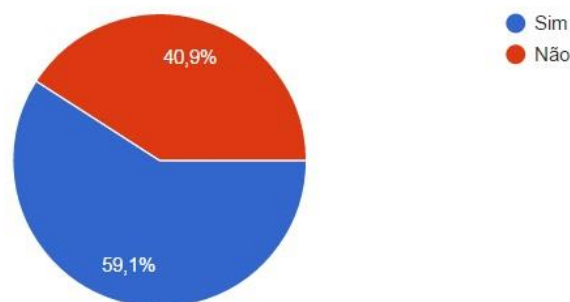


Fig. 7 – Tradução para a língua materna

Foi ainda perguntado se utilizavam ferramentas de apoio à tradução no seu dia-a-dia: 76,4% responderam que sim, 12,7% responderam que não e 10,9% responderam que raramente utilizavam (ver fig.8).

Utiliza alguma ferramenta de tradução no seu dia-a-dia? (110 respostas)

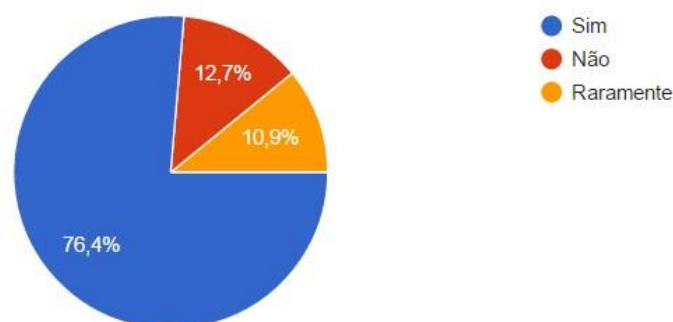


Fig. 8 – Utilização de ferramentas no dia-a-dia

À pergunta “considera que as Ferramentas de Apoio à Tradução são indispensáveis na profissão do tradutor?”, 67,3% das pessoas responderam que sim, incluindo algumas pessoas

que tinham anteriormente respondido que não utilizavam ferramentas ou que as utilizavam raramente (ver fig.9). Quero, também, salientar que das pessoas que responderam que não, muitas têm idade superior a 50 anos ou muitos anos de experiência, tendo aprendido a fazer o seu trabalho sem elas e considerando que não as ajudariam, só as atrapalhariam. Muitos referiram, ainda, que as ferramentas só se tornam úteis e rentáveis se os tradutores as conhecerem bem e souberem trabalhar bem com elas, de outra forma acabam por atrapalhar mais do que o que poderiam ajudar.

Considera o domínio de ferramentas de tradução indispensável à profissão do tradutor?
(110 respostas)

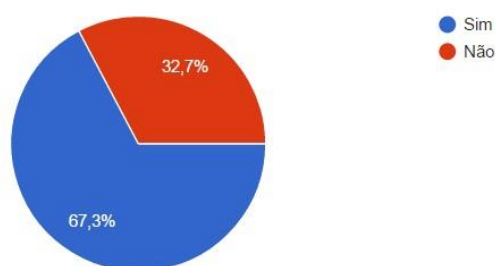


Fig. 9 – Ferramentas de apoio à tradução indispensáveis à profissão

Como podemos ver 76,4% dos tradutores utiliza programas de apoio à tradução todos os dias e 67,3% consideram que são indispensáveis à profissão (ver fig.8). Ser tradutor no século XXI é isso mesmo. Vivemos numa era tecnológica e devemos estar a par dos avanços mais importantes na nossa área para conseguir fazer o nosso trabalho da melhor maneira, rápida e eficientemente. Foi perguntado em que área os tradutores trabalhavam, de modo a estabelecer a razão de usar ou não ferramentas para completar o seu trabalho. Fiquei surpreendida ao notar que muitos tradutores da área jurídica não utilizavam ferramentas por não as acharem proveitosas para a sua área, quando é uma área bastante repetitiva, com muita terminologia específica e que envolve muita pesquisa, tal como a área técnica. Acredito que esta afirmação é feita devido à forma como são, por norma, entregues as traduções jurídicas, em formato de papel ou digitalizadas, o que obriga a fazer uma conversão para um formato editável e a que seja necessário formatar e conferir o documento, o que, de facto, faz perder muito tempo antes e depois da tradução (mais informações sobre as ferramentas são apresentadas no ponto 2.2.).

2. Perfil do tradutor

Relativamente ao perfil do tradutor há diversas opiniões. Este pode variar de empresa para empresa, de cliente para cliente, e mesmo de tradutor para tradutor, mas existem algumas características que se mantêm, nomeadamente o domínio das suas línguas de trabalho. Para Gouadec (2007), os tradutores podem vir de duas áreas distintas: das línguas ou das áreas técnicas. No entanto, independentemente da área de origem estes devem:

(1) master their working languages perfectly (i.e. be able to understand the slightest detail and subtle shade of meaning of the material for translation and be able to write clearly and fluently in the target languages), (2) be perfectly familiar with every kind of documentation, information retrieval and data research technique, (3) be at home with terminology and phraseology mining and management (4) have at least a layman's knowledge of a wide range of subjects in the fields of science, technology, economics, etc., (5) master all the translation-localization (and revision) techniques, methods and procedures, (6) be totally proficient in the use of all the equipment and software they are likely to come across in their professional environments, (7) be familiar with best professional practice and professional ethics, (8) have some knowledge of commercial and financial management, (9) have some experience of Project management and (10) be able to communicate and interact efficiently and amiably with a variety of people (Gouadec, 2007, p.328).

Como podemos ver, a descrição do perfil do tradutor de Gouadec é bastante completa. Este enumera, ainda, uma lista de competências que os empregadores esperam dos tradutores, como: as competências linguísticas (conhecimento perfeito das línguas de trabalho essencialmente da língua de chegada); conhecimento de ferramentas de tradução específicas; habilitações (como uma licenciatura em tradução); conhecimento dos processos de controlo de qualidade; competências particulares específicas como escrita técnica, revisão, gestão de terminologia, pré-tradução, gestão de network, etc.; gestão de projetos; experiência no ramo da tradução (Gouadec, 2007, pp. 329-330).

Le Poder (2014) reúne num artigo do número 25 da revista online *The Journal of Specialised Translation*, o que vários autores consideram ser as competências dos tradutores, passo a citar alguns:

Nord [...] signale trois composantes de la compétence traductrice. Il s'agit de la compétence de transfert, la compétence linguistique et la culturelle. Dans une étude postérieure, elle tient compte d'autres éléments qui rentrent en jeu: la compétence pour évaluer les traductions, la compétence qui consiste à savoir se documenter, la compétence de réception textuelle et celle de production textuelle (Le Poder, 2014, p.114)

Hurtado [...] met en relief plusieurs compétences: la compétence communicative (deux langues), la compétence extralinguistique; la compétence d'analyse et de synthèse; la compétence traductionnelle (Le Poder, 2014, p.115)

Gille [...] présente une division en cinq composantes des éléments de base de la compétence traductionnelle dans un contexte professionnel: une compréhension suffisante de la langue de départ sous sa forme écrite; des connaissances extralinguistiques générales ou spécialisées; une bonne capacité rédactionnelle en langue d'arrivée; une maîtrise des principes et de la démarche du traducteur ou de la traductrice; une connaissance des aspects pratiques et commerciaux du métier.

Cette révision chronologique des modèles de compétence traductrice provenant du monde académique laisse clairement entrevoir qu'il existe un consensus concernant les incontournables compétences que doivent posséder les traducteur/traductrices qui peuvent être résumées en compétences linguistique, extralinguistique, de transfert et instrumentale et professionnelle (Le Poder, 2014, p.116)

Robinson (2003) também dá a sua opinião acerca das competências que um tradutor deve ter. Este divide-as em três grupos: em relação ao texto, em relação ao cliente e em relação à tecnologia. Em relação ao texto encontramos: a atenção para o detalhe; sensibilidade para as necessidades do utilizador; pesquisa e verificação. Em relação ao cliente temos: a versatilidade; promessas (para cumprir os prazos); cordialidade e, confidencialidade. Finalmente, em relação à tecnologia, o domínio de hardware e software (pp. 12-13).

Como podemos ver, a enumeração das competências que os tradutores devem ter são um pouco homogêneas. Tendo-se introduzido, recentemente, o domínio das ferramentas de apoio à tradução. Podemos, ainda, ver através do questionário (referido no ponto 1.3.1.) que os tradutores têm também uma ideia homogênea das competências que os tradutores devem ter, sendo que o domínio das línguas de trabalho é a mais importante, segue-se também saber escrever, formação na área e o domínio de ferramentas de apoio à tradução.

2.1. Domínio das ferramentas de apoio à tradução

O domínio das ferramentas de apoio à tradução é importante para o tradutor. Se este quiser trabalhar numa empresa de tradução terá que ter conhecimentos de diversas ferramentas de apoio à tradução e poderá mesmo querer utilizar uma enquanto tradutor freelancer. Para as empresas, a utilização das ferramentas de apoio à tradução torna as traduções mais rápidas e mais rentáveis, principalmente se trabalharem com clientes que enviam muitas traduções repetitivas e semelhantes, ou de grande volume. Podendo, assim, fazer-se um reaproveitamento do trabalho feito anteriormente. Muitos tradutores freelancer sentem que se não dominarem pelo menos uma ferramenta de apoio à tradução serão penalizados na adjudicação de traduções.

2.2. Programas de apoio à tradução

Através das respostas do questionário que fiz (ver 1.3.1.), consegui determinar os programas mais utilizados. Sendo que já tinha uma noção de que o SDL Trados e o memoQ eram dos mais utilizados, através do questionário confirmei as minhas espetativas. O SDL Trados é o mais utilizado, com 74 pessoas das 110 a responderem que o utilizavam. Seguido pelo memoQ, com 47 pessoas e depois pelo Wordfast com 26. Outros programas foram acrescentados aos da lista, nomeadamente: Transit; Translation workplace; Memsources (6 pessoas); Smartling; x_bench; MateCAT; idiom, entre outros (ver fig.10).

Quais as ferramentas que utiliza? (110 respostas)

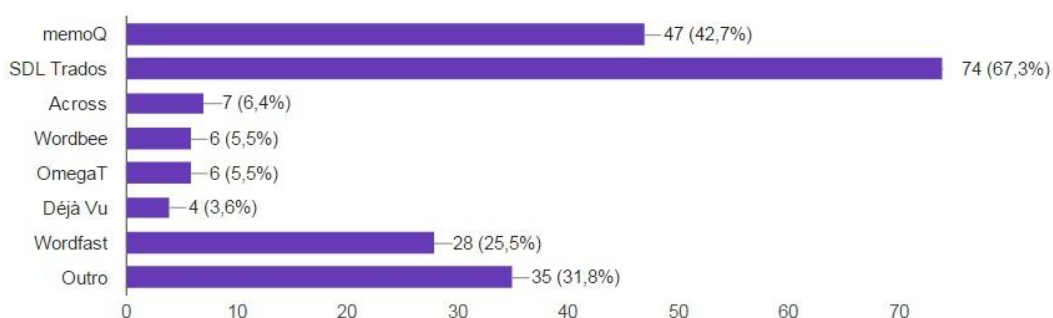


Fig. 10 – Ferramentas utilizadas

Foi, ainda, perguntado o motivo pelo qual utilizavam a ferramenta ou ferramentas referidas, 46,4% das pessoas respondeu que foi por escolha própria. Em “outro” temos as respostas dos

que não utilizavam nenhuma ferramenta ou a referir que havia ferramentas que utilizavam que lhes tinham sido impostas pelo cliente e outras por escolha própria (ver fig.11).

Porque utiliza o(s) programa(s) que referiu? (110 respostas)

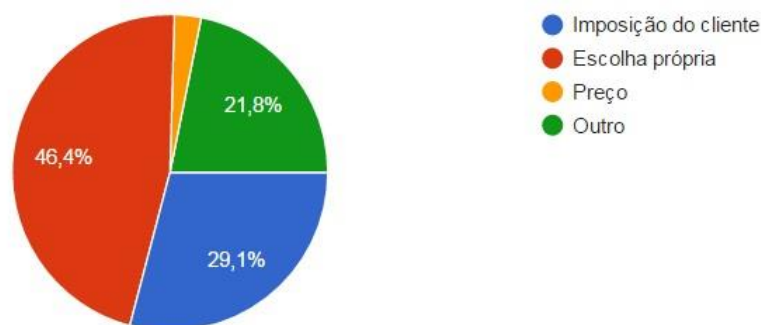


Fig. 11 – Razão da utilização do programa

Nesta questão pensei que teria mais escolhas de ferramentas baseadas no preço da mesma, o que não aconteceu, e pensei também que haveria uma percentagem maior de pessoas que utilizavam uma ferramenta imposta pelo cliente/empresa com que trabalham.

Como podemos ver, a oferta de ferramentas de apoio à tradução é bastante variada e o tradutor escolhe a que mais se adapta às suas necessidades.

2.2.1 Déjà Vu

O Déjà Vu foi a ferramenta que utilizei durante o meu estágio na ABC Traduções.

2.2.1.1. Apresentação do programa

O Déjà Vu é um programa de apoio à tradução que foi criado em 1993 por um tradutor para tradutores e sempre foi visto como uma das ferramentas de tradução mais intuitivas. O desenvolvimento e marketing desta ferramenta são feitos pela Atril, que tem a sede internacional em Paris. A versão mais recente deste programa é o Déjà Vu X3 9.0.738, que foi lançado em julho de 2016.

O Déjà Vu X3 – utilizado na ABC, tem uma nova interface que foi cuidadosamente desenhada seguindo as diretrizes da experiência do utilizador da Microsoft para melhorar a usabilidade e assegurar a consistência com outros programas muito conhecidos, de modo a fomentar a descoberta das funções do programa. Segundo o Diretor Executivo da Déjà Vu, Daniel Benito,

a área em que mais melhoraram na nova versão foi a experiência do utilizador, melhorando a usabilidade do produto quer para principiantes quer para utilizadores avançados. Para os novos utilizadores, o objetivo é reduzir significativamente o tempo de aprendizagem, melhorando as funções de descoberta, e reduzir a sobrecarga de informação. Para os utilizadores mais experientes, visa garantir que sejam ainda mais eficientes com esta nova versão. O ponto fulcral da nova versão é o *start screen* que faz com que seja muito mais fácil começar a traduzir, ao fornecer um set visual que pode ser assimilado por utilizadores sem qualquer experiência com o programa.

2.2.1.2. Principais funcionalidades:

- DeepMiner (fuzzy match repair);
- Dynamic AutoWrite;
- Integração direta da tradução automática;
- Ambiente de tradução completo com funções automáticas como propagação automática e verificação da terminologia;
- Compatibilidade e interoperabilidade de ficheiros sem correspondência (*unmatched*);
- Vista *Multi-File* – Com o *Multi-file Live Preview* para Office podemos seguir o progresso na tradução em ficheiros Office em tempo real, não necessitando ter o Office instalado;
- Formatação *inline* e corretor ortográfico;
- Módulo de *Quality Assurance*;
- Projetos multilingues, multiformatos e multi-ficheiros;
- Projetos e bases de dados multilingues;
- Correspondências (*matches*) garantidas;
- Intelligent Quality;
- SmartView;
- Alinhamento de ficheiros previamente traduzidos;
- Alinhamento de projetos Multi-file e Multi-format;
- Extração de termos;
- Função avançada de pré-tradução;
- Administração da Memória de Tradução e da Base de Termos.

2.2.1.3 Detalhes do Software:

Preço: Déjà Vu Professional X3 – 420€

Tipo de Licença: Perpétua

Formatos aceites: Microsoft Office (Word, Excel, Powerpoint...); RTF; PDF; XLIFF; SDLXLIFF; TMX; XML; FrameMaker (MIF); Java Properties (.properties); HTML; HTML Help; RC; C/Java/C++; Text; Trados Workbench; Trados TagEditor; JavaScript; Access (MDB); OpenOffice; OpenDocument, entre outros.

Requisitos do Sistema:

- Sistema Operativo: Windows 10 (beta); Windows XP; Windows Vista; Windows 7; Windows 2000; Windows 8.
- Requisitos mínimos do sistema: 1GHz ou mais rápido. Processador 32-bit (x86) ou 64-bit (x64). 1GB RAM.

Compatibilidade: Compatível com todas as Ferramentas de apoio à Tradução no mercado.

Suporte e *upgrades*:

- Suporte e *upgrades* oferecidos/incluídos: Suporte técnico gratuito através do *support ticket center*; os *updates* gratuitos, mas os *upgrades* não são; Suporte na Comunidade gratuito.
- Links e tutoriais de suporte: Acedendo ao *Resource Center*.

Versão Trial: 30 dias

Línguas suportadas: Todas as línguas suportadas pelo Windows.

2.3. Principais vantagens e desvantagens das ferramentas de apoio à tradução

Como já vimos, a maioria dos tradutores utiliza ferramentas de apoio à tradução no seu dia-a-dia, alguns por escolha própria, outros por imposição do cliente. No entanto, já são consideradas indispensáveis para a tradução no século XXI. Deste modo podemos determinar que as vantagens se sobrepõem às desvantagens. Na lista que irei enumerar incluirei não só a minha opinião pessoal, como a dos tradutores que responderam ao meu questionário, sendo que as opiniões não são muito divergentes e assentam mais ou menos nos mesmos pontos.

Vantagens	Desvantagens
Ajudam a manter a formatação do texto de partida	Tempo de aprendizagem da ferramenta
Tradução mais rápida	Tempo perdido antes de poder colocar o documento na ferramenta
Mais consistência	Tempo de atualização das memórias de tradução
Mais coerência	Tempo perdido com problemas técnicos, de <i>software</i> ou <i>bugs</i>
Tornam a tradução mais rentável com o reaproveitamento de traduções anteriores	Não ver onde estamos no documento, o que obriga a ter um PDF aberto e orientar-se por este
Melhoram a produtividade	Quebra o ritmo da tradução e pode ser uma distração
Melhoram a qualidade	Preço das licenças e atualizações
Ajudam no controlo da qualidade	
Criação de bases terminológicas e memórias de tradução	
Disposição em segmentos lado a lado ajuda na tradução	
Ajudam a detetar erros e inconsistências	
Diminuem o tempo perdido em segmentos repetitivos	
Ajudam na tradução de um projeto com vários tradutores	

Tabela 1 – Vantagens e desvantagens das ferramentas de tradução

Como podemos ver pela tabela anterior, as vantagens ultrapassam as desvantagens. Apesar de o tradutor ter que passar por muitos mais passos numa tradução com ferramenta de apoio à tradução, do que numa tradução de papel e caneta, a qualidade e a rentabilidade da tradução serão superiores, o que fará com que o tradutor veja as ferramentas de apoio à tradução como aliadas no seu trabalho. Ao utilizar as ferramentas de apoio à tradução, o

tradutor irá, eventualmente, perder cada vez menos tempo com pesquisa, à medida que vai tendo mais trabalho e adicionando as suas traduções à memória de tradução do programa eleito.

3. Estágio

3.1. Apresentação da Empresa

3.1.1. ABC Traduções

Tradução, Formação e Eventos

Quando iniciei o meu estágio, a empresa englobava as três vertentes na marca Gabinete ABC. Posteriormente a empresa separou-se em ABC Traduções e Eleva. A Eleva engloba, agora, a vertente formativa e de eventos.

A ABC Traduções está sediada em Viseu desde 1996. Neste momento, encontra-se no Bairro de Sta. Eugénia e conta com dois colaboradores presenciais, a Diretora da empresa e um Assistente Administrativo. A empresa conta, ainda, com o estagiário ocasional, que foi o meu caso de 2 de janeiro a 31 de março de 2017.

A empresa tem cerca de 45 tradutores na sua base de dados. As principais línguas de trabalho são o francês, o inglês, o alemão, o espanhol, o neerlandês e o italiano, sendo o francês e o inglês as línguas com maior fluxo de trabalho.

Os tradutores da ABC são especializados em tradução jurídica, tradução técnica, tradução de catálogos, de websites, de trabalhos científicos e de documentos oficiais. A empresa assegura, ainda, serviços afins da tradução como: serviços de processamento de texto, edição, locução, legendagem, revisão linguística e certificação de traduções. Sempre que necessário, a ABC certifica as traduções, quer por ajuramentação (com selo branco, feito pela Diretora) ou certificação notarial (feito por um notário ou solicitador). Uma tradução certificada é um documento notarial (pode ser emitido por advogados, notários e solicitadores), que certifica a identidade da pessoa que se apresenta como tradutor e assegura a fidelidade da tradução ao original apresentado. A tradução certificada consiste em três documentos: a declaração do notário e do tradutor, assinada e carimbada; o original, assinado e carimbado pelo tradutor e notário; a tradução, assinada e carimbada pelo tradutor e notário.

O documento original pode ser substituído por uma fotocópia certificada. Uma fotocópia simples poderá ser recusada na entidade que solicitou a certificação da tradução.

A tradução ajuramentada é um “termo de responsabilidade” do tradutor em que este se responsabiliza pela sua tradução. Para a Diretora da ABC, a vantagem da tradução ajuramentada é o facto de ser o tradutor quem se responsabiliza pela tradução: é o seu nome

que avalia e deve mencionar a sua formação superior e afiliação a uma Associação Profissional. Esta considera ser um meio de dignificar a profissão.

A tradução jurídica é a que prevalece na empresa o que, segundo a Diretora se deve à localização da empresa e o fluxo migratório da zona que exige a tradução de documentos jurídicos, assim como ao perfil da pessoa à frente da empresa.

Relativamente à metodologia de trabalho da empresa, esta está em conformidade com a norma EN 15038 (norma europeia, publicada em 2006 pelo Comité Europeu de Normalização, que tem como objetivo definir requisitos de qualidade e certificar os serviços de tradução englobando todas as fases do processo de tradução). Todos os trabalhos de tradução são submetidos a uma revisão linguística e, quando necessário, a uma revisão técnica.

Naturalmente, a ABC recorre a programas de apoio à tradução para garantir a uniformização tradutiva e a rapidez na realização da tradução. O programa mais utilizado é o Déjà Vu.

Relativamente à vertente formativa da empresa, esta agora é uma empresa separada, a Eleva – Learning and Events®. Trata-se de uma entidade formadora certificada pela DGERT e tem como objetivo disponibilizar cursos de línguas para contextos profissionais específicos, como é o caso dos enfermeiros, médicos ou de contexto empresarial.

A Eleva é, ainda, o centro de preparação e exame exclusivo para Viseu (+ 80km) dos Testes Internacionais ETS: o TOEIC (*Test of English for International Communication*); o TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*), assim como o TOEFL Júnior; e o TFI (*Test de Français International*).

Esta disponibiliza, ainda, para um público mais jovem, Apoio Escolar Linguístico, que inclui uma sala de estudo, clubes de línguas (francês, inglês, espanhol e alemão), preparação para os exames, diversas oficinas, entre outros.

Para complementar os cursos de línguas, disponibilizam, ainda, cursos na área do desenvolvimento pessoal, da comunicação e da imagem (comunicação política, comunicação intercultural, assessoria de imagem, *personal shopper*, e organização de eventos de moda, são exemplos dos cursos mais procurados).

Quanto à parte dos Eventos, a Eleva oferece uma organização integral de todo o tipo de eventos empresariais, sociais e oficiais.

Relativamente à tradução, como foi dito anteriormente, a ABC usa programas de apoio à tradução, nomeadamente o Déjà Vu e o memoQ, sendo que utilizam o Déjà Vu com mais frequência.

Como a maioria dos pedidos de traduções que chegam à empresa vêm em suporte de papel, é necessário fazer a conversão para um formato editável, neste caso em formato Microsoft Word. Para isso utilizam o programa ABBY FineReader, que converte a digitalização do documento em ficheiro Word para iniciar a Tradução. No entanto, antes de poder inserir o documento na memória e começar a traduzir, é preciso verificar que a conversão foi bem feita e que não houve troca de caracteres similares.

Para a gestão dos projetos, a ABC Traduções não utiliza nenhuma ferramenta específica, mas utiliza o Microsoft Access, para gerir e controlar o seu acervo de trabalho.

3.1.2. Caracterização da empresa

As empresas de tradução não são homogéneas, existem diferenças e particularidades entre elas. Deste modo, a Diretora considera que na ABC o trabalho jurídico e a língua francesa prevalecem graças a três fatores:

- A vaga migratória da região, visto que a primeira vaga migratória foi para França e só posteriormente para outros países como a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça;
- O tecido empresarial da região, ou seja, as relações empresariais com empresas francófonas (de França, Costa do Marfim, etc.), como é o caso das empresas transportadoras, que estão muito ligadas ao estrangeiro;
- E o perfil de quem está à frente da empresa, que, neste caso, é bilingue (francês e português) e tem uma rede de clientes que vem da sua anterior atividade enquanto freelancer.

A meu ver, uma empresa pode ser caracterizada pelas pessoas que estão por detrás dela, que no caso da ABC consiste em dois colaboradores presenciais, a Diretora e o Assistente Administrativo.

A Diretora da ABC foi Presidente do BNI Viriato até ao final de março e é ex-presidente da APT (Associação Portuguesa de Tradutores). Tem um Bacharelato em Secretariado de Administração pelo Politécnico da Guarda (IPG); uma Licenciatura em Tradução Francês-Inglês, pelo ISAI (Instituição privada que pertence ao grupo Tecla e foi fundida com o ISAG); uma Pós-Graduação em Interpretação de Conferência, também pelo ISAI; um Mestrado em Comunicação e Expressão, pela Universidade Católica de Viseu. Frequentou, ainda, durante 4 anos, o Doutoramento em Linguística, na Universidade de Aveiro que, no entanto, não chegou

a concluir. Todos os trabalhos de investigação feitos durante os seus estudos foram na área da Tradução.

As suas funções são muito diversas. Durante o meu estágio, o até então Gabinete ABC estava separado em 3 vertentes, a Tradução, a Formação e os Eventos. A parte de Formação e Eventos está interligada e é a Diretora que trata de tudo relacionado com essas partes, nomeadamente a gestão das ações de formação. Esta trata, também, da promoção da empresa, representando-a no BNI (Business Network International Portugal), por exemplo, e angariando mais clientes. Gere, também, o Marketing e as relações públicas da ABC, nomeadamente nas redes sociais.

Relativamente à parte da tradução, a Diretora faz o controlo de qualidade/revisão. Faz alguma tradução, principalmente quando se trata de uma tradução urgente e que não consigam subcontratar, ou ainda no caso de trabalharem com clientes mais antigos com tarifas mais baixas.

O Assistente Administrativo tem, também, diversas funções dentro da ABC. É o gestor de projetos; orçamentista; dá apoio à contabilidade; faz o atendimento ao público; trata da faturação, da formatação e edição dos documentos e é, ainda, o ocasional Informático que resolve os pontuais problemas informáticos da empresa.

A minha função dentro da empresa enquanto estagiária, para além de aprender o máximo possível sobre o trabalho prático em tradução jurídica e fazer traduções dentro do meu par de línguas (o francês e o inglês) foi a otimização de recursos. A empresa passou, recentemente, a subcontratar uma grande parte de todo o trabalho que recebe a tradutores freelance, de modo que é necessário fazer um enriquecimento das memórias de tradução e das traduções feitas por terceiros. Este enriquecimento das memórias é feito através do alinhamento das traduções feitas pelos tradutores externos, depois de serem revistas, de modo a que, quando uma nova tradução for pedida, se possa fazer uma pré-tradução do documento e criar uma vista externa, preferencialmente já com segmentos traduzidos para a empresa atribuir menos trabalho aos tradutores externos e aumentar, por conseguinte, a sua margem de lucro.

Recentemente, a marca ABC passou a dedicar-se apenas à Tradução. A parte de Eventos e Formação passou a ser outra empresa separada, a Eleva. Esta decisão foi ponderada pela Diretora da empresa, visto que a parte da tradução já tem uma vasta carteira de clientes, e achou que faria mais sentido separar a parte da Tradução e da Formação. Ao criar uma marca diferente para a Formação e Eventos, a Diretora pretende dinamizá-la. Inicialmente a Diretora

acreditava que fazia sentido manter as diferentes partes dentro da mesma empresa uma vez que uma pessoa que pede uma tradução porque vai emigrar poderá precisar de aulas para melhorar o seu conhecimento da língua do país para onde vai, ou vice-versa, uma pessoa que está a pensar emigrar e por isso decide ter aulas dessa língua poderá precisar da tradução de alguns documentos.

3.2. Perfil do Tradutor na ABC

Para a ABC, o tradutor ideal faz da tradução um modo de vida. Este é o aspeto que a Diretora considera mais importante. Alguém que demonstre gosto pela tradução.

É dada preferência a tradutores com formação superior em Tradução, mas este não é um fator eliminatório, tendo em conta que trabalham na empresa tradutores (mais antigos) sem formação superior em tradução.

Na ABC, acreditam que o tradutor tem que ser versátil e ter um bom domínio das suas línguas de trabalho, de modo que não fazem tradução só para a sua língua materna, mas também para outra língua sempre que possível e se sintam capazes disso.

O domínio de Ferramentas de Apoio à Tradução é um fator importante para a empresa, que adotou o Déjà Vu como ferramenta de trabalho desde 2000. Deste modo, a Diretora dá preferência a tradutores que utilizem ferramentas de tradução, o que acaba por tornar o trabalho mais rápido e rentável.

A experiência do tradutor é outra das competências que procura. No entanto, este fator a ter em consideração não é eliminatório, visto que a Diretora considera que, muitas vezes, os recém-licenciados se mostram mais motivados para o trabalho.

Outro fator da maior importância consiste em apresentar as tarifas pedidas e enunciar que são negociáveis, aquando da apresentação de currículo. O objetivo de qualquer empresa é ter lucro, pelo que este critério está subjacente na contratação de potenciais colaboradores. Claro que a Diretora da empresa não quer desvalorizar a profissão do tradutor e não aceita tarifas ínfimas praticadas por alguns tradutores, de modo que não tem na sua base de dados tradutores com uma tarifa inferior a 0,05€ por palavra.

Contrariamente ao que muitas empresas de tradução fazem, na ABC Traduções não se fazem testes de tradução para testar potenciais colaboradores. Poderão, no entanto, entregar um projeto de tradução mais pequeno, que será pago.

3.3. Estágio na ABC Traduções

Enquanto estagiária procurei conhecer a empresa o mais aprofundadamente possível e compreender como funcionava. Não apenas na parte da tradução, mas o que se passava por detrás disso, incluindo a parte da formação e eventos. Tive a oportunidade de ver o Assistente Administrativo a desempenhar algumas das suas funções relacionadas com a orçamentação, a faturação e a delegação de traduções.

Tive ainda a oportunidade de frequentar formações dadas pelo então Gabinete ABC durante o período do meu estágio gratuitamente. Neste âmbito, frequentei a Formação de Suporte Básico de Vida que foi dada pela Safety Forma com certificação do INEM. A Safety Forma é uma empresa de Formação e Segurança que trabalha em parceria com a ABC. Esta empresa disponibiliza serviços em Segurança e Higiene no Trabalho; Segurança Alimentar; Fiscalização e Coordenação de Segurança e Formação Certificada e Acreditada. A formação de Suporte Básico de Vida aconteceu a um sábado, dia 4 de fevereiro, e teve a duração de 4 horas.



Fig. 12 – Sala de Formação SBV, Boneco de treino e Máscara de insuflação

Esta formação teve uma vertente teórica e uma vertente prática, terminando com uma avaliação prática do suporte básico de vida. Aqui aprendi o que fazer se encontrasse uma vítima inconsciente, que estivesse ou não em paragem cardiorrespiratória. Aprendi a importância de antes de tentarmos ajudar outra pessoa garantir que também nós estamos em segurança. No caso de encontrarmos uma vítima, antes de fazermos o que quer que seja, temos de garantir que as condições de segurança estão reunidas, só depois desse passo podemos verificar o estado de consciência da vítima, tocando-lhe nos ombros. Se não obtivermos resposta devemos pedir ajuda, verificar se há alguém nas proximidades. No caso de estarmos sozinhos, devemos permeabilizar a via aérea da vítima e Ver, Ouvir e Sentir (VOS) a sua respiração, se verificarmos que a vítima está em paragem cardiorrespiratória devemos

ligar para o 112 antes de iniciar o suporte básico de vida. Devemos dar as informações necessárias ao serviço médico de urgência, informar que temos formação em suporte básico de vida e perguntar se o podemos iniciar. Só após obter resposta afirmativa e nos confirmarem que podemos desligar a chamada é que podemos começar as compressões e insuflações, a um ritmo de 30 por 2 (30 compressões + 2 insuflações), contando o número de ciclos que fazemos, que serão importantes para o serviço médico de urgência. As insuflações só deverão ser feitas se houver segurança para tal, ou seja, se tivermos a máscara connosco (ver fig.20). Se não tivermos a máscara, as insuflações não deverão ser feitas, fazendo somente as compressões. Poderemos parar de fazer o suporte básico de vida em caso de exaustão, caso a emergência médica chegue e nos diga que podemos parar, ou caso a vítima dê sinais de estar a respirar sozinha. Neste último caso, deveremos depois colocar a vítima em posição lateral de segurança.

Nesta formação aprendemos, ainda, a fazer a manobra de Heimlich, em adultos, crianças e bebés, para o caso de alguém estar engasgado. Aprendemos, ainda, que esta manobra não deverá ser feita em mulheres grávidas e que se a manobra de Heimlich não for suficiente e a vítima ficar inconsciente deveremos ligar para a linha de emergência médica e começar a fazer o Suporte básico de vida.

Acredito que esta formação foi uma experiência muito boa e que é uma formação bastante importante e que todos a deveriam fazer, nunca sabemos quando poderemos precisar de a utilizar.

Tive ainda a oportunidade de ir a uma reunião do BNI. A Diretora da ABC foi Presidente do BNI Viriato até ao final de março, que pertence ao BNI NIP (Norte, Interior e Porto) e tem reuniões semanais. Estas reuniões são feitas na Pousada de Portugal, em Viseu.



Fig. 13 – Sala da reunião BNI, antes e durante a reunião, respetivamente

Nestas reuniões, fazem uma apresentação da equipa de liderança e coordenações. De seguida é feita uma apresentação do BNI, a sua visão, filosofia, benefícios e resultados. O BNI é a maior



Fig. 14 – Membros BNI NIP

e mais bem-sucedida organização de negócio tendo por base a troca de referências qualificadas. Tem mais de 200 000 membros em mais de 7 500 grupos espalhados em mais de 69 países. A sua visão consiste em mudar a forma como o mundo faz negócios através da rede de parceiros estratégicos profissionais num ambiente de confiança. A sua filosofia é a do “Givers Gain”: Se ajudarmos os nossos parceiros, em troca, eles vão querer ajudar-nos, passando referências qualificadas de negócio. Trabalham o princípio da reciprocidade. De seguida, são enumerados os benefícios do BNI, como por exemplo: Participar num ambiente

colaborativo, com foco em relações de ganhos mútuos; ter exclusividade (não concorrência) na principal área de negócio da empresa; formação contínua e profissional em diversas técnicas de *networking*; formar parcerias estratégicas com profissionais de alto nível que divulgarão o negócio através de *networking* profissional.

A seguir, há um momento formativo, em que o coordenador de educação faz uma pequena apresentação. Após este momento, na primeira reunião do mês é feito um reconhecimento dos membros que mais contribuíram no mês anterior. O BNI gosta de reconhecer publicamente as pessoas que mais referências passaram ou mais negócio deram a outro colega de modo a incentivá-los a continuar o bom trabalho.

De seguida, é feita uma apresentação de 60 segundos de cada membro presente, estes deverão dizer o seu nome, qual a sua empresa e o que fazem, de modo a darem a conhecer o seu trabalho às visitas. Nesta altura podem, ainda, referir o que procuram alcançar esta semana ou este mês.

Seguidamente, é a vez dos convidados/visitas se apresentarem, também em 60 segundos. Aqui podemos referir o motivo que nos levou a visitar o BNI, sendo que o meu era puramente pedagógico.

Após todas as apresentações é apresentado um relatório semanal sobre o acompanhamento dos objetivos mensais.

De seguida, todas as semanas há uma apresentação de 10 minutos de uma empresa diferente, para que os outros membros do BNI percebam melhor o trabalho dos colegas de forma a conseguirem fazer melhores referências.

Após esta apresentação são referidas, por cada membro, as referências que passaram naquela semana e a quem. Para os incentivar ainda mais a passar referências, o palestrante da semana

(da apresentação de 10 minutos) traz uma prenda que é entregue ao autor da referência sorteada.

Para finalizar é perguntado aos visitantes a sua opinião sobre o ponto ou aspeto que mais gostaram da reunião, ao qual referi que gostei do aspeto de entreaajuda mútua dos membros através das referências que passam, do ambiente entre os membros e a não concorrência. O tesoureiro, então, apresenta o seu relatório e informa os convidados sobre o processo de candidatura. De seguida, são feitos os anúncios, recordados os eventos e os lembretes. Segue-se, então, o encerramento da reunião e há um pequeno espaço para convivência entre os membros.

Caso precisem de um determinado serviço, os membros não são obrigados a recorrer ao serviço de um membro do BNI, devem, no entanto, pedir um orçamento.

Penso que pertencer a um grupo como este é muito benéfico para as empresas. É um trabalho semanal extra, mas que acaba por compensar os seus membros, pois não só estão a receber trabalho dos outros membros, como estes ainda referenciam o seu trabalho, gratuitamente, a outras pessoas que poderão precisar dos seus serviços. Este espírito de entreaajuda é muito bom e acaba por fazer com que as pessoas queiram ajudar o mais possível.

A ABC encontra-se no BNI Viriato há dois anos e tem tido um retorno bastante positivo da sua qualidade de membro, quer a nível de faturação, quer a nível de contactos e parcerias, nomeadamente, com membros de outros grupos BNI.

As minhas funções enquanto estagiária foram variadas, desde tradução, revisão e alinhamento de diversas tipologias textuais no âmbito da tradução jurídica.

Inicialmente foi-me pedido que revisse traduções jurídicas de outros colegas. Mais tarde, foi-me pedido que preparasse as traduções para serem subcontratadas. Como já referi acima, foi-me pedido que criasse vistas externas. As vistas externas são um tipo de exportação que podemos fazer no Déjà Vu, de forma a podermos ver o texto de partida e o texto de chegada da mesma forma que vemos no programa, lado a lado e dividido em segmentos (ver fig.15).

ID	Source	Target	Comments	Status
0000028	{1}INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	{1}INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL [INSTITUT POUR L'EMPLOI ET LA FORMATION PROFESSIONNELLE]		
0000044	{2}CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE VISEU	{2}CENTRE DE FORMATION PROFESSIONNELLE DE VISEU		
0000060	{3}Certificado de Formação Profissional	{3}Certificat de Formation Professionnelle		
0000072	{4}(Decreto Lei nº 95/92, de 23 de Maio e Decreto-Regulamentar nº 68/94, de 26 de Novembro)	{4}(Décret Loi portugais nº 95/92, du 23 mai e Décret- Réglementaire portugais nº 68/94, du 26 novembre)		

Fig. 15 – Vista Externa

Ao criar as vistas externas, recebi instruções para seleccionar a memória de tradução mais pertinente para aquele tipo de documento. Na ABC não é utilizada uma só memória para armazenar todos os tipos de texto. Têm antes diversas memórias diferentes, sendo que a área jurídica não está em apenas numa memória, mas em várias, desde “Direito”; “Documentos académicos”; “Documentos pessoais”; “Certificados”, “Declarações”; “Cartas Rogatórias”, entre outras. Depois de seleccionar a memória mais pertinente e a base terminológica correspondente, e antes de iniciar a minha tradução, tinha que fazer uma pré-tradução do documento. A pré-tradução é uma funcionalidade do Déjà Vu que analisa o documento e preenche os segmentos com alguma correspondência na memória (Fuzzy matches).

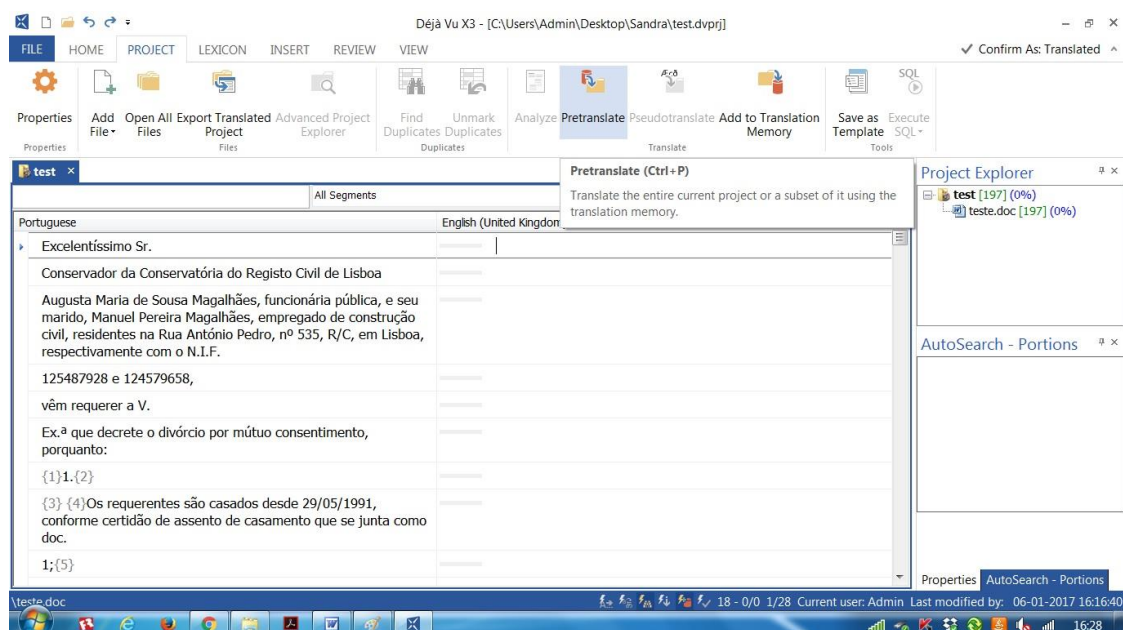


Fig. 16 – Pré-tradução

Durante o estágio, tive vários tipos de tarefas a desenvolver: tarefas de tradução, revisão, atualizações, criação de vistas externas/preparação de traduções e alinhamentos. Estas serão seguidamente apresentadas separadamente, tendo em conta que as atualizações são documentos que já foram traduzidos previamente e apenas é necessário alterar algumas informações relativas à pessoa ou datas, de modo que não me irei debruçar sobre essas tarefas.

3.3.1. Preparação de traduções/ Criação de Vistas Externas

Dado que a grande maioria das traduções que nos são pedidas vêm em suporte de papel, antes de começar a traduzir há uma série de passos que é preciso dar. Primeiro, é necessário digitalizar o documento e passá-lo por um programa conversor, de modo a ter o documento num formato editável (neste caso, o Microsoft Word). Quando é um documento simples sem imagens, o documento em Word não precisa de grandes alterações, no entanto há documentos que o programa não reconhece bem e é necessário reconstruí-lo quase por completo. O programa que utilizamos na ABC é o Abby FineReader, é um programa muito bom e que poupa muito trabalho à pessoa encarregue da formatação.

Depois de termos o documento num suporte editável temos que verificar se o programa não trocou caracteres, o que pode acontecer com caracteres muito parecidos como o “e” e o “c”, o que por norma acontece mais quando o tamanho da letra é mais pequeno ou a qualidade e a legibilidade do documento de partida são maus. Temos, ainda, que indicar onde há selos, carimbos, assinaturas e logótipos, dando essa informação entre parênteses retos. Assim que verificarmos que o documento em Word está o mais parecido possível com o original, podemos importá-lo para o programa, o Déjà Vu. Aqui, criamos um novo Projeto, escolhemos os pares de línguas, a memória e a base terminológica mais adequados. De seguida, utilizamos a função “*Pretranslate*”, que irá traduzir todos os segmentos com algum grau de correspondência (*Fuzzy matches*) na memória. No meu computador, na empresa, tenho a opção de completar os restantes segmentos com tradução automática desligada, porque penso que iria atrapalhar mais do que ajudar. Assim que o programa fizer a sua pré-tradução, temos que analisar o documento e verificar se, de facto, as sugestões do programa são as mais indicadas para aqueles segmentos.

Inicialmente, e enquanto não me sentisse à vontade para começar a traduzir tudo, foi-me instruído que preenchesse apenas os segmentos do documento que sentisse que era capaz de

fazer. Pouco depois de o meu estágio começar, todas as traduções no meu par de línguas (o inglês e o francês) passavam por mim antes de serem atribuídas a tradutores externos, e posteriormente eram-me atribuídas, à exceção das traduções em que a língua de chegada era o francês, em relação às quais sinto que não faria um trabalho tão bom.

Depois de terminar a preparação do documento, no caso das traduções que não tinha completado, era necessário fazer uma extração para ver o número de palavras que ainda não tinham sido traduzidas e afetar a tradução a um tradutor externo. Essa extração era feita em vista externa. Este sistema de extração do documento em vista externa foi apenas implementado no início do ano, de modo a aproveitar as memórias da empresa e continuar a alimentá-las assim que a tradução fosse completada pelo tradutor freelancer. E, obviamente, para aproveitar os recursos da empresa.

Quando a tradução adjudicada externamente fosse entregue e revista, era reimportada na memória e o documento extraído, desta vez, na língua de chegada. O documento volta a ser revisto, desta vez, para verificar se não há nenhum problema de formatação e, finalmente, impresso para ser entregue ao cliente.

3.3.2 Programas de Apoio à Tradução - Déjà Vu

Enquanto aluna de Tradução tive a oportunidade de trabalhar com diversas ferramentas de apoio à tradução, como o SDL Trados, o memoQ, o Across, entre outras, no entanto, nunca tinha trabalhado com o Déjà Vu. O nome da ferramenta não me era desconhecido, já tínhamos falado um pouco sobre esta ferramenta na Unidade Curricular de Tecnologias de Apoio à Tradução na Licenciatura e mais tarde, na Unidade Curricular de Ferramentas Tecnológicas de Apoio à Tradução no Mestrado. No entanto, nunca tinha trabalhado com ela. Por isso, no estágio foi a primeira vez que entrei em contacto com esta ferramenta. Tendo já alguma experiência com as outras ferramentas, a mudança não foi muito difícil. O Déjà Vu é uma ferramenta bastante intuitiva e fácil de utilizar. O seu ambiente de trabalho muito parecido com o do Microsoft Word facilita a navegação no programa e a aprendizagem por parte dos principiantes.

Gostei da ferramenta de reparação de segmentos, a qual, através de um “*fuzzy match*”, nos dá uma proposta de tradução “reparada” com as alterações necessárias, indicando a azul o que foi inserido e a vermelho o que foi retirado, como o “*Track Changes*” do Microsoft Word.

No entanto, esta ferramenta peca por não ter uma visualização do documento, o único contacto que temos com o documento é através dos segmentos, o que nos obriga a ter o documento aberto em paralelo para seguirmos onde estamos na tradução.

3.3.3. Alinhamentos

Recentemente, começou-se a fazer na empresa um aproveitamento das traduções feitas por tradutores externos, por isso, os alinhamentos foram uma parte bastante importante do meu estágio. Trata-se de uma forma de aproveitamento de recursos.

Os alinhamentos consistem em inserir documentos na memória na língua de partida e de chegada. Temos os dois documentos lado a lado e temos que dizer ao programa que este segmento equivale a este. Inicialmente, começando com trabalhos mais extensos e, depois passando a trabalhos mais pontuais.

Este trabalho deixa de ser necessário quando há a criação de uma vista externa para o tradutor e depois se volta a importar a tradução no programa.

3.3.4. Tradução

Como é natural, não me foi pedido que fizesse apenas tradução jurídica durante o estágio. Foi-me pedido que fizesse também tradução de currículos, descrições de empresas para websites, cartas de recomendação, registos vacinais, entre outros. Tratando-se de um relatório de estágio de um Mestrado Especializado em Tradução Jurídica, apenas me focarei, nesta parte, a Tradução Jurídica.

3.3.4.1. Tradução Jurídica

Como vimos anteriormente, no âmbito deste projeto considera-se documento jurídico qualquer documento com efeito legal. Para a análise das traduções que fiz durante o estágio, aquelas foram divididas em seis tipologias: Documentos académicos (Anexo I); Documentos empresariais (Anexo II); Julgados de Paz (Anexo III); Divórcios (Anexo IV); Documentos Pessoais (Anexo V) e Legislação (Anexo VI).

I. Documentos Académicos

O primeiro tipo de documento que iremos analisar são os documentos académicos: como certificados, diplomas e boletins de notas (ver Anexo I). No âmbito do género textual certificado, analisamos a tradução de um Certificado de conclusão do ensino secundário e Certificados de matrícula.

O primeiro Certificado (Anexo A) é composto por três páginas. A primeira página é o Certificado de matrícula, que comprova que a aluna esteve inscrita naquele estabelecimento de ensino. A segunda, o Boletim de notas da mesma, juntamente com apreciações dos professores e a terceira página é um certificado de conclusão de escolaridade naquele estabelecimento. Trata-se de uma tradução de Francês para Português.

Em termos de macroestrutura, este certificado está dividido em 3 partes. Da primeira parte constam os logótipos do Estabelecimento de Ensino, seguidos do título “CERTIFICADO” em letras maiúsculas, isto é, a definição do tipo de documento. Segue-se o corpo do texto com o conteúdo documental. A parte final do documento é constituída pelo local e data, assim como as assinaturas que autenticam o documento. Este documento é uma fotocópia certificada pelo Consulado Honorário de Portugal, como podemos ver pelo carimbo presente em todas as páginas que garantem a sua autenticidade. Na segunda página, temos o Boletim de notas da aluna juntamente com as apreciações dos professores, que segue a mesma macroestrutura da primeira página, estando dividido em três partes. A parte inicial tem o logótipo da escola e a identificação da aluna em questão, seguida pelo corpo do texto que corresponde a uma tabela com a identificação das disciplinas, os respetivos professores, notas e apreciações gerais e a parte final tem as assinaturas. Na terceira página encontramos um certificado de conclusão do ano de escolaridade com a mesma macroestrutura.

Seguidamente apresentamos alguns termos de carácter administrativo que obrigaram a uma pesquisa dirigida aos equivalentes funcionais.

Dificuldades	Solução Encontrada	Comentário
Proviseur	Presidente do Conselho Executivo	Foi necessário fazer alguma pesquisa para encontrar o equivalente deste termo. Optei por utilizar um equivalente funcional tendo em conta as funções desempenhadas pelo “proviseur”.

		http://www.proz.com/kudoz/french_to_portuguese/education_pedagogy/2561743-proviseur_chef_detablissement.html
En seconde (ano de escolaridade)	10º ano	Os anos de escolaridade em França diferem dos de Portugal. No entanto, encontrei uma tabela com os anos de escolaridade e as idades de França, em que “lycée” equivale ao ensino secundário e começa no “seconde”. Desta forma, optei, mais uma vez, por utilizar um equivalente funcional visto tratarem-se de realidades muito semelhantes e o 10º ano ser o primeiro ano do ensino secundário. http://cache.media.education.gouv.fr/file/scolarisation/91/4/pripi_286914.pdf
Ensemble moyen (Tabela das apreciações)	Mediano no geral	O problema com esta expressão não era de compreensão, mas sim de transferência. Cheguei sozinha à solução utilizada.
PREVENT. – SANTE-ENV.	PREVEN. – SAÚDE – AMB	Tratando-se de abreviaturas não tinha a certeza do que representavam. Com alguma pesquisa percebi que se tratava de “PRÉVENTION – SANTÉ – ENVIRONNEMENT”, a tradução foi literal.
Le chef	A direção	Mais uma vez, optei por fazer uma

d'établissement		tradução funcional pois costuma ser a direção a assinar este tipo de documentos.
-----------------	--	--

Tabela 2 – Dificuldades de Tradução – Anexo A

O Anexo B é também um certificado de conclusão de escolaridade, com duas folhas, sendo a segunda o plano de notas da aluna. Este documento encontrava-se em Português e era necessária a sua tradução para Inglês. Decidi adicionar este documento ao Relatório de Estágio porque se enquadrava no mesmo tema que o Anexo A e segue a mesma macroestrutura do documento anterior (Anexo A). A tradução deste género de documentos torna-se mais simples após o conhecimento das fórmulas introdutórias e finais. O corpo do texto do documento em análise é pré-concebido, contendo espaços em branco para se preencher dependendo da situação. Os espaços têm então uma pequena legenda que indica quais as opções que podem ser colocadas em cada espaço.

Segue-se, então, uma análise das dificuldades que a tradução deste documento suscitou.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentário
Curso Profissional de Profissional Técnico Auxiliar de Saúde	Professional Course of Professional Health Care Assistant	Inicialmente não sabia bem como haveria de traduzir o nome do curso, portanto decidi fazer uma tradução literal.
Componente de Formação Sociocultural	Social Training Component	O problema neste termo residiu na palavra “formação”, que poderia ser traduzida de várias formas. Acabei por traduzi-la como “training” pois considerei que se adequava melhor à realidade. http://www.linguee.pt/portugues-ingles/search?source=auto&query=forma%C3%A7%C3%A3o

Tabela 3 – Dificuldades de Tradução – Anexo B

O Anexo C é um diploma de conclusão de licenciatura que segue a mesma macroestrutura tripartida dos documentos anteriores. Este documento encontra-se em português e foi traduzido para francês.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
Por ser verdade e me haver sido pedido, foi passado o presente diploma que vai assinado e autenticado com o selo branco em uso neste Estabelecimento de Ensino	En foi de quoi et à la demande de l'intéressée, j'ai passé le présent diplôme que j'ai signé et authentifié en y apposant le timbre sec utilisé par notre établissement scolaire	Esta fórmula é muito utilizada neste tipo de documentos. O ProZ http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_french/certificates_diplomas_licenses_cvs/3647675-por_ser_verdade_passo_a_presente_declara%C3%A7ao.html foi uma excelente ajuda, para chegar à solução.

Tabela 4 – Dificuldades de Tradução – Anexo C

Mais adiante, farei uma comparação lado a lado das fórmulas iniciais e de conclusão deste género de documentos nas minhas línguas de trabalho (ver Tabela 6).

O anexo D é um certificado de matrícula em português e foi traduzido para inglês. O problema com este documento foi o registo linguístico e certas expressões como:

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
Solicita a V. Ex ^a se digne a certificar que	Request your honour to certify that	O nível de formalidade excessivo foi o causador da minha dificuldade nesta tradução. Acabei por transferir o nível de formalidade para o texto de chegada pois senti que se simplificasse me afastaria demasiado do Texto de Partida e que o cliente em questão não ficaria satisfeito com essa opção.
Tendo obtido aproveitamento	Having passed	Neste segmento decidi que deveria simplificar, dizendo simplesmente

		que passou de ano.
--	--	--------------------

Tabela 5 – Dificuldades de Tradução – Anexo D

Como podemos ver, este género de documentos tem uma macroestrutura semelhante, independentemente do país do texto de partida. Desse modo, decidi colocá-los lado a lado para os comparar. As fórmulas iniciais e de conclusão são semelhantes. Sabendo o seu equivalente nas nossas línguas de trabalho este género de tradução torna-se mais simples e rápido.

Português	Francês	Inglês
(Nome), (designação do cargo) certifica que (...)	Je, soussigné(e), (nom), (désignation du poste) certifie que (...)	I, (name), (position) hereby certify that (...)
Por ser verdade e me haver sido pedido, foi passado o presente diploma que vai assinado e autenticado com o selo branco em uso neste Estabelecimento de Ensino.	En foi de quoi et à la demande de l'intéressée, j'ai passé le présent diplôme que j'ai signé et authentifié en y apposant le timbre sec utilisé par notre établissement scolaire.	For all due purposes, I hereby issue the present certificate, which is signed and authenticated with the embossed seal at use in this School.

Tabela 6 – Comparação da estrutura dos documentos académicos

II. Documentos empresariais

O segundo tipo de documento que iremos analisar são documentos empresariais (ver Anexo II), entre os quais podemos encontrar um pedido para notificação urgente, um pedido de reforma antecipada juntamente com um pedido de rescisão do contrato de trabalho e um certificado de incorporação com apostila.

Apesar do grupo de documentos anterior ter macroestruturas semelhantes, o mesmo não acontece com este grupo de documentos, em que a única coisa que os vincula é o facto de constituírem documentos de empresas.

O primeiro documento deste grupo é um pedido para notificação urgente (Anexo E) onde uma empresa de sofás quer processar outra por uso ilícito de um dos seus modelos e concorrência desleal. Este documento extenso começa com a identificação das duas empresas, a requerente e a requerida. Segue-se a descrição do que se pretende com este pedido e uma justificação para a sua urgência. Há, ainda, uma descrição dos modelos contrafeitos e enumeração das partes usadas ilicitamente e descrição dos feitos de concorrência desleal. O texto de partida estava em francês e foi feita a tradução para português visto se tratarem de empresas portuguesas.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
Requête afin d’assigner d’heure à heure	Pedido para notificação urgente	Este termo requereu alguma pesquisa. Após verificar do que se tratava e ir ao ProZ http://www.proz.com/kudoz/french_to_english/law_patents/242984-assigner_dheure_%C3%A0_heure.html consegui chegar à minha tradução. Optei por uma tradução literal pois não consegui encontrar nenhum equivalente direto.
Huissier de Justice	Oficial de Justiça	Mais uma vez com a ajuda do ProZ consegui encontrar o equivalente em português para este termo. http://www.proz.com/personal-glossaries/entry/7640897-huissier-de-justice-official-de-justi%C3%A7a
Lettre de mise en demeure	Carta de requerimento formal	Antes de procurar um equivalente tentei perceber o seu significado. http://droit-finances.commentcamarche.net/faq/3066-mise-en-demeure-de-payer-modele-de-lettre Após perceber o seu significado

		<p>consegui encontrar um equivalente no ProZ</p> <p>http://www.proz.com/personal-glossaries/entry/1299128-mise-en-demeure-requerimento-formal</p>
Usage illicite	Uso ilícito	<p>Utilizei, aqui, a Infopédia</p> <p>https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/illicite para confirmar o equivalente deste termo.</p>
Ordonnance	Despacho	<p>O problema com o termo “ordonnance” é que tem vários equivalentes desde “decreto”, “portaria”, “sentença”, “circular”, “acórdão”, “receita”, etc. de modo que é necessário entender qual é o equivalente adequado a cada contexto. Neste caso, considero que o termo “despacho” seja o mais adequado visto que este é a resolução de uma autoridade relativamente a um requerimento (ou pedido) que pode ser deferido ou indeferido.</p> <p>https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/despacho</p>
Assignment en référé d’heure à heure	Notificação urgente	<p>Já tendo estabelecido o que “d’heure à heure” significava, decidi, após a leitura do corpo do texto que seguia esse título, traduzir literalmente o termo como “notificação urgente”</p>

Plaise à Monsieur le Président	Cumpra ao Senhor Presidente	<p>Para esta solução tive de utilizar conhecimentos que adquiri das aulas de Práticas Avançadas de Tradução de Francês. Recordava-me que nos tínhamos deparado com um problema semelhante, se não me engano, com o termo “<i>plaise au tribunal</i>”, ao qual tínhamos chegado à solução “cumpra ao tribunal”. No ProZ encontrei “Que o tribunal se digne”, mas preferia a solução encontrada na aula, pelo que utilizei “Cumpra ao Senhor Presidente”</p> <p>http://www.proz.com/kudoz/french_to_portuguese/law_general/3086215-plaise_au_tribunal.html</p>
Est recevable et bien fondée	Admissível e bem fundamentada	<p>Cheguei até esta solução através do contexto em que se encontrava, utilizando uma tradução funcional</p> <p>https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/recevable ;</p> <p>https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/fond%C3%A7%C3%A3o</p>
« Toute personne ayant qualité pour agir en contrefaçon peut saisir en référé la juridiction civile compétente afin de voir ordonner, au besoin sous astreinte, à l’encontre du prétendu contrefacteur	"Qualquer pessoa com qualidade para interpor ação de contrafação pode solicitar medidas cautelares junto da jurisdição civil competente para determinar, quando necessário, sob sanção,	<p>O problema com esta frase foi a extensão. Sendo uma frase bastante longa, e tratando-se de um excerto de legislação é bastante rica em terminologia. Para chegar à solução fiz uma tradução literal, dividindo-a por partes, de maneira a garantir que a mensagem</p>

ou des intermédiaires dont il utilise les services, toute mesure destinée à prévenir une atteinte imminente aux droits conférés par le titre ou à empêcher la poursuite d'actes argués de contrefaçon. »	contra o suposto contrafator ou intermediários que utilizaram o serviço, qualquer medida destinada a prevenir o prejuízo dos direitos conferidos pelo título ou impedir o seguimento dos atos acusados de contrafação.”	do texto de partida se transpunha para o texto de chegada. Inicialmente tentei dividir a frase, para que fossem várias frases mais curtas e, assim, torná-las mais inteligíveis. No entanto, acabei por manter tudo numa só frase com receio de não passar a mensagem do texto de partida.
Procès-verbal	Auto	Aqui temos o mesmo problema que em “ordonnance”, este termo tem vários equivalentes e é necessário perceber qual o que melhor se adequa. Achei que o termo “auto” era o mais adequado pois trata-se uma peça de um processo judicial. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/auto ; http://www.proz.com/personal-glossaries/entry/4263648-proc%C3%A8s-verbal-auto
Indemnité à titre de provision	Indeminização a título de provisão	Após alguma pesquisa decidi fazer uma tradução literal. http://www.proz.com/kudoz/french_to_portuguese/law_general/3437462-ex%C3%A9cutoire_de_droit_par_provision.html ; http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=25368&ida=27713 ;

Tabela 7 – Dificuldades de Tradução - Anexo E

Este documento era, também, bastante rico em terminologia específica de sofás, nomeadamente na descrição dos sofás e tipologias de sofás, o que dificultou a transferência linguística. Deste modo, foi necessária bastante pesquisa para encontrar equivalentes para certos termos na língua de chegada, o português. Muitas vezes foi necessário utilizar traduções explicativas pois não conseguimos encontrar equivalentes diretos para certos tipos de sofás.

O anexo F é um conjunto de dois documentos, um pedido de reforma antecipada na sequência da rescisão de um contrato de trabalho e a rescisão desse contrato de trabalho. A pessoa em questão pede a reforma antecipada após lhe terem rescindido o contrato de trabalho na sequência da eliminação de postos de trabalho. Passaremos, então, a analisar as dificuldades com que me deparei.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
Retraite anticipée	Reforma antecipada	Para este termo fiz uma tradução literal tendo em conta o contexto do documento.
Résiliation	Rescisão	Optei por utilizar o termo “rescisão” após confirmar o equivalente, tendo em conta o contexto e a ajuda do ProZ http://www.proz.com/personal-glossaries/entry/10347641-r%C3%A9siliation-rescis%C3%A3o
Résiliation des rapports de travail	Rescisão das relações laborais	Após alguma pesquisa, optei por utilizar uma tradução literal, para a qual encontrei um equivalente no ProZ http://www.proz.com/kudoz/french_to_portuguese/law_contracts/3689692-rapports_de_travail.html

En dérogation des termes de la notice	Em derrogação dos termos da nota	Após alguma pesquisa para perceber o significado da frase, decidi fazer uma tradução literal, considerando que passa a mensagem do texto de partida. https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/d%C3%A9rogation ; https://www.dictionnaire-juridique.com/definition/derogation-derogatoire.php
---------------------------------------	----------------------------------	--

Tabela 8 – Dificuldades de Tradução - Anexo F

O documento seguinte (Anexo G) é constituído por dois certificados, uma declaração anual e um formulário em inglês que foram traduzidos para português. O primeiro documento é um certificado de um notário que certifica que a empresa X está registada e incorporada sob as leis de Hong Kong e que este procedeu a certos passos para garantir a sua veracidade. Este certificado segue a mesma macroestrutura dos certificados no Anexo I. Este foi, ainda, oficializado através da apostila presente no seu verso, que certifica a legalidade do documento internacionalmente. O segundo certificado, presente na terceira página do anexo G, é um Certificado de Constituição da Atividade Comercial da empresa. Este também segue a macroestrutura tripartida deste género de documentos. Contém, no entanto, uma nota final que declara que o registo do nome da empresa na Conservatória do Registo Comercial não lhe confere qualquer direito de propriedade de marca registada ou qualquer outro direito de propriedade intelectual.

Do documento constam, ainda, uma Declaração anual que identifica a empresa, o tipo de empresa, a sede comercial e as referências do declarante; e um formulário com os dados presentes na Declaração anual e com o valor da taxa e do imposto a pagar.

A Apostila é uma formalidade emitida sobre um documento público que certifica a autenticidade do mesmo, reconhecendo a assinatura do signatário que proferiu o ato (ou seja, da pessoa que emitiu o documento público), a capacidade em que o mesmo o emitiu (ou seja, certifica a atividade pública desempenhada, neste caso do notário) e, se for caso disso, a autenticidade do selo ou carimbo que constam do ato. A aposição da Apostila encontra-se

prevista no art.º 3º da Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros, concluída na Haia a 5 de Outubro de 1961, e aplica-se apenas a documentos públicos que se destinam a apresentar nos países que aderiram à referida Convenção.

Como podemos ver, na segunda página do anexo G, a dita apostila só certifica a autenticidade da assinatura, a qualidade do signatário e a identidade do selo que o documento público porta. Esta não certifica o conteúdo pelo qual este documento foi emitido.

Como já o referi acima, este certificado tem a mesma estrutura dos certificados presentes no anexo I.

Estrutura do certificado	
To all to whom these presents shall come	Certificado
I, [name] Notary Public,	[nome], Notário,
Dully admitted, authorized and sworn, practicing at Hong Kong Special Administrative Region of The People's Republic of China, Do Hereby Certify that (...)	Devidamente admitido, autorizado e ajuramentado, exercendo na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China, Certifico que (...)
Do Hereby Certify that (...)	Certifico que (...)
In the Testimony whereof I have hereunto subscribed my name and affixed me Seal of office this 19th day of December (...) [signature] [Seal of office]	No presente Testemunho assino o meu nome e aposto o meu Selo Oficial, a 19 de dezembro (...) [assinatura] [Selo Oficial]

Tabela 9 – Estrutura do certificado - Anexo G

Passemos agora a analisar as dificuldades que a tradução deste documento suscitou.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
To all to whom these presents shall come	Certificado	Em inglês é normal os certificados começarem daquela forma, no entanto, em português utilizamos simplesmente “Certificado”. Deste modo optei por uma tradução

		funcional.
Company Registry	Conservatória do Registo Comercial	Para a tradução deste termo optei por uma tradução funcional de forma a passar o sentido da mensagem, utilizando uma entidade com funções semelhantes.
Annual return	Declaração Annual	A solução para este termo foi encontrada aquando da revisão e após uma análise mais aprofundada de todas as páginas que enquadravam o dito “ <i>Annual return</i> ”. Inicialmente tinha optado por “Rendimento anual”, mas visto que não eram apresentados quaisquer rendimentos, alteramos para “declaração”.
Made Up	Elaborado	Este termo surgiu múltiplas vezes e cheguei à solução devido ao contexto em que se encontrava. Optei, assim, por uma tradução funcional.
Certificate of Incorporation	Certificado de Constituição de Sociedade Comercial	Para este termo recorri à ajuda do ProZ, optando, assim, por uma tradução funcional que se adaptasse à realidade da língua de chegada http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/law_general/1233242-certificate_of_incorporation.html ; https://www.portaldocidadao.pt/w

		eb/instituto-dos-registos-e-do-notariado/constituicao-de-sociedade-comercial-pedido-de-certificado-de-admissibilidade-de-firma-ou-denominacao
High Court	Supremo Tribunal	<p>Para este termo decidi utilizar uma tradução funcional, optando por um termo com significado equivalente na língua de chegada.</p> <p>Para me auxiliar na transferência utilizei a infopédia</p> <p>https://www.infopedia.pt/dicionarios/ingles-portugues/court</p>
Companies Ordinance	Regulamento das Empresas	<p>Para este termo, optei por uma tradução literal de forma a passar a mensagem do texto de partida, uma vez que não temos uma realidade equivalente na cultura de chegada.</p>
Company limited by guarantee	Empresa limitada por garantia	<p>Após alguma pesquisa para perceber melhor o significado do termo na língua de chegada</p> <p>http://betterboards.net/non-profit-fact-sheets/company-limited-by-guarantee/, optei por uma tradução literal com a ajuda do ProZ</p> <p>http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/law_general/2895922-company_limited_by_guarantee.html</p>
NIL	Nada consta	Após alguma pesquisa verifiquei em

		documentos semelhantes na língua de chegada, verifiquei que se utiliza “nada consta” da mesma forma que se utiliza o termo “NIL” na língua da partida, optando assim por uma tradução funcional.
Presenter's Reference	Referências do declarante	Através do contexto conseguimos perceber que este termo refere a pessoa que está a “apresentar/declarar” a empresa. Optei, então, por utilizar uma tradução funcional para passar a mensagem do texto de partida, uma vez que, se utilizasse o termo “apresentador” iria induzir o leitor em erro.

Tabela 10 – Dificuldades de Tradução - Anexo G

III. Julgados de Paz

Os Julgados de Paz são tribunais com características especiais, competentes para resolver causas de valor reduzido de natureza cível, excluindo as que envolvam matérias de Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito do Trabalho, de forma rápida e custos reduzidos.

O Julgado de Paz (Anexo H) traduzido do francês para o português tem três páginas. A primeira página está dividida em quatro partes. A primeira parte consiste num cabeçalho com a identificação do tribunal; código postal; número de telefone e fax e a referência do processo. Na segunda parte, encontramos o título “Despacho” em maiúsculas e a identificação do juiz e a data do pedido, seguido pela identificação das partes: da requerente e da sua advogada, e do requerido.

A terceira parte da macroestrutura deste documento começa com a enumeração da legislação que apoia o que será decretado de seguida. Neste caso, de acordo com o artigo 214.º do Código Civil do Luxemburgo e o 1011.º do Novo Código do Processo Civil do Luxemburgo decreta-se às partes que compareçam na sala do conselho daquele tribunal, na data e hora apresentadas, acompanhados pelos seus advogados. É, ainda, decretado que os cônjuges

estabeleçam o valor dos seus rendimentos, assim como das suas despesas, através de documentos contabilísticos. Seguidamente, é declarado que uma cópia do pedido e do presente despacho será notificado às partes em causa através de carta registada.

É, ainda, informado que o presente despacho tem valor de citação.

Finalmente, encontramos o local e data do despacho, juntamente com a identificação e assinatura do Juiz de Paz.

No final da primeira página encontramos, ainda, um aviso importante, no qual se informa que a sentença a ser proferida na sequência da presente notificação será considerada contraditória e não será suscetível de oposição, se a presente notificação tiver sido entregue à pessoa do requerido e este não comparecer.

Na segunda e terceira página deste documento podemos ver o pedido efetuado pela requerente que deu origem ao despacho do julgado de paz. Este começa com a identificação da advogada da requerente. Segue-se uma fórmula introdutória que se dirige ao juiz do Julgado de Paz. De seguida, identifica-se como advogada e identifica a sua cliente e as razões pela qual se dirige ao juiz de Paz.

Posteriormente refere o que a sua cliente pretende com este pedido. Por fim, temos a identificação do local, a data e a assinatura da advogada.

Passaremos agora a analisar as dificuldades de tradução deste documento.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
Justice de paix	Julgado de Paz	Relativamente a este termo só tive que confirmar que o termo “ <i>Justice de Paix</i> ” correspondia ao “Julgado de Paz” que já conhecia. Após uma pequena pesquisa do termo na língua de partida, pude comprovar que, de facto, se tratava de “julgado de paz”. http://www.droit.learningtogether.net/la_justice_de_paix.htm
Ordonnance	Despacho	Mais uma vez nos deparámos com

		o termo “ <i>ordonnance</i> ” em contexto diferente. Inicialmente pensei tratar-se de “sentença”, mas como podemos ver pelo corpo do texto, esta ainda não ocorreu, tratando-se apenas de uma citação. Desta forma, optei por traduzir como “despacho”.
Juge de paix	Juiz de Paz	Relativamente a este termo, a pesquisa foi apenas para confirmar que se utilizava o termo “Juiz de Paz”. http://www.proz.com/kudoz/french_to_portuguese/law_contracts/3180589-juge_de_paix.html ; https://www.google.pt/search?q=juiz+de+paz&oq=juiz+de+paz&aqs=chrome..69i57j0l5.1840j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#q=%22juiz+de+paz%22
N.B.	N.B.	Inicialmente não sabia o que a sigla representava, mas com alguma pesquisa pude ver que se tratava de uma locução latina “ <i>Note bene</i> ”, a qual se transfere da mesma forma na língua de chegada.
A madame, monsieur le juge de paix de et à Luxembourg	Meritíssimo Juiz de Paz do Luxemburgo	Para este termo decidi utilizar uma tradução funcional de forma a passar a mensagem o texto de partida. Considerei que a tradução literal não se enquadrava aqui, uma vez que não utilizamos a fórmula “Senhora, Senhor Juiz de Paz”,

		como se faz quer em francês, quer em inglês. Optei por utilizar o termo vocativo “meritíssimo” pois é o que se utiliza em Portugal. https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/tratamento-formal-dos-juizes/3626
Le sieur	O Senhor	Segundo o dicionário Larousse, o termo “sieur” que precede um nome próprio num estilo jurídico. E através da infopédia confirmei que se traduziria como “Senhor”, visto que não temos um equivalente desse género na língua de chegada. http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/sieur/72659 ; https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/sieur

Tabela 11 – Dificuldades de Tradução - Anexo H

IV. Divórcios

O documento seguinte é uma sentença de divórcio (Anexo I) dos Estados Unidos e foi traduzido para o Português. Este documento tem duas páginas e tem a estrutura de um formulário.

No topo temos o número do processo e as partes envolvidas. Seguido pelo título do documento, juntamente com legislação; a identificação do tribunal do Estado de Connecticut e um código de barras para uso exclusivo do tribunal. Seguem-se umas instruções sobre a forma como preencher o formulário.

De seguida, podemos ver uma tabela, já preenchida, com as informações relativas à localização, número do processo e partes envolvidas.

No corpo do texto podemos ver que está dividido por pontos do número 1 ao número 7. Os quais estão já formulados, sendo simplesmente necessário preencher com a informação relevante ou assinalar a opção que se aplica nesta situação.

No final da primeira página podemos ver um carimbo que identifica este documento como sendo uma cópia certificada do documento original.

A segunda página deste documento começa da mesma forma que a anterior com o número do processo e as partes envolvidas. Segue-se o corpo do texto onde é revelado que de acordo com os factos mencionados anteriormente o Tribunal dissolve o casamento em questão, declarando as partes solteiras. De seguida, temos uma lista de declarações onde estão assinaladas outras ordens do tribunal.

Para terminar, temos as assinaturas da escritã assistente e dos advogados de ambas as partes, juntamente com a data.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
Appearance	Formulário de comparecimento em tribunal	Para este termo, optei por fazer uma paráfrase explicativa. Para isso, tive em conta o contexto em que o termo se encontrava. “ <i>Status of case: Defendant filed an Appearance</i> ”. O termo “ <i>appearance</i> ” pode ser traduzido como “comparência”, mas traduzi-lo apenas por “comparência” era insuficiente. Optei por completar com “o requerido entregou um formulário de comparecimento em tribunal”, de forma a passar a mensagem do texto de partida.
Print name	Nome em letra de imprensa	Após alguma pesquisa sobre o significado da expressão, optei por traduzir como “Nome em letra de imprensa”, ou seja, escrever o nome de forma legível. Cheguei a esta solução com a ajuda do ProZ http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/other/1203934-

		%22print_name_name_printed%22.html
Notice to Nonappearing Obligor of Income Withholding Order	Notificação da Decisão de Retenção do Rendimento ao Devedor Não-comparecente	Para este termo precisei da ajuda da Diretora. Fiz alguma pesquisa, tentado perceber do que se tratava http://www.uslegalforms.com/ct/CT-JD-FM-70.htm , https://s3.amazonaws.com/uslf-previews/CT/CT-JD-FM-70.pdf , no entanto, não consegui chegar a uma solução sozinha.

Tabela 12 – Dificuldades de Tradução - Anexo I

V. Legislação

Nesta secção temos dois documentos, um guia com informação sobre as leis do casamento em Alberta, Canadá, assim com a informação sobre a mesma legislação, presente em um site. Os documentos encontravam-se em inglês e foram traduzidos para português.

O guia tem uma capa e informações legais, onde se declara que não substitui o aconselhamento legal, que tem os direitos de autor reservados e que não é responsável por qualquer dano causado pela interpretação deste guia. Segue-se um índice com todos os assuntos abordados no guia, como: o que é o casamento; propriedade e números de referência.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
Limitation of liability	Limitação da responsabilidade	“ <i>Liability</i> ” é um termo complexo que pode ter várias traduções. No entanto, neste contexto optei por traduzir como “Limitação da responsabilidade”, pois após alguma pesquisa em documentos com este género de linguagem, verifiquei que era este o termo

		<p>utilizado.</p> <p>http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/law_contracts/2573729-disclaimers_and_limitation_of_liability.html</p>
Dower rights	Direito à propriedade (Dower Rights)	<p>Após alguma pesquisa para perceber do que se tratava, optei por fazer uma tradução funcional, deixando o original entre parênteses, pois como não existe um equivalente na língua de chegada, senti que deveria manter o termo “Dower Rights” caso o leitor precisasse de recorrer à legislação.</p> <p>http://clg.ab.ca/programs-services/dial-a-law/rights-to-your-home-under-the-dower-act/</p>
Stranger	Terceiro	<p>Por norma, “stranger” traduzir-se-ia por “desconhecido”, no entanto, optei por traduzir por “terceiro” por achar que esse termo se enquadrava melhor com a linguagem do guia.</p>
Public trustee	Fideicomissário	<p>Para este termo, optei por uma tradução funcional. Após pesquisar o papel do “Public trustee”, tentei encontrar uma figura equivalente na língua de chegada.</p> <p>http://www.publictrustee.wa.gov.au/W/what_is_the_public_trustees_role.aspx?uid=2771-3689-4538-7170;</p>

		https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fideicomiss%C3%A1rio
Trustee	Administrador	Através do contexto cheguei à solução encontrada. Optei por uma tradução literal que passava a mensagem do texto de partida. https://www.infopedia.pt/dicionarios/ingles-portugues/trustee

Tabela 13 – Dificuldades de Tradução - Anexo J

Este segundo documento destinava-se a um site, pelo que a sua estrutura vinha em texto corrido, sem uma formatação específica, tirando o índice e os títulos e subtítulos. A linguagem deste documento era também mais familiar. Como se trata de um texto para divulgação de informação às massas, optei por usar um registo que fosse percebido por todos.

Dificuldades	Solução encontrada	Comentários
When do I have to make an application by?	Quando tenho que fazer a solicitação?	Como referi em cima, optei por simplificar e transmitir a mensagem do texto de partida de forma a ser compreendida facilmente.
Matrimonial property act	Lei dos Bens Matrimoniais	Para chegar a esta solução dividi o termo em duas partes “ <i>matrimonial property</i> ” e “ <i>act</i> ”, sendo “ <i>act</i> ” uma lei, só me faltava traduzir o resto do termo. Inicialmente tinha optado por “Propriedade matrimonial”, mas uma vez que não se trata apenas de bens imóveis, acabei por alterar para “bens matrimoniais”, pois considerei que estaria mais correto.

Business interests	Juros comerciais	Cheguei a esta solução através do contexto em que o termo se inseria. Optei por uma tradução funcional, de modo a transmitir a mensagem do texto de partida.
RRSP	RRSP (Plano de Poupança-Reforma Registrado)	Para este termo optei por manter a sigla e fazer a explicação entre parênteses. Inicialmente tive que procurar o que significava a sigla e depois optei por mantê-la, pois caso o leitor quisesse fazer uma pesquisa do plano de poupança-reforma, através da sigla chegaria lá facilmente. http://www.cra-arc.gc.ca/tx/ndvdl/tpcs/rrsp-reer/rrsps-eng.html
Matrimonial home	Casa de morada de família	Para este termo optei por uma tradução funcional, pois temos um equivalente em português. Após pesquisar em que consistia cada termo, pude comprovar que se tratava de uma realidade semelhante. http://legal-dictionary.thefreedictionary.com/matrimonial+home ; http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=2545&m=PDF
Exclusive Possession Order	Ordem de Posse Exclusiva	Neste termo optei por fazer uma tradução literal visto que não tínhamos uma realidade semelhante na língua de chegada.

		Não achei necessário fazer uma explicação extra pois no texto acabam por explicar do que se trata.
Harassed	Hostilizado	A solução para este termo adveio do contexto em que se situava. O termo “harassed” pode ser traduzido de diversas formas, com conotações diferentes, incluindo “perturbado”, “molestado”, “assediado”, “vexado” ou “perseguido”, no entanto, optei por “hostilizado” pois não queria fazer uma interpretação errónea do texto de partida.

Tabela 14 – Dificuldades de Tradução - Anexo K

3.3.5. Revisão

Visto que pouco depois do início do meu estágio todas as traduções no meu par de línguas eram feitas por mim, o meu trabalho de revisão foi extinto. Vou, no entanto, analisar as poucas revisões que fiz.

ANEXO VII – L			
Revisão 1			
Texto de Partida	Tradução	Revisão	Comentário
Dossier n° : XX XXXX XXX	Processo n°: XX XXXX	Processo n°: XX XXXX XXX	Devido à formatação, os últimos 3 dígitos do n° do processo não apareciam no texto de chegada. É preciso ter bastante atenção a este tipo de pormenores, especialmente em tradução jurídica.

(...) au sens de l'art. 111 CC (...)	(...) nos termos do artigo 111.º do Código Civil (...)	(...) nos termos do artigo 111.º do Código Civil Suíço (...)	Acho importante referir sempre o país da legislação enumerada nas traduções, caso contrário, pode se induzir o leitor em erro.
Ses charges se composent de son minimum vital par CHF 900, du loyer (...)	As suas despesas consistem no mínimo de subsistência no valor de 900 CHF, no aluguer (...)	As suas despesas consistem no mínimo de subsistência no valor de 900 CHF, na renda (...)	Segundo o artigo 1023.º do Código Civil Português existe uma diferença entre arrendar e alugar. “A locação diz-se arrendamento quando versa sobre coisa imóvel, aluguer quando incide sobre coisa móvel”. Tratando-se, neste caso, do pagamento feito mensalmente para a habitação, trata-se de renda.
Formatação justificada	Formatação à direita	Formatação justificada	Apesar de ser não se tratar de uma correção terminológica, acho importante referir esta revisão, pois acredito que uma grande parte do trabalho do tradutor é certificar-se que a formatação do texto de chegada corresponde o máximo possível à formatação do texto de partida.

ANEXO VII – M

Revisão 2

Texto de Partida	Tradução	Revisão	Comentário
Concelho de Viseu	Council of Viseu	Municipality of Viseu	O termo “ <i>council</i> ” é mais utilizado como um conjunto de pessoas e não como uma divisão territorial. Daí o termo “ <i>municipality</i> ” ser o mais correto nesta situação.

ANEXO VII – N			
Revisão 3			
Texto de Partida	Tradução	Revisão	Comentário
Le 10.11.12	Em 10.11.12	A 10.11.12	Para este tipo de documento, em que é necessário preencher espaços com as informações pessoais, acredito que seja mais correto utilizar a preposição “a” + data, e utilizar a preposição “em” + local.
Bloc (...) 83	Lloc (...) 13	Bloc (...) 83	Durante a conversão o tradutor não se apercebeu da troca dos caracteres e foi necessário fazer a correção durante a revisão.

Tabela 15 – Revisões

Após o estágio e todas as tarefas nele desenvolvidas pude comprovar que tal como Gouadec (2007) afirma que o trabalho do tradutor está dividido em três fases. Sendo que a fase da transferência se encontra, ainda, subdividida:

1. Pre-translation
2. Translation
3. Post-translation

Pre-translation includes anything that takes place up to the moment the translator actually receives the material for translation: everything that has to do with getting the job, writing out estimates, getting the specifications right, contracting.

Translation in turn is divided into three stages:

1. Pre-transfer
2. Transfer
3. Post-transfer

Pre-transfer includes all operation leading up to the actual ‘translating’, including preparation of the material, documentary searches, alignment, memory consolidation, terminology mining, deciding on options, etc.

Transfer is the well-known core activity of shifting to another language-culture combination.

Post-transfer covers anything that has to be done to meet the quality requirements and criteria prior to delivery of the translated material. It mostly pertains to quality control and upgrading. It also includes formatting and various preparations for delivery.

Post-translation covers all activities that follow delivery of the translated material. These include possible integration of the translated material (as in simulation of subtitles, layout prior to publishing, integration in a Web site or in an international soundtrack, etc.) but also, of course, all the “administrative” business of getting paid, setting up an archive of the project, consolidating the terminology for future uses, and much more (Gouadec, 2007, p.13).

Podemos ver, através da citação de Gouadec, uma descrição muito acertada de todas as fases do trabalho do tradutor, tocando em todos os aspetos essenciais, desde a obtenção do trabalho em si, até todos os pequenos passos que o tradutor tem que tomar até à entrega do produto final. A primeira fase, denominada de “*pre-translation*” por Gouadec, para uma empresa de tradução consiste em investir em publicidade de forma a chegar a potenciais clientes, fazer orçamentos a potenciais trabalhos de tradução, assim como, adjudicar a tradução a um tradutor específico. A segunda fase, comumente denominada por tradução, está dividida em três partes, “*pre-transfer*”, “*transfer*” e “*post-transfer*”. A “*pre-transfer*” consiste na preparação da tradução, desde a passagem do material da forma física à digital, a verificação do OCR, importação do documento no programa de apoio à tradução, pesquisa de documentos do mesmo género, alinhamentos de traduções semelhantes, etc. A “*transfer*” é a parte da tradução em si, a transferência de uma língua para outra. A “*post-transfer*” equivale à revisão e controlo da qualidade, assim como alguma formatação necessária após a exportação do documento do programa de apoio à tradução. Por fim, a “*post-translation*”, consiste, maioritariamente na entrega da tradução, em receber pelo trabalho, reaproveitamento de terminologia para traduções futuras (alinhamentos e inserção de termos na base terminológica, por exemplo), etc.

Tendo em conta o trabalho de revisão desenvolvido, a poucos dias de terminar o estágio, a Diretora propôs-me que escrevesse um artigo para o blog da ABC sobre os passos da revisão de uma tradução. Que passo a citar:

Revisão de Traduções: 6 passos

Existem certas diferenças entre a simples revisão linguística de um texto e a revisão de uma tradução. O número de etapas a seguir na revisão de uma tradução é mais significativo.

1. Rever o texto no programa de tradução (CAT)

Hoje em dia, a maioria das traduções são feitas em programas de tradução (“Memórias”), pelo que o primeiro passo deverá ser rever o texto ainda no programa de tradução, segmento a segmento de modo a rever os segmentos inseridos na memória e inserir termos e expressões técnicas na base terminológica.

2. Rever o documento fora do programa de tradução (CAT)

Depois da revisão no programa de tradução deve ser feita outra revisão, exportando o documento e revendo-o fora do programa, de forma a ter uma melhor percepção da estrutura do documento, e não apenas segmento a segmento.

3. Imprimir a tradução (opcional)

Este passo pode parecer dispendioso, mas a nossa atenção na leitura em papel é superior à leitura no computador. Certamente que já lhe aconteceu fazer um trabalho e revê-lo e, depois de o imprimir, notar erros ou gralhas que não tinha identificado antes.

4. Ler em voz alta

O nosso cérebro gosta de nos pregar partidas e autocorrigir-se. Ao ler o texto em voz alta consegue aperceber-se, mais facilmente, de erros de concordância, erros semânticos e onde deve fazer pausas (pontuação).

5. Rever o texto de chegada (tradução) sem olhar para o texto de partida (original)

Ao rever apenas o texto de chegada (tradução), sem ter visto o texto original, conseguirá detetar melhor a existência de gralhas, se as frases fazem ou não sentido, e se o texto é coerente. O tradutor ao fazer a sua tradução poderá não se ter apercebido que uma frase não faz sentido na língua de chegada ou, pode não ter conseguido transmitir a mensagem do original.

6. Fazer uma segunda análise da tradução, analisando os dois documentos

Nesta segunda análise, o revisor deverá, então, rever a tradução e verificar se todos os elementos constantes no documento original foram reproduzidos e traduzidos; se os termos foram corretamente traduzidos e, verificar se os números e nomes próprios foram bem transcritos.

No entanto, a revisão de uma tradução não deverá ser feita apenas por uma pessoa (o próprio tradutor), deverá ser também feita por um segundo profissional (o revisor), garantindo, assim, um melhor controlo de qualidade. De igual modo, as correções que forem feitas ao texto já fora da Memória deverão ser repercutidas na mesma, a fim de manter a coerência terminológica em futuras ocorrências.¹

¹ A publicação pode ser vista em <http://gabineteabc.blogspot.pt/2017/03/revisao-de-traducoes-6-passos.html>

4. Conclusão

Tudo o que sei sobre tradução aprendi nestes cinco anos de estudos, quer na Licenciatura, quer no Mestrado. O plano de estudos da Universidade de Aveiro é muito bom e os professores conseguem transmitir a realidade da profissão para os alunos. Desde cedo aprendemos que é uma profissão difícil e com pouco reconhecimento, pelo que não somos apanhados de surpresa quando nos deparamos com a realidade profissional. Aprendemos que os prazos dos clientes são curtos e que devemos valorizar o nosso trabalho. Aprendemos a justificar as nossas escolhas tradutivas desde o início, de modo a defendê-las perante os clientes. Aprendemos que devemos ter sempre em conta o contexto e o propósito do texto de chegada para fazermos uma tradução ainda melhor. Aprendemos que as ferramentas de apoio à tradução são o futuro da profissão e que devemos dominá-las e aproveitá-las ao máximo para rentabilizarmos o nosso tempo. Até aprendemos onde procurar trabalho de tradução e fazer um currículo e cartas de motivação dando ênfase ao nosso domínio das línguas e das ferramentas de apoio à tradução. No entanto, acredito que, tendo o Mestrado uma vertente de especialização em Ciências Jurídicas, seria ainda mais proveitoso ter durante todo o Mestrado a unidade curricular de Fundamentos em Direito, e não apenas em dois semestres em anos diferentes, de modo a conseguirmos aprofundar o mais possível esse conhecimento que nos viria a ser bastante útil. Ter fundamentos em Direito conjuntamente com as aulas de Práticas Avançadas de Tradução, não só melhoraria as nossas traduções como nos ajudaria a perceber melhor os conceitos com que nos deparávamos em cada aula e faria com que conseguíssemos justificar melhor as nossas escolhas terminológicas.

De maneira a ter uma noção mais prática da profissão optei por fazer um estágio para terminar o Mestrado, conseguindo assim ter uma visão mais global da profissão e da realidade de um ponto de vista diferente, do ponto de vista de uma empresa de tradução. Através deste estágio consegui verificar que tudo o que nos foi ensinado durante o nosso percurso académico viria a ser útil e posto em prática. Tive a oportunidade de aprender a trabalhar com um novo programa de tradução, que teria sido uma missão assustadora se já não tivesse tido a oportunidade de trabalhar com outros programas anteriormente. Tive que justificar as minhas escolhas tradutivas, enumerando as minhas fontes. Tive que fazer revisão, o que já tinha feito como autorevisão. No entanto, nunca tinha tido a oportunidade de rever o trabalho de outra pessoa. Apesar de termos tido uma Unidade Curricular dedicada às técnicas de revisão, apenas

abordamos a teoria, não fazendo um trabalho prático, o que acredito que tivesse sido interessante, visto que os tradutores acabam por fazer muita revisão.

Sinto, no entanto, que há uma falha no plano curricular do Mestrado de Tradução Especializada em Ciências Jurídicas que deve ser retificada. Enquanto tradutores jurídicos é-nos pedido para certificar as nossas traduções, o que não foi abordado em nenhuma aula. Não sabemos, então, o que é necessário fazer, ou que tipos de certificações existem, nem para que servem. Através do estágio aprendi o que são traduções certificadas, quem as pode certificar e como o fazer.

Durante o estágio tive a oportunidade de trabalhar com diversos tipos textuais e fazer várias traduções. Ao repetir tipos de documentos fui ficando mais confiante nas minhas escolhas tradutivas e diminuindo o tempo de pesquisa necessário para terminar uma tradução.

O meu trabalho na empresa não consistia apenas em fazer tradução. Inicialmente, comecei por fazer revisão, e foi-me pedido pela Diretora que fizesse uma reflexão sobre as técnicas de revisão de uma tradução. Esta tarefa de reflexão permitiu-me, posteriormente, escrever um artigo para o blog da empresa.

Paralelamente à tradução tive que fazer a preparação das traduções, nomeadamente a conversão dos ficheiros PDF para um formato editável (MS Word). Considerando a imagem/estrutura do documento muito importante, tentei ao máximo ser fiel ao original e fazer com que o documento ficasse o mais parecido possível. Nesta fase, tive que ultrapassar alguns desafios de software pois, na empresa, estava a trabalhar com a versão MS Word 2003.

Enquanto estagiária tive alguns momentos menos ocupados, nos quais aproveitei para ler sobre a teoria da tradução, nomeadamente sobre os temas abordados neste relatório como o perfil do tradutor, as suas competências e o domínio das ferramentas de apoio à tradução. Aquando da minha leitura, senti a necessidade de criar um questionário para complementar a informação lida de autores estrangeiros. Com este questionário tentei perceber a realidade do mercado português e saber a opinião de outros tradutores acerca de temas polémicos como a tradução para fora da língua materna e a indispensabilidade das ferramentas de apoio à tradução nos tempos que correm. Através deste questionário foi-me possível questionar se os dados que me eram fornecidos pelos autores estrangeiros se aplicavam à realidade do nosso país e ficar com uma ideia mais clara dessa realidade.

Com este estágio não só tive a oportunidade de aprofundar os meus conhecimentos em tradução jurídica e pôr em prática tudo o que aprendi, como pude presenciar a realidade do

trabalho numa empresa de tradução, aprofundar o meu gosto pela tradução e em aprender. Pude, ainda, ter a noção da responsabilidade que um tradutor jurídico tem, quer para com a empresa onde trabalha, quer para o cliente final.

Referências bibliográficas:

Dam, H. V., Koskinen K. (2016). Academic boundary work and the translation profession: insiders, outsiders and (assumed) boundaries. *The Journal of Specialised Translation*. (Issue 25), 254-267. Disponível em: <http://www.jostrans.org/index.php>

Dam, H. V., Koskinen K. (2016). The translation profession: centres and peripheries. *The Journal of Specialised Translation*. (Issue 25), 2-14. Disponível em: <http://www.jostrans.org/index.php>

Gouadec, D. (2007). *Translation as a Profession*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company

Harvey, M. (2002). What's so special about Legal Translation?. *Meta: Translator's Journal*, 47 (2), 177-185. Disponível em: <https://meta.erudit.org/>

Le Poder, M. (2014). Profil et compétences des traducteur/traductrices des départements de langue espagnole et française de la Direction générale de la traduction. *The Journal of Specialised Translation*. (Issue 21), 112-132. Disponível em: <http://www.jostrans.org/index.php>

Robinson, D. (2003). *Becoming a Translator* (2ª ed.). London & New York: Routledge

Šarčević, S. (1997). *New Approach to Legal Translation*. The Hague, London, Boston: Kluwer Law International

Bibliografia Consultada:

Déjà Vu X Professional User's Guide

Galan-Mañas, A. (2011). Translating authentic technical documents in specialised translation classes. *The Journal of Specialised Translation*. (Issue 16), 109-125. Disponível em: <http://www.jostrans.org/index.php>

EN 15038 Translation services – Service requirements

PACTE GROUP (2011). Results of the validation of the pacte translation competence model: translation project and dynamic translation index. In: Sharon O'Brien (ed.) *IATIS Yearbook 2010*, Londres: Continuum (aceptada y en prensa).

Pym A. (2003). Redefining Translation Competence in an Electronic Age. In *Defense of a Minimalist Approach*. *Meta: Translator's Journal*, 48(4), 481-497. Disponível em: <https://meta.erudit.org/>

Recursos Online:

<http://web.lettras.up.pt/egalvao/prEN-15038.pdf> (visto a 04.01.2017)

 <http://www.bniportugal.com/> (visto a 06.01.2017)

 <http://formacao.gabineteabc.com/> (visto a 06.01.2017)

http://www.dsaj.gov.mo/content/pt/download/forms/crc/Divorcio_pt.pdf (visto a 06.01.2017)

 <http://www.gabineteabc.com/> (visto a 06.01.2017)

 <http://www.atril.com/> (visto a 06.01.2017)

 http://www.atril.com/content/discover-d%C3%A9j%C3%A0-vu-x3#The_Origin (visto a 06.01.2017)

 http://www.proz.com/software-comparison-tool/tool/d%C3%A9j%C3%A0_vu_x3/136 (visto a 16.01.2017)

 http://www.proz.com/software-comparison-tool/compare/136-7/d%C3%A9j%C3%A0_vu_x3-to-memoQ (visto a 16.01.2017)

<https://www.igac.pt/documents/20178/358682/C%C3%B3digo+Civil.pdf/2e6b36d8-876b-433c-88c1-5b066aa93991> (visto a 20.01.2017)


 <http://abctraducoes.pt/> (visto a 05.05.2017)


<http://gabineteabc.blogspot.pt/2017/03/revisao-de-traducoes-6-passos.html> (visto a 05.05.2017)


<http://www.conselhodosjulgadosdepaz.com.pt/informacao.asp> (visto a 23.05.2017)


<http://www.dgsi.pt/cajp.nsf/954foce6ad9dd8b980256b5f003fa814/a0b9300ffd9b865380257d6400385e98?OpenDocument> (visto a 23.05.2017)


Dicionários:


 <https://www.infopedia.pt/> (versão paga)


 <http://www.linguee.pt/>


 <http://iate.europa.eu/SearchByQueryLoad.do;jsessionid=dj2vJqZLQg1p0H1yJNfclrJJGgvYLhbdZcpDhksLZyYpg8xH2y56!1759093768?method=load>

 <http://jurislingue.gddc.pt/>

 <https://www.dictionnaire-juridique.com/>

 <http://www.larousse.fr/>

 <https://www.priberam.pt/dlpo/>

 <http://www.proz.com/search/>

ANEXOS

ANEXO I

DOCUMENTOS ACADÉMICOS

CERTIFICADOS

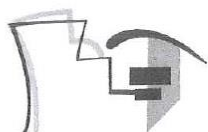
DIPLOMAS

BOLETINS DE NOTAS

ANEXO A



MINISTÈRE
DE L'ÉDUCATION NATIONALE
MINISTÈRE DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR
ET DE LA RECHERCHE



LYCÉE PROFESSIONNEL
HONORÉ BARADAT

ATTESTATION

--oOo--

Le Proviseur du Lycée Professionnel Honoré Baradat de PAU (64) atteste que
[redacted] (née le 28/06/1999) était scolarisée dans
l'établissement du 1^{er} septembre au 7 décembre 2016 en seconde
professionnelle Gestion Administration.

Certifica-se a fotocopia conforme
Ao original (fotocópia certificada
Conforme)
Consulado Honorário de Portugal
Em DAX, aos: 16/12/2016
O Conselheiro Honorário

[signature illisible]



Fait à Pau, le 12 décembre 2016

Le Proviseur

[signature illisible]





Bulletin du 1er Trimestre

Née le 26/06/1999

N° national : [REDACTED]

EXTERNE LIBRE

Année scolaire : 2016/2017

2GA (28 élèves)

Professeur principal : Mme [REDACTED]

Mme [REDACTED]

Matières	Moyennes			Appréciations
	Elève	-	+	
enseignement général	11,19	1,00	14,43	
FRANCAIS	10,14	6,22	15,00	Ensemble moyen, intensifiez vos efforts.
Mme [REDACTED]				
FRANCAIS	10,14	6,22	14,78	
HIST.GEO.EN.MOR.CIV.	10,90	0,00	13,83	Les résultats écrits sont un peu justes. Le travail est correct en classe.
Mme [REDACTED]				
MATHEMATIQUES	14,50	6,00	17,00	Bon trimestre. Elève sérieuse.
M. [REDACTED]				
ANGLAIS LV1	7,00	2,00	12,75	[REDACTED] doit cesser ses interventions intempestives et se mettre au travail sérieusement. Résultats médiocres.
Mme [REDACTED]				
ESPAGNOL LV2	14,50	7,50	16,50	Bon travail, bons résultats.
Mme [REDACTED]				
ECONOMIE et DROIT	10,00	2,25	15,50	Ensemble moyen, il faut davantage apprendre les leçons
Mme [REDACTED]				
ECONOMIE et DROIT	12,50	4,00	16,00	Résultat convenable
Mme [REDACTED]				
PREVENT.-SANTE-ENV.	15,33	6,89	20,00	Tes résultats à l'écrit sont très satisfaisants et ne pourront qu'être améliorés si tu bavarde moins et si tu portes plus d'attention à ce qui se passe en cours.
Mme [REDACTED]				
ARTS APPLIQUES	9,00	4,50	15,00	Des résultats bien modestes par manque d'implication sérieuse dans le travail.
Mme [REDACTED]				
ED.PHYSIQUE & SPORT.	8,00	5,00	17,00	Résultats faibles en raison du manque d'investissement. J'attends des efforts soutenus et réguliers.
Mme [REDACTED]				
enseignement professionnel	12,17	5,30	16,54	
ADMINISTRATION	14,13	5,10	17,29	Ensemble satisfaisant. Continuez dans cette voie.
Mme [REDACTED]				
ADMINISTRATION	16,25	3,25	16,25	
Mme [REDACTED]				
ADMINISTRATION	12,00	5,10	16,88	
Mme [REDACTED]				
GERER	10,20	4,90	18,50	Résultats fragiles, vous devez apprendre davantage vos leçons. Le travail en classe est convenable
Mme [REDACTED]				
GERER	10,20	4,90	13,70	
Mme [REDACTED]				
Moyenne générale	11,35			

Absences : 10 demi-journées - Aucun retard

Appréciation globale : Ensemble moyen. Des capacités qu'il faudra exploiter davantage à l'avenir.

Le chef d'établissement
[signature illisible]

Certifica-se a fotocopia conforme
Ao original (photocopie certifiée
Conforme)

Consulado Honorário de Portugal

Em DAX, aos 10/11/2016

O Cônsul Honorário

[signature illisible]



de BORDEAUX
établissement : 0640058R
année scolaire 2016-2017

LP R. HONORE BARADAT - LYCEE PROF. REG. H-BARADAT
28 Avenue Pierre MASSE
64000 PAU

Certificat de fin de scolarité dans l'établissement

Je soussigné(e) MME [REDACTED], PROVEUR
certifie que l'élève : [REDACTED]
n° national : [REDACTED]
né(e) le : 28/06/1999 à VISEU (PORTUGAL)
a fréquenté l'établissement
en qualité de : EXTERNE LIBRE
dans la formation de : ZNDPRO GESTION-ADMINISTRATION
en division : 2GA - 2de GEST ADMIN
pendant l'année scolaire : 2016-2017
a quitté l'établissement
le : 07/12/2016
pour le motif : AUTRE SUITE ETUDES : ETRANGER UE

fait à : PAU
le : lundi 12 décembre 2016

Cachet et signature :
[signature illisible]

Je soussigné(e) MME [REDACTED], agent comptable,
certifie que l'élève : [REDACTED]
est en règle avec la caisse à ce jour.

fait à : PAU
le : lundi 12 décembre 2016

Certifica-se a fotocópia con:
Ao original (fotocópia certi
Conforme)

Consulado Honorário de Portugal
Em DAX, aos 16/17/2016
O Cônsul Honorário

[signature illisible]

Cachet et signature :

[signature illisible]

ANEXO B



Certificado

Escola Secundária Viriato

(estabelecimento de ensino)

Diretor(a)

(nome do titular do órgão de administração e gestão)

(designação do cargo)

certifica que _____, titular
do (a) Cartão de Cidadão n.º _____ com a data de validade de 30 / 05 / 2018, concluiu, no
ano escolar 2015 / 2016, o CURSO (b) Profissional Técnico Auxiliar de Saúde, ao abrigo
do Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, com a classificação final de 15 (Quinze) valores, e obteve o ensino
secundário e certificação profissional em (c) Técnico Auxiliar de Saúde,
conferindo o nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações, pelo que, para os efeitos legais, lhe é passado o
presente CERTIFICADO que vai assinado e autenticado por mim e pelo responsável dos serviços administrativos. Consta do
Livro de Termos n.º _____, S/N _____, fls. _____, S/N _____.

Viseu

, em 27 de

Setembro

de

2016

(localidade)

O (A) Responsável dos Serviços Administrativos

[assinatura ilegível]

(assinatura e selo branco)

Diretor(a)

(designação do cargo)

[assinatura ilegível]

(assinatura e selo branco)

Conta:

Emolumentos: 0,25 €

Impresso: 0,25 €

Registo: 016/5680

P.J.

(a) Escrever Bilhete de Identidade, Cartão do Cidadão, Passaporte ou Autorização de Residência

(b) Profissional de ... (Indicar a respectiva designação)

de Ensino Artístico Especializado de ... (Indicar a respectiva designação) e "de ensino recorrente", se for o caso
Tecnológico do ensino recorrente (Indicar respectiva designação)

(c) Indicar a designação da saída profissional (cursos profissionais)/da especialização (cursos de ensino artístico especializado)/da especificação (cursos tecnológicos do ensino
recorrente). No caso dos cursos profissionais, indicar a saída profissional da variante frequentada.

Certificado - Modelo BA (Anexo I da Portaria nº199/2011, de 19 de Maio)





Classificação final do Curso Profissional de

Profissional Técnico Auxiliar de Saúde

Componente de Formação Sociocultural

Português	11	(Onze) valores
Inglês	11	(Onze) valores
Área de Integração	16	(Dezasseis) valores
Tecnologias da Informação e da Comunicação	15	(Quinze) valores
Educação Física	14	(Catorze) valores

Componente de Formação Científica

Matemática	14	(Catorze) valores
Físico-Química	13	(Treze) valores
Biologia	14	(Catorze) valores

Componente de Formação Técnica (2)

Saúde	13	(Treze) valores
Gestão Organização de Serviços e Cuidados de Saúde	14	(Catorze) valores
Comunicação e Relações Interpessoais	13	(Treze) valores
Higiene, Segurança e Cuidados Gerais	13	(Treze) valores
Formação em Contexto do Trabalho	16	(Dezasseis) valores

Realizou a Prova de Aptidão Profissional (PAP) (3) Importância dos Técnicos

Auxiliares de Saúde no Apoio Domiciliário. -----

----- com a classificação de 18 (Dezoito) valores

- (1) Designar a língua estrangeira frequentada e o respectivo nível
(2) Na disciplina de Instrumentos especificar o instrumento frequentado
(3) Indicar a designação do trabalho apresentado

ANEXO C



INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE VISEU

Diploma

----- [REDACTED], Coordenadora Técnica dos Serviços Académicos
da Escola Superior de Saúde de Viseu certifica, em face do arquivo respectivo, que [REDACTED]
[REDACTED], filha de [REDACTED] e de [REDACTED]
[REDACTED], de nacionalidade Portuguesa, portadora do documento de identificação número
[REDACTED], concluiu neste Estabelecimento de Ensino Superior, em 15-07-2011, o curso de
Licenciatura em Enfermagem (240 ECTS) com classificação final de 15 (quinze) valores,
tendo-lhe sido conferido o grau de licenciada, nos termos do Despacho n.º 16043/2006 de 7
de Julho de 2006. -----

----- Por ser verdade e me haver sido pedido, foi passado o presente diploma que vai
assinado e autenticado com o selo branco em uso neste Estabelecimento de Ensino. -----

Escola Superior de Saúde de Viseu, em 19 de Julho de 2011

A Coordenadora Técnica,

[assinatura ilegível]

ANEXO D



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Certificado de Matrícula

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
Direção de Serviços da Região
Conservatório de Música de Coimbra

Exmo. Senhor(a)
Coordenador(a) Técnico(a)
Conservatório de Música de Coimbra

_____, encarregado de Educação do aluno _____
_____, filho(a) de _____ e de _____
nascido(a) em **08-12-1999**, na freguesia de **União das freguesias de Viseu**, concelho de **Viseu**, solicita a V.
Ex^a se digne a certificar que:

- Está matriculado no presente ano lectivo de 2016/2017, turma Art A no 8º Grau, ensino Sec. Artístico, no Curso Secundário de Instrumento.
- No ano lectivo de 2015/2016 frequentou o 7º Grau, turma Art A, tendo obtido aproveitamento.

COIMBRA Santo António dos Olivais, 17-01-2017

O Requerente,

[assinatura ilegível]

Confirmo as declarações acima referidas, pelo que vai o presente Certificado de Matrícula autenticado com o selo branco em uso neste Estabelecimento de Ensino.

COIMBRA Santo António dos Olivais, 17-01-2017

Coordenador(a) Técnico(a)

[assinatura ilegível]



ANEXO II

DOCUMENTOS DE EMPRESAS

PEDIDO PARA NOTIFICAÇÃO URGENTE

PEDIDO DE REFORMA ANTECIPADA

PEDIDO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CERTIFICADO DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL

APOSTILA

ANEXO E

REQUÊTE AFIN D'ASSIGNER D'HEURE A HEURE

La Société A (ci-après A) est titulaire et propriétaire de modèles communautaire n°1 et 2 portant respectivement sur un modèle de canapés et sur un modèle d'accoudoir commercialisés sous la marque X et sous la référence commerciale XX.

Du 3 au 6 décembre 2016, la Société A a exposé à Paris les modèles de sa collection et en particulier son canapé 2 places XX, lors du Salon EspritMeuble.

A cette occasion, la société A a eu la désagréable surprise de constater que sur le stand contigu à son stand X étaient exposés par la Société B deux modèles de canapé (2 places et 3 places) sous le nom YY dégageant la même impression d'ensemble que celle de ses deux modèles communautaires n°1 et 2.

La Société Requérante a fait procéder par Maître Marie Claire, Huissier de Justice, le 5 décembre 2016, au constat de cette présentation et cette offre à la vente du modèle de canapé YY 2 places.

Il est depuis venu à la connaissance de la Société A que la Société B exposera, tout comme elle, au Salon du Mobilier qui aura lieu à Nantes du 5 au 7 février 2017.

Elle a adressé une lettre de mise en demeure à la Société B le 13 janvier 2017 laquelle est restée sans réponse.

La Société Requérante n'a dès lors d'autre choix que de procéder judiciairement afin qu'il soit mis un terme, dans les plus brefs délais, à de tels actes d'usage illicite de ses modèles communautaires n°1 et 2.

L'extrême urgence de ce litige est justifiée par le fait que:

- la Société Requérante souhaite exposer sa collection et en particulier sa gamme XX sans qu'un modèle contrefaisant soit proposé à la vente et exposé par la Société B sur le même salon du 5 au 7 février 2017;
- or la diffusion du catalogue B comportant la gamme YY arguée de contrefaçon sur le marché français lequel constitue % du chiffre d'affaire de la Société A, porte gravement atteinte à la promotion de la gamme XX;
- les agissements dont se rend coupable la défenderesse violent manifestement les droits sur les modèles dont est titulaire la société A.

Chaque jour supplémentaire de poursuite de la commercialisation de la gamme contrefaisante préjudiciable pour la Société A contribue avec certitude à la dilution de la valeur de ses modèles de canapés et de fauteuils sur lequel elle dispose de droits exclusifs. Il importe donc de faire cesser au plus tôt cette source de préjudice.

Présentée à Paris, le

ORDONNANCE

Nous,

Agissant par délégation de Monsieur le Président du Tribunal de Grande Instance de PARIS,

Autorisons à assigner pour le:

devant nous siégeant

Disons que la présente assignation devra être signifiée avant:

Fait le

ASSIGNATION EN RÉFÉRÉ D'HEURE A HEURE

devant Monsieur le Président du Tribunal de Grande Instance de PARIS

L'an deux mille dix-sept

Et le

A LA DEMANDE DE :

La Société A, société de droit portugais, ayant son siège social situé au ..., au Portugal, immatriculée sous le n°***, agissant poursuites et diligences de son représentant légal domicilié en cette qualité audit siège.

Ayant pour Avocat constitué :

XXXXXXXXX [nom]

Représentée par Maître XXXX [nom]

Avocat au Barreau de Paris

[adresse] Paris

Tél: **** – Fax: ****

Palais ****

Au Cabinet de laquelle elle élit domicile

J'ai

Maître
Huissier de Justice
demeurant

Donné assignation à comparaître pour le _____ à _____ h _____ ,
à l'audience et par devant Monsieur le Président du Tribunal de Grande Instance de PARIS, sis
[adresse] PARIS, au Palais de Justice de PARIS.

DESTINATAIRE DE LA PRÉSENTE ASSIGNATION :

La société B, société de droit portugais, ayant son siège social ..., au Portugal, immatriculée sous le
numéro prise en la personne de son représentant légal en exercice domicilié en cette qualité
audit siège.

TRES IMPORTANT

Vous devez comparaître à cette audience seul (e) ou assisté (e) d'un Avocat ou vous y faire
représenter par un avocat.

A défaut, vous vous exposeriez à ce qu'une ordonnance soit rendue à votre rencontre sur les seuls
éléments fournis par votre adversaire.

Les pièces sur lesquelles la demande est fondée sont indiquées en fin d'acte.

PLAISE A MONSIEUR LE PRESIDENT

I – EXPOSÉ DES FAITS

Présentation de la demanderesse et de ses droits de propriété intellectuelle

Créée en 2010, la Société A, société de droit portugais, a pour activité la fabrication, la distribution et la commercialisation de modèles de meubles en particulier des canapés et des fauteuils vendus sous la marque X.

Comme de nombreuses sociétés portugaises, le marché de prédilection de la Société A est le marché français.

La Société demanderesse expose ainsi dans tous les grands évènements français consacrés à la décoration et à l'ameublement notamment le Salons Espritmeuble, le Salon du Mobilier à Nantes, le Salon Maison et Objet pour promouvoir ses collections auprès des professionnels français.

La Société A a toujours eu à cœur de proposer des designs de fauteuils et canapés novateurs, lui permettant de distinguer ses produits de ceux de la concurrence et sur lequel elle dispose de droits de propriété intellectuelle.

A cet égard, la Société demanderesse est titulaire de plusieurs modèles communautaires dont les modèles suivants: (...) [description des canapés]

Constatation des faits délictueux commis par la Société B

Lors du Salon Espritmeuble, rendez-vous incontournable des professionnels de l'ameublement, ayant eu lieu au Parc des Expositions de Paris du 3 au 6 décembre 2016, la Société A a exposé les modèles de sa nouvelle collection dont le canapé XX sur le stand *.

La Société demanderesse a constaté que la Société B qui occupait le stand adjacent ** exposait un modèle de canapé deux places et un canapé trois places avec méridienne reproduisant à l'identique les caractéristiques ornementales essentielles de sa gamme XX.
(...)

Le 5 décembre 2016, la Société A a fait constater par huissier l'offre à la vente du modèle de canapé litigieux deux places.

Les deux modèles de canapés sont également présentés dans le catalogue de la collection B 2016 sous la référence commerciale YY.

[description des canapés litigieux]

Il sera ci-après démontré que la Société A est recevable et bien fondée, en application de l'article L.521-6 du Code de la Propriété intellectuelle, à solliciter auprès de Monsieur le Président du Tribunal des mesures d'interdiction de fabrication, de distribution, de promotion et de commercialisation du modèle de fauteuil et canapé YY par la Société B ainsi que l'octroi d'une provision pour le préjudice incontestable qu'elle a déjà subi.

II – DISCUSSION

A. LA SOCIETE B EST RESPONSABLE D'ACTES AVERES DE CONTREFAÇON DES MODELES COMMUNAUTAIRES n°1 et n°2 NECESSITANT LE PRONONCE A SON ENCONTRE D'UNE MESURE D'INTERDICTION SOUS ASTREINTE

1. Sur les exigences de l'article L.521-6 du Code de la Propriété intellectuelle

Il résulte de l'article L 521-6 du Code de la Propriété intellectuelle que :

«Toute personne ayant qualité pour agir en contrefaçon peut saisir en référé la juridiction civile compétente afin de voir ordonner, au besoin sous astreinte, à l'encontre du prétendu contrefacteur ou des intermédiaires dont il utilise les services, toute mesure destinée à prévenir une atteinte imminente aux droits conférés par le titre ou à empêcher la poursuite d'actes argués de contrefaçon. La juridiction civile compétente peut également ordonner toutes mesures urgentes sur requête lorsque les circonstances exigent que ces mesures ne soient pas prises contradictoirement, notamment lorsque tout retard serait de nature à causer un préjudice irréparable au demandeur».

Ainsi, le Président de la juridiction compétente, saisi en référé, peut interdire sous astreinte, avant l'engagement d'une action au fond et à titre provisoire, la poursuite des faits de contrefaçon.

Par ailleurs, l'article L.716-6 précité prévoit que:

«la juridiction ne peut ordonner les mesures demandées que si les éléments de preuve, raisonnablement accessibles au demandeur, rendent vraisemblable qu'il est porté atteinte à ses droits ou qu'une telle atteinte est imminente».

2. Sur la contrefaçon avérée des modèles communautaires n°1 et n°2 par la Société B

Selon l'article 10 alinéa 1 du Règlement communautaire n°6/2002 du 12 décembre 2001, la protection conférée par le dessin et modèle communautaire s'étend à tout dessin ou modèle qui ne produit pas sur l'utilisateur averti une impression visuelle globale différente.

L'article 19-1 du Règlement précise que le dessin ou modèle communautaire enregistré confère à son titulaire le droit exclusif de l'utiliser et d'interdire à tout tiers de l'utiliser sans son consentement.

Par ailleurs, les articles L. 513-4 et L. 513-5 du Code de la propriété intellectuelle issus de l'ordonnance du 25 juillet 2001 disposent que :

«sont interdits, à défaut du consentement du propriétaire du dessin ou modèle, la fabrication, l'offre, la mise sur le marché, l'importation, l'exportation, le transbordement, l'utilisation ou la détention à ces fins d'un produit incorporant le dessin ou modèle.

La protection conférée par l'enregistrement d'un dessin ou modèle s'étend à tout dessin ou modèle qui ne produit pas sur l'observateur averti une impression visuelle d'ensemble différente».

Enfin, l'article L.522-1 du code de la propriété intellectuelle prévoit que:

«Les chapitres I^{er} et I^{er} bis du présent titre sont applicables aux atteintes portées aux droits du propriétaire d'un dessin ou modèle communautaire».

En l'espèce, il ne fait aucun doute que les canapés exposés par la société B constituent la contrefaçon du canapé XX, objet du modèle communautaire n°1 et de son accoudoir, objet du modèle communautaire n°2.

Ainsi qu'il l'a été rappelé ci-dessus, la protection accordée au modèle s'applique à toute forme qui *«ne produit pas sur l'utilisateur averti une impression visuelle globale différente»*.

Il en va de même en droit interne français s'agissant du dessin ou modèle national dont la jurisprudence a rappelé de manière très claire que la contrefaçon est réalisée dès lors que le produit litigieux reproduit *«les caractéristiques essentielles du modèle déposé»* engendrant par là-même *«la même impression d'ensemble»* qui ne nécessite pas la démonstration d'un risque de confusion (Cass. com. 26 mars 2008 : Bull.civ IV n°66).

Par ailleurs, en vertu de l'article 10 du Règlement communautaire n° 6/2002, l'étendue de la protection accordée au dessin ou modèle doit être appréciée en considération du degré de liberté du créateur compte tenu du type de produit dans lequel s'incorpore le dessin ou modèle.

Il en ressort que plus le degré de liberté du créateur est important, plus il est aisé pour les opérateurs économiques en concurrence de s'éloigner de la forme retenue par le titulaire du modèle déposé et, plus la reprise des caractéristiques de ce modèle doit être en conséquence sanctionnée, celle-ci ne correspondant à aucune contrainte.

En matière de fauteuils et de canapés, ces contraintes sont extrêmement réduites, celles-ci ne relevant que de la nécessité d'assurer une assise pour ses utilisateurs.

Il existe en conséquence une grande liberté du créateur dans la réalisation de ce type de mobilier.

Il était donc aisé pour la société B d'adopter des canapés et fauteuils se différenciant de ceux objets des modèles communautaire *2 et français *1 appartenant à la Société demanderesse.

La défenderesse a pourtant délibérément repris, sans nécessité aucune, les éléments de design qui caractérisent la gamme XX proposée par la société demanderesse.

Il résulte tant des extraits du catalogue de vente B que des photographies annexées au procès-verbal de constat d'huissier dressé le 5 décembre 2016 que la Société B commercialise une gamme YY reproduisant les caractéristiques essentielles du modèle de canapé XX et de son accoudoir, respectivement objets des modèles communautaires n°1 et n°2.

[comparaison entre les deux canapés] (...)

L'ensemble des modèles composant la gamme YY adopte un accoudoir dont les caractéristiques esthétiques sont identiques à celles de l'accoudoir de la gamme XX déposé à titre de modèle communautaire (...)

En conséquence, la société A sollicite de Monsieur le Président qu'il fasse interdiction, sous astreinte de 5.000 € par jour de retard suivant la signification de l'ordonnance à intervenir, à la société B de fabriquer, d'offrir à la vente, de mettre sur le marché français, d'exporter et de commercialiser la gamme de meubles YY.

B. LA SOCIÉTÉ B EST RESPONSABLE D'ACTES COMPLÉMENTAIRES AVÉRÉS DE CONCURRENCE DÉLOYALE

Au-delà de la reprise des éléments caractérisant la forme spécifique des modèles de canapés et d'accoudoir précités, la société B s'est rendue coupable de faits distincts constitutifs d'agissements de concurrence déloyale.

Il est constant que:

«la concurrence déloyale vise à réprimer l'agissement fautif commis dans l'exercice de sa profession par une personne qui tend à détourner, à son profit, la clientèle d'un concurrent».

Or, la société B a installé ses modèles de canapé YY reprenant les spécificités de la gamme XX de la société A juste en face du modèle authentique de la demanderesse, les deux stands des marques B et X étant attenants lors du Salon Espritmeuble.

Or il a été précédemment jugé que la proximité de présentation de l'objet contrefaisant par rapport à l'objet protégé constitue une faute distincte de nature à constituer un acte de concurrence déloyale complémentaire (TGI de Paris 16 mai 2008 BERLUTI/HIPPOLYTE).
(...)

L'ensemble de ces agissements, distincts des actes de contrefaçon, constituent des éléments fautifs séparés caractérisant un comportement de concurrence déloyale engageant la responsabilité civile de la Société B.

B. LE PREJUDICE INCONTESTABLE SUBI PAR LA SOCIETE A DU FAIT DES ACTES AVERES DE CONTREFAÇON DE SES MODELES COMMUNAUTAIRES ET DE CONCURRENCE DELOYALE PAR LA SOCIETE B JUSTIFIE LE PRONONCE D'UNE PROVISION

Selon les dispositions de l'article L.521-6 du Code de la Propriété intellectuelle, le Président de la juridiction compétente, saisi en référé, peut également accorder au demandeur une provision *«lorsque l'existence de son préjudice n'est pas sérieusement contestable»*.

Cette condition est en l'espèce indubitablement remplie et ce, à double titre:

- L'exposition d'un modèle de deux canapés identiques reproduisant les caractéristiques esthétiques des modèles de la gamme XX lors du Salon Espritmeuble et l'offre à la vente en France par des agents commerciaux sur l'ensemble du territoire français a créé un préjudice commercial à la Société A,

La Société demanderesse verse aux débats la liste des prix pratiqués par la défenderesse ainsi que ces tarifs lesquels sont sensiblement les mêmes.

- La commercialisation par la Société B sur un stand contigu à celui de la demanderesse d'un modèle de canapé identique à celui également exposé par la Société A a nécessairement contribué à la banalisation des modèles de canapé et d'accoudoir XX originaux, porté atteinte à leur valeur patrimoniale et contribué indéniablement à avilir ces modèles aux yeux de la clientèle qui s'en est détournée.

La demanderesse entend souligner que la cinquième édition du Salon Espritmeuble a attiré plus de 10.000 visiteurs ce qui a entraîné la dépréciation de la gamme XX auprès des professionnels de l'ameublement.

Outre le préjudice commercial, la diffusion du modèle contrefaisant a nécessairement causé un préjudice moral à la Société A.

Le préjudice subi par la Société demanderesse est également renforcé par les actes de concurrence déloyale commis par la Société B: la proximité des stands ainsi que la reprise des finitions des modèles de canapés.

La demanderesse a donc intérêt à mettre fin à cette situation le plus rapidement possible et à obtenir une **indemnité à titre de provision** pour le préjudice commercial et moral déjà subi par la Société A.

La Société A est dès lors recevable et bien fondée à solliciter de Monsieur le Président qu'il condamne la société B à lui verser la somme de 50.000 € à titre de provision, le préjudice commercial et moral découlant de l'atteinte portée à la gamme XX n'étant pas sérieusement contestable.

En outre, il serait manifestement inéquitable de laisser supporter à la demanderesse l'entière charge des frais irrépétibles par elle avancés pour défendre ses droits dans la présente procédure.

Monsieur le Président condamnera la société B à verser à la société A la somme de **10.000 €** au titre de l'article 700 du code de procédure civile ainsi qu'aux entiers dépens en ce, inclus les frais de constat et de signification de l'assignation en référé, les frais et honoraires de l'huissier qui seront avancés par la Société A pour la signification et l'exécution de l'ordonnance à intervenir.

PAR CES MOTIFS

Vu le règlement communautaire n° 6/2002 du Conseil du 12 décembre 2001 sur les dessins ou modèles communautaires

Vu le Code de la Propriété intellectuelle et en particulier les articles L.515-1 et L.521-6

Vu les pièces à l'appui de l'assignation

Il est demandé à Monsieur le Président de:

- faire interdiction à la société B et ce, sous astreinte de 5.000 € par jour de retard suivant la signification de l'ordonnance à intervenir de fabriquer, d'offrir à la vente, de mettre sur le marché français, d'exporter et de commercialiser la gamme de meubles YY;
- se réserver la liquidation de l'astreinte précitée;
- condamner la société B à payer par provision à la société A la somme de **50.000 €**;
- condamner la société B à verser à la société A la somme de **10.000 euros** au titre de l'article 700 du code de procédure Civile;
- condamner la société B aux entiers dépens ceux-ci incluant les frais de constat et de signification de l'assignation en référé, les frais et honoraires de l'huissier qui seront avancés par la Société A pour la signification et l'exécution de l'ordonnance à intervenir ;
- ordonner l'exécution provisoire de l'ordonnance à intervenir et ce nonobstant toute voie de recours et sans constitution de garantie.

LISTE DES PIECES COMMUNIQUEES

1. Certificat d'immatriculation de la A et sa traduction libre
2. Modèle Communautaire n° 1
3. Extraits du site internet ...
4. Catalogue 2016 X
5. Certificat d'immatriculation de la Société B et sa traduction libre
6. Catalogue 2016 B
7. Extraits du site internet ...
8. Procès-verbal de constat en date du 5 décembre 2016
9. Tarifs B de la gamme YY
10. Tarifs 2017 X de la gamme XX
11. Article paru sur le site internet ...

ANEXO F

Monsieur
[redacted]
[redacted]
[redacted]

Pensionskasse der Bank [redacted]

Frau [redacted]
[redacted]
[redacted]

Genève, le

Retraite anticipée à partir du 1^{er} février 2014

Chère Madame [redacted]

Suite à la résiliation de mon contrat de travail par l'employeur, je souhaite prendre ma retraite anticipée à partir du 1^{er} février 2014.

J'ai décidé de prendre CHF 250'000.- sous forme de rente et le reste (CHF 85'721.75) sous forme de capital.

Dans l'attente de votre confirmation, je vous prie de croire, Chère Madame [redacted], à l'assurance de mes salutations les meilleures.

[redacted]
(Conjoint)

[signature illisible]

[redacted]
(Assuré)

[signature illisible]

Vu exclusivement pour légalisation des signatures
de Madame [redacted] et
de Monsieur [redacted], apposées
ci-dessus.-

Genève, le 18 décembre 2013/st.

[timbre]

[signature illisible]



J. SAFRA SARASIN



Sustainable Swiss Private Banking since 1841

Monsieur

Double

Siège Genève

Genève, le 3 octobre 2013

Votre contact: T: 0

Résiliation des rapports de travail

Cher Monsieur

Suite à votre entretien de ce jour avec les soussignés, nous vous confirmons la résiliation de votre contrat de travail moyennant le délai de préavis contractuel de 3 mois au 31 octobre 2013 pour le 31 janvier 2014.

Comme nous vous l'avons communiqué de vive voix, votre poste est supprimé dans le cadre de la réorganisation suite à la fusion. Compte tenu de votre situation personnelle actuelle, vous êtes libéré de votre obligation de présence au travail jusqu'au terme de votre contrat de travail.

La notice ci-jointe pour collaborateurs sortants vous informe des démarches administratives à effectuer. En dérogation des termes de la notice, nous compenserons financièrement votre droit aux vacances (10 jours). Ce montant vous sera versé avec votre dernier salaire.

A toutes fins utiles, nous nous permettons de vous rappeler que vous êtes tenu au strict respect du secret bancaire (art. 47 de la loi fédérale sur les banques et les caisses d'épargne) aussi bien durant votre délai de congé qu'après la fin du contrat de travail qui vous lie à notre établissement.

Merci de nous retourner le double signé de la présente lettre à titre d'accusé de réception. Nous vous prions d'agréer, Cher Monsieur, nos salutations distinguées.

Banque J. Safra Sarasin SA

[signature illisible]

[signature illisible]

Vice President

Vice President


J'accuse réception et j'ai pris connaissance de la lettre de résiliation de mon contrat de travail et de la notice d'information annexe régissant les conditions de mon départ.

03/10/2013
Lieu/Date


[signature illisible]
Signature: I



Annexes: Décompte vacances et notice d'information pour les collaborateurs sortants



ANEXO G




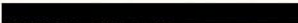



To all to whom these presents shall come

I, 
Notary Public,


Duly admitted, authorized and sworn, practicing at Hong Kong Special Administrative Region of the People's Republic of China, Do Hereby Certify that , a company incorporated under the laws of Hong Kong, China, registered with number , is a company incorporated and existing as a legal entity under the laws of Hong Kong.


Do Hereby Certify that I have today conducted a company search on "" at the website of the Company Registry of the Government of the Hong Kong Special Administrative Region and downloaded the following annexed copy Annual Return (Made Up to 23rd November 2016) (Appendix 2) of .

Do Hereby certify that I have carefully compared & collated the copies document attached hereto with their respective original and confirm that they are their respective true and copies of:-

- 1) Certificate of Incorporation of  (Appendix 1) ;
- 2) Business Registration Certificate of , date of Expiry 22/11/2017 (Appendix 3).
- 3) Union Europeenne Republique Francaise passport extract page of 
 (including the cover page, photo and information page of the Passport Number ) (Appendix 4).

In the Testimony whereof I have hereunto subscribed my name and affixed my Seal of office this 19th day of December Two Thousand and Sixteen.

[illegible signature]

NOTARY PUBLIC
HONG KONG SAR



This Apostille only certifies the authenticity of the signature and the capacity of the person who has signed the public document, and, where appropriate, the identity of the seal or stamp which the public document bears. This Apostille does not certify the content of the document for which it was issued.

To verify the issuance of this Apostille, see "https://e-services.judiciary.gov.hk/apoereg/?locale=en"
 此項文件加蓋公證印予證明，此項文件加蓋並不就文件的内容作出證明。
 就發出此文件加蓋之查證，見 "https://e-services.judiciary.gov.hk/apoereg/?locale=zh-HK"

APOSTILLE (Convention de La Haye du 5 octobre 1961)			
1. Country: 國家/地區	Hong Kong, China 中國香港		
This public document 此公共文件			
2. has been signed by 簽署人為	陳家聲		
3. acting in the capacity of 其行事的身分為	Notary Public 公證人		
4. bears the seal / stamp of 蓋有的蓋章/蓋印	陳家聲		
Certified 加簽證明			
5. at 在	High Court 高等法院	6. the 於	21 DEC 2016 2016 年 12 月 21 日
7. by 由	I Registrar, High Court 龍劍雲 高等法院司法常務官		
8. No 編號	41001 / 2016		
9. Seal / stamp: 蓋章/蓋印	10. Signature: 簽署		[illegible signature]

Reference Code 參考編號: [illegible]





公司註冊處
COMPANIES REGISTRY

No. [redacted]

公司註冊證明書
CERTIFICATE OF INCORPORATION

本人謹此證明
I hereby certify that

[redacted]
工業鏈條有限公司

於本日根據香港法例第622章《公司條例》
is this day incorporated in Hong Kong under the Companies Ordinance

在香港成立為法團，此公司是一間
(Chapter 622 of the Laws of Hong Kong), and that this company is

有限公司。
a limited company.

本證明書於二〇一五年十一月二十三日發出。

Issued on 23 November 2015.

[Illegible signature]

香港特別行政區公司註冊處處長鍾麗玲

Ms [redacted]

Registrar of Companies
Hong Kong Special Administrative Region

註 Note:

公司名稱獲公司註冊處註冊，並不表示獲授予該公司名稱或其任何部分的商標權或任何其他知識產權。

Registration of a company name with the Companies Registry does not confer any trade mark rights or any other intellectual property rights in respect of the company name or any part thereof.

周年申報表
Annual Return

存案 Filed

Appendix 2

表格
Form **NAR1**

公司編號 Company Number

註 Note

1 公司名稱 Company Name

工業鏈條有限公司

2 商業名稱(如有的話) Business Name (if any)

3 公司類別 Type of Company

請在適用的空格內加上 ✓ 號 Please tick the relevant box



私人公司

Private company



公眾公司

Public company



擔保有限公司

Company limited by guarantee

4 本申報表的結算日期
Date to which this Return is Made Up

23	11	2016
日 DD	月 MM	年 YYYY

(如屬私人公司，本申報表應列載截至公司成立為法團的周年日期的資料。)

(如屬公眾公司，申報表的結算日期應為該公司的會計參照期結束後的 6 個月屆滿之日。)

(如屬擔保有限公司，申報表的結算日期應為該公司的會計參照期結束後的 9 個月屆滿之日。)

For a private company, the information in this return should be made up to the anniversary of the date of its incorporation.

For a public company, the return should be made up to the date that is 6 months after the end of its accounting reference period.

For a company limited by guarantee, the return should be made up to the date that is 9 months after the end of its accounting reference period.)

5 隨本表格交付的財務報表所涵蓋的會計期
Period Covered by Financial Statements Delivered with this Form
(私人公司無須填報此項 A private company need not complete this section)

日 DD	月 MM	年 YYYY

至
To

日 DD	月 MM	年 YYYY

6 註冊辦事處地址 Address of Registered Office

Hong Kong

提交人資料 Presenter's Reference

姓名 Name: [REDACTED]

地址 Address: [REDACTED]
Hong Kong

請勿填寫本欄 For Official Use

電話 Tel: [REDACTED] 傳真 Fax: [REDACTED]

電郵 Email: [REDACTED]

檔號 Reference: [REDACTED]



22301580578
NAR1L
06/12/2016

(...)

表格式 2 FORM 2 [第 5 條]
《商業登記條例》(第 310 章) [regulation 5]
BUSINESS REGISTRATION ORDINANCE (Chapter 310)

ORIGINAL

(商業登記規則)
BUSINESS REGISTRATION REGULATIONS

商業 / 外資登記證 Business / Foreign Registration Certificate



業務 / 法國所用名稱
Name of Business/
Corporation

工業鏈條有限公司

業務 / 分行名稱 *****

Branch Name

地址
Address

INVESTMENT ESTABLISH BUSINESS

業務性質
Nature of Business

法律地位	BODY CORPORATE		
Status			

生效日期	屆滿日期	登記證號碼	登記費及徵費
Date of Commencement	Date of Expiry	Certificate No.	Fee and Levy
23/11/2016	22/11/2017	[REDACTED]	\$250

(登記費 FEE = \$ 0)
(徵費 LEVY = \$250)

請注意下列《商業登記條例》的規定： Please note the following requirements of the Business

1. 第 6(6)條規定任何業務獲發商業登記證或

分行登記證，並不表示該業務或經營該業務的人或受僱於該業務的僱員已遵從有關的任何法律規定。

2. 第 12 條規定各業務須將其有效的商業登記
2. Section 12 provides that valid business registration

證或有效的分行登記證於每一營業地點展
示。

繳款時請將此商業 ~~XXXX~~ 登記證及繳款通知書完整交出。在付款後，本繳款通知書方成為有效的商業 / ~~XXXX~~ 登記證。(請參閱背頁繳款辦法所載內容。)

Please produce this certificate and demand note intact at time of payment. This demand note will only become a valid business/~~XXXX~~ registration certificate upon payment. (Please see payment instructions overleaf.)

06/12/16 2665H 000404 CHD \$250.00 5

IRDB101 (12/2010)

ANEXO III

JULGADOS DE PAZ

ANEXO H

JUSTICE DE PAIX DE LUXEMBOURG	
Cité Judiciaire, Plateau du St. Esprit, Bâtiment JP - L-1475 LUXEMBOURG // Adresse postale : L-2080 LUXEMBOURG	
TEL N° 475981-247	FAX N° 46 54 34
Ref: KIC / LH	
Doc. 3 p. 1	
ORDONNANCE	
Nous, [REDACTED], Juge de Paix à Luxembourg ;	
Vu la requête déposée le 03/01/2017	
par	
[REDACTED] / LUXEMBOURG,	
<i>Comparant par Maître(s)</i>	
[REDACTED] demeurant à LUXEMBOURG, case N° [REDACTED]	
contre	
[REDACTED] / LUXEMBOURG,	
ensemble les motifs y déduits ;	
Vu les articles 214 du Code Civil et 1011 du Nouveau Code de Procédure Civile :	
ordonnons	
à [REDACTED] et [REDACTED], préqualifiés, de comparaître devant	
Nous, en la chambre du conseil du tribunal de ce siège, en date du <u>mercredi 01 février 2017 à 11:00 heures, à</u>	
<u>LUXEMBOURG, Cité Judiciaire, Plateau du St. Esprit, salle No. JP.0.02</u> avec la faculté de se faire assister par	
leur conseil ;	
ordonnons	
aux époux de communiquer à la même occasion tous renseignements ou pièces comptables de nature à établir	
le montant de leurs revenus ainsi que de leurs frais ;	
disons	
que copie de la requête et de la présente ordonnance sera notifiée aux parties en cause par lettre	
recommandée à la poste, par les soins du greffe.	
La présente vaut citation.	
Fait à Luxembourg, le 03/01/2017	le Juge de Paix [REDACTED]
AVIS IMPORTANT !	[signature illisible]
En application des articles 79 et 80 du Nouveau Code de procédure civile, le jugement à intervenir à la suite de la présente notification sera réputé contradictoire et ne sera pas susceptible d'opposition si la présente notification a été délivrée à la personne du défendeur et qu'il ne comparait pas.	
N.B. : Conformément à l'article 1011, alinéa 7 du Nouveau Code de Procédure Civile, vous devrez comparaître en personne, sauf empêchement dûment justifié. Vous pourrez dans tous les cas vous faire assister de votre conseil.	

Dcl. 3
p. 2

[REDACTED]
Avocat à la Cour
[REDACTED]
[REDACTED] Luxembourg
[REDACTED]

**A MADAME, MONSIEUR LE JUGE DE PAIX DE ET A
LUXEMBOURG**

A l'honneur de Vous exposer très respectueusement par le ministère de son mandataire soussigné Me [REDACTED], avocat à la Cour, demeurant à [REDACTED] Luxembourg, [REDACTED], en l'étude de laquelle domicile est élu,

Madame [REDACTED], sans état, née le 08 octobre 1954, demeurant à [REDACTED] Luxembourg, [REDACTED],

Qu'elle a contracté mariage le 22 juillet 1978 avec

Monsieur [REDACTED], pensionné, né le 03 avril 1953, demeurant à [REDACTED] Luxembourg, [REDACTED],

Que de cette union, sont issus deux enfants actuellement majeurs,

Que Monsieur [REDACTED] est parti depuis quelques semaines au Portugal, laissant la requérante sans ressource aucune,

Que Monsieur [REDACTED] a interdit à son épouse tout accès aux comptes bancaires,

Que Monsieur [REDACTED] est pensionné et perçoit auprès de la Caisse Nationale d'assurance pension une pension d'invalidité d'environ 2.300,-€ par mois,

Que par la présente et par application de l'article 1011 du Nouveau Code de Procédure Civile, la partie requérante demande à se faire autoriser à percevoir mensuellement à partir du 1^{er} janvier 2017 sur la pension versée à son époux de la part de la C.N.A.P. la somme de 900,00€,

A CES CAUSES

La requérante conclut à ce qu'il Vous plaise, Madame, Monsieur le Juge de Paix,

Convoquer les parties devant Vous pour :

La requérante se faire autoriser à percevoir mensuellement à partir du 1^{er} janvier 2017 sur la pension que touche le sieur [REDACTED] de part de la Caisse nationale d'assurance pension la somme de 900,00€,

Ordonner toutes autres mesures de droit,

Le sieur [REDACTED] s'entendre condamner à tous les frais et dépens de l'instance,

Doc. 3
p. 3

Dire que le jugement à intervenir est exécutoire nonobstant opposition ou appel et sans caution,

N.B. Il est porté à la connaissance de la partie défenderesse qu'au cas où la signification ou la notification du présent acte introductif d'instance est faite à personne et qu'elle ne comparait pas, le jugement à intervenir sera réputé contradictoire et ne sera pas susceptible d'opposition (article 80 du Nouveau Code de Procédure Civile).

Luxembourg, le 29 décembre 2016

Profond respect

Me

[signature illisible]

ANEXO IV

DIVÓRCIOS

DISSOLUTION OF MARRIAGE
(DIVORCE) JUDGMENTSTATE OF CONNECTICUT
SUPERIOR COURT

COURT USE ONLY -- JFILE

JD-FM-177 Rev. 11-09
C.G.S. 40b-40, 40b-56c, 46b-84, Public Act 09-13,
P.B. §§ 6-2 through 6-5, 17-4, 17-9, 17-43, 25-38

www.jud.ct.gov



INSTRUCTIONS: Type or print with black ink and file with the Court Clerk within 60 days of the judgment

Judicial District of Danbury	At (Town) Danbury	Docket number [REDACTED]
Name of Judge [REDACTED]	Date of judgment 5/21/2014	
Plaintiff's name (Last, first, middle initial) [REDACTED]	Defendant's name (Last, first, middle initial) [REDACTED]	
Plaintiff's address Danbury, CT	Defendant's address Danbury, CT	

- A complaint asking for a dissolution of marriage (divorce) and other relief was filed in this court with a return date of: **10/1/2013**
- Status of Case: **Defendant filed an Appearance.**
- The Court in this case heard the evidence and finds the following:
The plaintiff, [REDACTED], married the defendant, [REDACTED] on **6/2/1984** at **Juncais-Fornos de Algodres, Portugal** and, if applicable, entered into a civil union that merged into a marriage by subsequent ceremony or by operation of law on _____ at _____.
- The plaintiff has lived in Connecticut for at least twelve months immediately before the filing of the divorce complaint or before the divorce will become final.**
- A divorce is granted based on the **Complaint** because: **This marriage has broken down irretrievably.**
- "X" all that apply:
 - ☐ No children were born to either the plaintiff or defendant after the date of this marriage.
 - ☒ There are no children of this marriage under the age of 23.
 - ☐ The following children are either: (a) the biological and/or adoptive children of both of the parties, or (b) have been born to one of the parties on or after the date of the marriage and are claimed to be children of the marriage. (List only children who have not yet reached the age of 23.)
 - ☐ The following children were born on or after the marriage to the ("X" all that apply) ☐ plaintiff ☐ defendant and are not children of the other party to this marriage. (List only children who have not yet reached the age of 23.)
- ☒ ("X" if it applies) The Court finds that the agreement between the parties is fair and equitable.

STATE OF CONNECTICUT
SUPERIOR COURT
JUDICIAL DISTRICT
OF DANBURY / G.A. 3

JAN - 9 2017

CERTIFIED COPY
SEAL AFFIXED
BY [illegible signature] CLERK
(PRINT) NAME [REDACTED]
ASSISTANT CLERK

116
2-28-14

Based on these facts, the Court hereby dissolves the marriage of the parties and declares each party to be single and unmarried. The Court further orders:

- ☒ The written agreement between the parties dated 5/21/14 is attached and its terms are incorporated by reference.
- ☐ Joint legal custody to and
- ☐ Primary residence with:
- ☐ A parenting responsibility plan in the best interest(s) of the minor child(ren)
 - ☐ incorporated by reference herein
 - ☐ as follows:
- ☐ Visitation as follows:
- ☐ Sole custody to
- ☐ Alimony payable to:
Amount: \$ to terminate at
- ☐ Child support as follows:
 - ☐ Payable through the State of Connecticut
- ☐ Medical insurance coverage as follows:
- ☐ Immediate income withholding (*See Notice to Nonappearing Obligor of Income Withholding Order, JD-FM-70, if defendant has not filed an appearance*)
- ☐ Contingent income withholding
- ☐ Regarding post-majority educational support orders:
- ☒ The name of the Plaintiff is restored to [REDACTED]
- ☒ Other: The court finds the factual statements put forward in the complaint are proven and true. The court has reviewed the Separation Agreement between the parties, dated and signed May 21, 2014, and the court finds the agreement to be fair and equitable. The waiver of alimony by each party is knowing and voluntary. The agreement of May 21, 2014, with all of its terms and provisions is incorporated by reference in its entirety into the decree dissolving the marriage.

Notice as directed by the judicial authority must be given to parties who have not filed an appearance, of any order for support or alimony. No such order shall be effective until the order of notice has been complied with or the nonappearing party has actually received notice of such order (Practice Book section 25-29)

ANEXO V

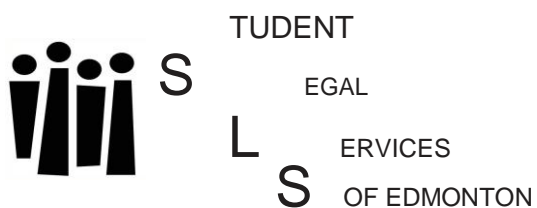
LEGISLAÇÃO

**GUIA DA LEI DE ALBERTA RELATIVA AO CASAMENTO
LEI CANADIANA DO CASAMENTO**

A GUIDE TO THE LAW IN ALBERTA REGARDING

GETTING MARRIED

version: 2008



COPYRIGHT AND DISCLAIMER

GENERAL

All information is provided for general knowledge purposes only and is not meant as a replacement for professional legal advice. If you have a personal legal question that requires legal advice, please consult a lawyer.

COPYRIGHT

Copyright 2008, Student Legal Services of Edmonton. All rights reserved. Copying any material, in whole or in part, is prohibited unless prior consent has been obtained. Some material may be subject to copyright from an outside source and thus there may be different restrictions on the reproduction of this material.

LIMITATION OF LIABILITY

Student Legal Services of Edmonton is not liable for any loss or damage caused by an individual's reliance on information or material obtained from Student Legal Services of Edmonton. By accessing the information, individual's agree that any usage is at their own risk.

INFORMATIONS AND OPINIONS

In some instances, information obtained by Student Legal Services of Edmonton may have been provided by outside sources. Even with the high standards set by Student Legal Services of Edmonton, we accept no responsibility for the accuracy and reliability of the material. Opinions and Informations provided by third parties does not represent that of Student Legal Services of Edmonton.

A GUIDE TO THE LAW IN ALBERTA REGARDING GETTING MARRIED

GETTING MARRIED

WHAT IS MARRIAGE?	2
Sex	2
Maintenance	2
Ability to Sue Your Spouse	3
Testifying Against Your Spouse	3
Engagement	3
Formalities of Marriage	4
Same Sex Marriage	5
Whose Name?	5
Your Children's Names	5
 PROPERTY	 6
Who Owns It?	6
Buying a House	7
Dower Rights	7
Marriage Contracts	8
Bank Accounts and Debts	8
Wills and Estates	9
Children	10
Dependant Adults	11
 REFERRAL NUMBERS	 12

A GUIDE TO THE LAW IN ALBERTA REGARDING GETTING MARRIED

WHAT IS MARRIAGE?

If you are engaged to be married you are no doubt anticipating exciting personal changes in your life. As well, there are a number of legal changes that take effect upon marriage. This pamphlet gives you some general information on areas of the law in Alberta that are relevant to you during your marriage.

The first thing that you must do is get a marriage license. This can be purchased at any Registry Agency for about \$45.00. Both of you must have some form of identification (e.g. birth certificate, driver's license or something similar). If either of you has been previously married, you must bring your official Decree Absolute or Certificate of Divorce. The wedding must be taking place in Alberta. The license is valid for 90 days from the date of purchase, so do not buy it more than 90 days before the wedding.

Although it is not usually stressed, marriage is a legal commitment as well as a personal one. It is a contract between two people that will be enforced by the Courts. Some elements of the contract are discussed below.

1. Sex

By marrying, you agree to a voluntary sexual union with your spouse for the rest of your life, or until divorce, and to a monogamous (two person) relationship. Sexual relations with someone other than your spouse is considered adultery which shows that your marriage has broken down and your spouse may apply for divorce on this ground. A bigamous marriage (marriage to a second spouse while still married to the first spouse) is void at the outset, but a court can decide who, if any, of the parties are married.

2. Maintenance

You both have an obligation to maintain (support financially) each other and the children of the marriage. Under the Criminal Code it is an offence not to provide your spouse and your children with "necessaries" -- food, clothing, and shelter. In certain circumstances, a spouse may obtain necessities by pledging the credit of his/her spouse.

3. Ability to Sue Your Spouse

You can sue your spouse in a civil court action. For example, you may sue your spouse if you are injured because of your spouse's negligence. If you won in court, you would be compensated by your spouse's insurance company for your injuries. This is presuming there is an insurance policy covering the negligence and a stranger would be compensated in the circumstances.

4. Testifying Against Your Spouse

If your spouse is charged with a criminal offence, you cannot be forced to testify against your spouse unless your spouse is charged with certain sexual offences, offences against the children of the marriage, or certain offences against you personally.

If your spouse is suing another person or being sued, you can be forced to testify. However, you do not need to disclose any communication between you and your spouse that took place during the marriage.

5. Engagement

An engagement is an agreement to marry and is a contract between you and your future spouse. There may be legal implications if the contract is broken. Although you cannot be

forced to marry if you do not want to, you may be sued for breach of promise and damages may be awarded if the other party suffered economic losses in anticipation of the marriage. However, such court actions are very rare and are usually only taken in extreme circumstances.

Gifts given to you in contemplation of marriage (i.e. wedding gifts) should be returned if the wedding is called off. By tradition, if an engagement is broken by a woman, she should return the engagement ring if one was given. The woman can only keep the ring if she and her fiancé marry or if the man, without any fault by the woman, breaks the engagement off.

6. Formalities of Marriage

There are certain formal requirements for a valid marriage. If these are not met, the Court may annul the marriage which means it is as if the marriage never happened. These requirements are:

- a. It must be voluntary (e.g. both parties agree to the marriage).
- b. Neither party may currently be married. Both must be single, widowed or divorced.
- c. You cannot be lineally related or siblings, either by blood or marriage. For example, you cannot marry your parents or grandparents.
- d. You must be 18 years of age or older. If you are between 16 and 18 years old, your parents must consent to the marriage, unless you have no guardian. A female under 16 can get married if she is pregnant or is the mother of a living child, but she still needs parental consent. If you are under age and wish to marry, you may be able to apply to the Court of Queen's Bench to get rid of the need for parental consent.

If you marry without meeting the age requirement, the marriage will not be annulled if:

- a. there has been sexual intercourse before or after the marriage or
- b. you have lived together as husband and wife after the marriage.

7. Same Sex Marriage

In Alberta, same sex marriage is not specifically recognized in legislation, but this legislation is overridden by the federal Civil Marriage Act. According to the Act, same sex marriage is legal, but religious officials are free to refuse to solemnize a marriage that is not in accordance with their religious beliefs. The procedure for same sex couples is the same as that for a heterosexual couple. If you and your same sex partner are considering marriage, you may want to consult a registry agent to ensure they will issue you a marriage license.

8. Whose Name?

It is a common belief that a woman must adopt her husband's name when they marry. This is not necessary. Either spouse has the option of retaining their maiden name, adopting their spouse's name, or using a hyphenated name (e.g. Smith-Jones). Either spouse may, if they wish, use their maiden name for legal purposes (e.g. signing cheques) and their spouse's name for social purposes. This name change is not a "legal" name change because the person changing names in this way does not have to report it to Vital Statistics. The person may go back to their maiden name (or any other name as long as it is not used for fraudulent purposes) at any time. The adoption of a new name is basically a "do-it-yourself" way of building a new reputation under a new name. The person changing his or her name may have trouble initially because people are not used to his or her new

name, or because people will not believe that married people can have different last names.

9. Your Children's Names

If you and your spouse use the same last name, any children of that marriage will be registered on their birth certificates using that same last name. There can be, however a joint request, by both parents, to use a hyphenated name or use the other's maiden name.

If you and your spouse use different last names any children of the marriage will be registered using the two surnames, hyphenated in alphabetical order. There can be a joint request, however, by both parents to use one of the two names or the names in some other combination.

If a woman is married but separated and conceives a child with another man, the woman may apply to have the child registered in her surname alone.

PROPERTY

1. Who Owns It?

Property that is purchased or is accumulated by either the husband or the wife during the marriage is presumed to be matrimonial property. Both of the spouses have an equal say as to the property's use and disposition (either sale or giving it away). Matrimonial property means that each spouse has the same right to the full amount of the value of the property. Money in a bank account can also be jointly owned, with both the husband and wife having rights to the full amount.

Upon separation or divorce, the Court may step in and divide up your property according to the Matrimonial Property Act. Generally, the Act divides up all property purchased during the marriage equally. It makes no difference who paid for it. This includes companies, investments and pensions. Some property however is generally exempt for division. If one spouse owned property before the marriage, or received gifts, inheritance or money from a motor vehicle accident before or during the marriage, that has increased in value during the course of the marriage, the Court has the ability to use its discretion to divide up any increase in the value of the property, although the principal amount will belong to just the one spouse.

2. Buying a House

Most couples who are buying a house put it in the form of a **Joint Tenancy**. This means that you share the ownership and if one of you dies, the other automatically takes over the deceased spouse's share. Thus, if one spouse dies, the other gets the entire house and it cannot be given away to a third party in the will of the deceased spouse.

The house may also be purchased as a **Tenancy-In-Common**. This means that you each own a share in the house. If one spouse dies, he or she may give his or her share away in the will to anyone they want. If there is a tenancy-in-common the property owned in common does not automatically go to the surviving spouse.

Although it may seem like an extra expense at the time, it is an excellent idea to have a lawyer handle the purchase of a house for you. This may be the biggest investment you ever make, and you should not risk losing it just because you missed a routine step in the deal.

3. Dower Rights

Where your home is in the name of only one spouse, the Dower Act gives certain rights to the other spouse, so long as the spouses have lived together in the home. Note that the Dower Act only applies to the family 'home' and may not apply to all types of homes. The Act requires that the spouse who is trying to sell the home follow certain steps. These are:

- a. The home cannot be sold without the consent of the spouse whose name is not on the title. There is a specific way to do this and usually a lawyer is required. If the home is sold without the proper consent forms, the other spouse may sue the spouse who sold the home for half of the sale price or half of the appraised value of the home, whichever is greater.
- b. If one spouse dies and the home is registered in his or her name only, then the living spouse receives a Life Estate in the property. This means that even though the property may have been left to someone other than the spouse in the deceased spouse's Will, the living spouse may live there for the rest of his or her life and the person in the Will only gets the home after the remaining spouse dies. The living spouse cannot give away his or her interest in the home in their own Will and they cannot do large amounts of damage to the home.

4. Marriage Contracts

More and more couples are entering into agreements before they marry. These agreements often deal with future plans, division of chores and money arrangements during the marriage. Although it may be a useful exercise to discuss these issues, such agreements are not always enforced by the Courts.

However, a property division agreement is usually enforced by the Courts if done properly. You may agree that you do not want your property divided under the Matrimonial Property Act if you separate or divorce. In such a case, you should then set out your own plan for dividing up the property in the event of a separation. This type of agreement is especially useful if one of you owned property or investments prior to the marriage, or if one of you owns a company. This kind of agreement can be entered into at any time before or during the marriage.

In order to be recognized by the Courts, you must each see your own lawyer who will review the agreement. You must also acknowledge in writing that you understand that you may be losing your rights under the Matrimonial Property Act.

5. Bank Accounts and Debts

Bank accounts may be in individual or joint names. If they are in joint names, either of you may remove the money. If the account is in one of your names only, the other should have no access to it. It is a good idea to check with the bank on whether or not any joint account will be frozen upon the death of one of the spouses. Jointly owned assets may be frozen while the deceased spouse's estate is settled. If the joint account is frozen, the other spouse may have no access to the account for some time while the estate is probated (court procedure to clean up the matters in the Will). However, most banks will allow withdrawals to cover funeral expenses. The surviving spouse should consult a lawyer before paying off any debts of the deceased spouse.

Debts can also be in joint names. If you both signed the credit card application or the loan application, you are each responsible for the entire debt individually. If one doesn't pay, the creditor (lender) will go after the other. Always make sure you understand the legal consequences before you sign anything.

Credit can cause a lot of problems. If you feel that you are over your head in debt, you can get help. Credit Counselling has a program to help you organize a budget. They can also help you deal with your creditors if you cannot afford all your payments.

Bankruptcy should be considered only as a last resort. The effect of bankruptcy is that in the future it will be very difficult to get any credit.

6. Wills and Estates

When you marry, any Will that you already had becomes invalid unless it states that it was made in contemplation of marriage to your future spouse. It is only valid if it is clear that you made it while intending to marry your spouse. It is important to have a Will in order to arrange your affairs after your death. If you die without a Will, the government steps in and divides up the property according to the Intestate Succession Act.

If you leave your spouse, adult interdependent partner, or children under 18, out of your Will, or with insufficient means for their maintenance and support, they can apply for a share of your estate under the Dependants Relief Act. If your children over 18 are able to earn their own living and are not in the Will, they may not get a part of the estate, according to the Act. If your children over 18 are unable to earn a livelihood due to some mental or physical disability, and they are not in the Will, they may be able to take legal action and get part of the estate.

According to the Family Law Act, a guardian who is also a parent may name one or more guardians for their children in his/her will. However, the main consideration for the court is the best interests of the child. Therefore, naming a guardian for your children in your Will does not guarantee that the Court will appoint that person, but it does mean the Court will consider your wishes when determining what is in the best interests of the children. If both spouses die without a Will, the government will appoint a guardian for the children until the Court determines who the children's permanent guardian will be.

7. Children

When you are married, you are both guardians of the children of the marriage. This means that you have equal rights and responsibilities with respect to your children. This only changes if you make an agreement regarding guardianship or if the Court makes a parenting order.

If there is a parenting dispute on separation, it can be decided by the Courts. When making this decision, the Court looks at what is in the best interests of the child (i.e. which parent will provide the best home for the children). Family Justice Services provides free counselling services to help parents sort out these issues and to make parenting time and support agreements. They will also assist both parties in Family Court if there is a need for a Court order.

You are obliged by law to provide emotional and physical care for your children. If you neglect your children, or abuse them, the government can take them away from you under the Child, Youth and Family Enhancement Act.

8. Dependant Adults

As families get older, it often happens that certain relatives become unable to care for themselves. In such a case, you may wish to be named as a guardian for a relative so that you may make the day to day decisions for that person. In order to do this, you must be appointed by the Court. The Public Trustee handles such applications and will even take on the role as guardian if one is needed but no one is willing to assume the duties. In addition, it may be necessary to have a trustee appointed to handle the financial affairs of that person. Once again, a court order is required. The Public Trustee also handles these applications and will serve as trustee if there is no one willing to take on the responsibilities.

ANEXO K

DIVIDING PROPERTY AT SEPARATION: MARRIED COUPLES

Table of Contents

[WHAT IS MATRIMONIAL PROPERTY AND WHAT IS THE LAW?](#)

[WHEN CAN AN APPLICATION BE MADE?](#)

[WHEN DO I HAVE TO MAKE AN APPLICATION BY?](#)

[WHAT ARE SOME OF THE GENERAL RULES FOR THE DIVISION OF PROPERTY?](#)

[WHAT ARE SOME COMMON PROPERTY TYPES?](#)

- [1. Property which may be divided](#)
- [2. Property which might not be divided](#)
- [3. Division of Pensions](#)

[WHAT ARE SOME THINGS THAT MAY BE CONSIDERED WHEN DIVIDING PROPERTY?](#)

[WHAT ABOUT PROPERTY THAT IS OUTSIDE OF ALBERTA?](#)

[WHO GETS TO KEEP THE HOUSE?: POSSESSION OF THE MATRIMONIAL HOME](#)

[Exclusive Possession Orders](#)

[WHAT IF I AM BEING HARASSED BY MY SPOUSE?](#)

[DO I HAVE ANY OTHER OPTIONS?: MARRIAGE AND SEPARATION AGREEMENTS](#)

[WHERE CAN I GET HELP OR MORE INFORMATION?](#)

WHAT IS MATRIMONIAL PROPERTY AND WHAT IS THE LAW?

Alberta's *Matrimonial Property Act*, or 'MPA', is the law that is used to try to divide property fairly between spouses when they separate and/or divorce. The *MPA* provides rules and procedures for who gets which property, who gets to live in the home, and who gets to use household goods, and can deal with almost all of the property issues that your family may have.

It applies to all of the property that is being divided up between the spouses and *might* include property bought by either spouse before, during, or after the marriage.

The *MPA* applies **only in Alberta** and **only to legally married spouses**. The *MPA* does not apply to common-law partners..

The person asking for a Matrimonial Property Order must show the Court that:

- Both spouses currently live in Alberta; or
- Their last joint residence was in Alberta; or
- If the parties have not established a joint residence since marriage, that each spouse resided in Alberta at the time of the marriage

If you are not sure if you meet the above requirements, you should get legal advice. In most cases, a lawyer **will** be needed for any application under the *MPA*.

WHEN CAN AN APPLICATION BE MADE?

An application to divide property under the *MPA* can be made by itself or with another application (such as divorce, judicial separation, or annulment). A spouse can make an

application if he/she has separated but has not yet divorced, or if he/she has begun divorce proceedings.

WHEN DO I HAVE TO MAKE AN APPLICATION BY?

There are important time limits to follow when starting an application for the division of property after separation.

Before a divorce judgment but after separation, an application for the division of property must be made ***within two years of the date of separation.***

If a divorce judgment has been given, any application for property division under the *MPA* ***must be made within two years of receiving the judgment or Court Order.***

If a spouse is suspected of selling or giving away property (i.e. to keep it from the other spouse) legal action must begin ***within one year of the date the property was sold or given away.*** The Court may order the spouse who sold or gave away the property to repay the other spouse or may divide the rest of the property in a way that makes sure both spouses end up with equal amounts.

WHAT ARE SOME OF THE GENERAL RULES FOR THE DIVISION OF PROPERTY?

- **‘Matrimonial Property’** is all the property that is acquired by either or both spouses during the marriage. It can be property bought by both spouses together, as a family, or individually. Generally, matrimonial property is divided equally between spouses when a marriage ends, unless the result of this equal division would be unfair.
- Certain kinds of property acquired before the marriage may not be divided when a marriage ends. This is called ‘exempt property’.
- However, sometimes the increase in *value* of exempt property may be considered ‘matrimonial property’. An example of this may be that you owned a condo worth \$20,000 at the beginning of the marriage. That amount may be exempt from division but if the condo increased in value, the increase may be divided between the spouses.
- This increase in value may not automatically lead to an equal split. The Court will make a decision based on what the Court considers to be fair.

WHAT ARE SOME COMMON PROPERTY TYPES?

1. Property which may be divided

- a. the matrimonial home;
- b. household goods (this includes almost all personal property used by family members);
- c. R.R.S.P. and employment pensions;
- d. business interests;
- e. investments, stocks, bonds;
- f. cars;
- g. other property that has been purchased during the marriage or brought into the matrimonial relationship, or used for the mutual benefit of the spouses;
- h. debt and

- i. bank accounts.

This is not a complete list and there may be other property that a Court or the partners may decide to divide at the time of separation.

2. Property which might not be divided

- a. property acquired by one spouse before the marriage;
 - b. property one spouse received as a gift;
 - c. property one spouse received by inheritance;
 - d. an award or settlement for damages in tort law received by one spouse (i.e. money paid for pain and suffering in an automobile accident) unless the award was meant to compensate both spouses.
- No claim by the other spouse can be made on anything that is listed as property which may not be divided, unless it has been *“brought into the marriage”*.
 - If property is *“brought into the marriage”* it is then considered to be property of both spouses and can be divided.
 - An example of *“bringing property into the marriage”* would be taking a home purchased by one spouse before the marriage and putting it under both spouse’s names.

3. Division of Pensions

As noted above, pensions are considered property under the *MPA*. There are two types of pensions: private pensions (by employment) and the Canada Pension Plan.

Certain pensions may have legislation that determines how the pension will be divided when a marriage ends. Contact your pension administrator to find out if this kind of legislation applies to you.

Division of the Canada Pension Plan is automatic unless both spouses agree otherwise. The reason behind this is to provide some financial protection to a spouse who did not work outside of the home and/or could not reasonably have contributed to the plan. Remember that taking money out of CPP can have significant tax implications.

WHAT ARE SOME THINGS THAT MAY BE CONSIDERED WHEN DIVIDING PROPERTY?

The *MPA* requires the Court to be fair in determining what each spouse’s share of the property will be. Equal division of property will usually take place unless there are very good reasons presented to the Court that this should not be the case.

When spouses cannot agree on how property will be split, the judge will consider:

- Spousal contributions to the marriage,
- Contributions to the family,
- Business endeavours,

- Financial resources of both spouses,
- The length of the marriage,
- As well as any agreements made.

The judge may also consider:

- Whether a spouse transferred or sold property,
- Previous Court Orders,
- Tax liability one spouse may incur as a result of the transfer/sale of property, and
- Any other relevant circumstances.

The Court **will not** consider misconduct by a spouse (for example cheating or domestic abuse), unless it relates to the improper use or sale of matrimonial property.

WHAT ABOUT PROPERTY THAT IS OUTSIDE OF ALBERTA?

If one spouse also owns property outside of Alberta, different rules will apply for the out of province property.

The *MPA* allows the Courts in Alberta to consider property held outside the province when dividing matrimonial property but Alberta Courts cannot make any orders relating to it. Therefore, what the Court may do is take into account property that is outside of Alberta and then divide the property that is in Alberta in a way that ensures an equal distribution of **all** of the matrimonial property.

For example, if one spouse has a house outside of Alberta that they will be able to keep in their name, the Court can take this into account when dividing up who will get to keep property in Alberta, such as second home or a car.

WHO GETS TO KEEP THE HOUSE?: POSSESSION OF THE MATRIMONIAL HOME

“Matrimonial home” can mean a number of different things. It can be:

- A house,
- A part of a house,
- A part of a business that is being used as a house,
- A mobile home,
- A condominium, or
- A suite.

The matrimonial home must be owned or leased by one or both spouses and **must be occupied as the family home** (i.e. this does not include a summer cottage). The home must be located in Alberta. It does not have to be in both spouses names. To be considered the matrimonial home, it must only be lived in as the family home.

Exclusive Possession Orders

If one spouse wants to be able to live in the house after separation either alone or with children, one option is to ask the Court for an Exclusive Possession Order.

An Exclusive Possession Order essentially allows one spouse to keep the other out of the house. This is given when spouses cannot live together peacefully, but neither is willing to leave the home. An application for the matrimonial home may be made 'ex parte' (i.e. without telling the other spouse) if the Court finds that there is potential danger to the spouse making the application or to a child living in the home. If the Court does not believe there is danger in making the application then the other spouse must be told about the application. A Court can grant an Order for exclusive possession even without a threat of danger present.

In granting the Order, the Court may do one or more of the following:

1. Direct that a spouse be given exclusive possession of the home (regardless of whose name the property is in);
2. Direct that a spouse be evicted from the matrimonial home;
3. Stop a spouse from entering or going to the matrimonial home.

When deciding whether a possession Order will be granted, the Court can consider:

- Whether each spouse can find and maintain another place to live;
- The needs of any children living in the home;
- The financial position of each spouse;
- Property of either spouse; and
- Any existing Court orders regarding child or spousal support.

A Court Order for exclusive possession is not easy to get. The person applying for the Order must prove that the *MPA* guidelines have been met, and that there is good reason for the order (i.e. not that it is simply a matter of them not wanting to move out of the home because moving would be inconvenient).

Note: an Exclusive Possession Order **does not change legal ownership of the property**. This means that a person may have the right to stay in the house for a period of time but it is still considered matrimonial property that may be divided between the two spouses at a later date.

Under the *MPA* the Court can only grant an Order to prevent a person from *entering or visiting the home* but this does not prevent the spouses from contacting on another. If one spouse is harassing the other and they want to prevent contact, he/she has some other options such as an Emergency Protection Order or a Restraining Order.

A spouse can also apply for an Order giving him/her exclusive use of household goods. "Household goods" are defined as personal property owned by at least one of the spouses and used or enjoyed by either spouse or the children - for transportation, household use, educational use, recreational use, social use, or aesthetic purposes. Household goods include motor vehicles, furniture, and appliances. The Court can make this order for any amount of time that the Court thinks is necessary.

WHAT IF I AM BEING HARASSED BY MY SPOUSE?

If one spouse is being harassed or feels threatened by the other spouse, there are a number of options depending on the situation. The type of Order will depend on the type of safety issues facing one or both of the spouses.

1. An **Emergency Protection Order (EPO)** is designed to protect individuals against *immediate* violence from family members.
 - The Order can prevent a family member from contacting other members of the family.
 - This Order is served by the police and lasts for up to one year.
 - A violation of the Order may result in a criminal conviction and an even longer protection period.
 - Changing the terms of the EPO does NOT change the terms of criminal restraints that may already exist (such as a Probation Order).
2. You may also apply for a **Restraining Order** against a spouse or family member. A lawyer may be needed for this application, and to receive a Restraining Order you will have to show a real or suspected danger to your safety. A Restraining Order can be attached to another action (such as a divorce) or applied for on its own. The other person must be served with a copy of the order, and an automatic review will take place two weeks later at the Court of Queen's Bench. Both you and your spouse will likely have to attend this hearing. The Order should specifically mention all the places your spouse may try to initiate contact (i.e. workplaces etc.).

Some things to remember:

- The Restraining Order should give the police the power to make an arrest if the conditions are not followed (i.e. it should say that the police 'shall' make an arrest, not 'may' make an arrest).
- A copy of the Restraining Order should be kept readily available, in case the police need to see it.
- It may also be a good idea to have the Restraining Order registered with the police and given a case number so law enforcement officials can have immediate access to it if necessary.

Remember that these kinds of Orders are not to be used for alternative purposes (such as an attempt at gaining the upper hand in divorce proceedings). Filing an application based on a false statement can result in a charge of contempt or a fine.

DO I HAVE ANY OTHER OPTIONS?: MARRIAGE AND SEPARATION AGREEMENTS

You may make an agreement with your spouse regarding how property will be divided in the event of a separation and/or divorce. To be valid, the agreement must:

- Be in writing;

- Have been entered into freely and NOT have been forced by the spouse or some other person;
- Show that each spouse had **INDEPENDENT LEGAL ADVICE** about the effects of signing the agreement. That means that each spouse must sign the agreement with a different lawyer.

Creating a separation agreement will allow the parties to contract out of the *MPA*. That means that the *MPA* will not apply to their property. The spouse must understand that they are giving up their right to use the *MPA* for any property division issues in the future— this right is being replaced with the agreement.

It is important to note that the Court will not enforce an agreement that it considers to be “unconscionable”. An agreement would be unconscionable if one spouse was unable to properly protect his/her own interests at the time of the agreement. Examples of an unconscionable agreement may include taking advantage of a spouse that cannot afford legal advice or lying about property to force an agreement. The Court must consider the agreement to be relatively fair in order to enforce it.

Note: In order to prevent a spouse from selling property while an action is in the works, one may wish to register a certificate of Lis Pendens with the Registrar of Land Titles in the area in which the land is located. You can also apply for an injunction to freeze your spouse’s assets. See a lawyer immediately.

If the law surrounding matrimonial property seems somewhat confusing, you are not alone. When in doubt, seek legal advice. If you cannot afford a lawyer, there are services that may be able to assist you in finding one.

ANEXO VII

REVISÕES

ANEXO L – Revisão 1



POUVOIR JUDICIAIRE
GERICHTSBEHÖRDEN
ETAT DE FRIBOURG
STAAT FREIBURG

Tribunal de l'arrondissement de la Gruyère TRGR
Gericht des Greyerzbezirks BGGR

Rue de l'Europe 10, case postale 364, 1630 Bulle

T +41 26 305 64 44, F +41 26 305 64 45
www.fr.ch/pj



Dossier n° : [REDACTED] 522

Président du Tribunal civil de la Gruyère

Audience du 27 septembre [REDACTED]

Composition

Président: [REDACTED]

Greffière: [REDACTED]

Cause

[REDACTED], Rue de [REDACTED], à [REDACTED],
demanderesse

et

[REDACTED], demandeur

Objet

Divorce avec accord complet
Dispositif

Jugement du 27 septembre [REDACTED]

Le Président rend son jugement

vu

- le mariage contracté le 17 juin 2003 devant l'Officier de l'état civil de [REDACTED], au Portugal entre [REDACTED], fille d'[REDACTED] et de [REDACTED], née le 19 septembre 1982 au Portugal, d'où ressortissante, et [REDACTED], fils d'[REDACTED] et [REDACTED], né le 27 février 1976 au Portugal, d'où ressortissant;
- les enfants nés de cette union, [REDACTED], née le 8 mai 2005, et [REDACTED], née le 17 août 2009;
- la requête commune de divorce avec accord complet au sens de l'art. 111 CC déposée le 11 mai 2016 et la convention signée le 29 avril 2016 réglant l'ensemble des effets accessoires du divorce;
- la situation financière des parties établie comme suit: Il est précisé que seules les charges prouvées par pièces sont prises en compte:
 - [REDACTED] travaille à 100% en qualité d'assistante de production auprès de Fluid Automation à [REDACTED] et réalise de ce fait un revenu mensuel net moyen de CHF 4'550.-, 13^{ème} salaire compris¹. Ses charges se composent de son minimum vital par CHF 900.-², du loyer et la garantie passe location par CHF 652.50³, sa prime d'assurance maladie, sans LCA, par CHF 287.05⁴, des frais de transports par CHF 190.-⁵, des impôts par CHF 153.15⁶ et du leasing véhicule par CHF 448.55⁷.
 - [REDACTED] travaille auprès de JPF constructions en qualité d'ouvrier de constructions et perçoit ainsi un revenu mensuel net moyen de CHF 5'200.-⁸, 13^{ème} salaire compris, allocations familiales et indemnités pour repas déduites, de son loyer par CHF 907.-⁹, de sa prime LaMal par CHF 287.05¹⁰, des frais de transports par CHF 50.-¹¹, des impôts par CHF 678.-¹², du leasing véhicule par CHF 269.55¹³, le remboursement d'un prêt par CHF 773.90¹⁴ ne saurait être pris en compte, car les bénéficiaires de pension l'emportent sur les autres créanciers;

¹ Pce 3 des pièces produites le 20 mai [REDACTED]

² Minimum vital pour couple divisé par deux (1'700/2). La demanderesse a précisé qu'elle payait un peu plus que la moitié pour les frais de nourriture (cf PV du 21 septembre [REDACTED], p. 2). Aussi, 900.- semble un montant adapté.

³ Pce 5 des pièces produites le 20 mai [REDACTED], loyer 1'305.- /2 (cf PV du 21 septembre [REDACTED], p. 2)

⁴ Pce 7 des pièces produites le 20 mai [REDACTED]

⁵ Bulle- Palézieux: 31 km. 31 km X 2 X 21.7 X 0.1 (10 litres aux 100 km en moyenne) x 1.40 (prix de l'essence)= 188.35, arrondis à CHF 190.-

⁶ Impôt cantonal par CHF 1030.65 + impôt communal par CHF 765.80 + impôt paroissial par CHF 41.25 -> 1837.70 /12 = 153.15 (pce 8 des pièces produites le 20 mai [REDACTED])

⁷ Pce 12 des pièces produites le 20 mai [REDACTED]

⁸ Certificat de salaire [REDACTED], pce 4 des pièces produites le 20 mai [REDACTED]

⁹ Pce 6 des pièces produites le 20 mai [REDACTED]

¹⁰ Pce 7 Impôt cantonal par CHF 1030.65 + impôt communal par CHF 765.80 + impôt paroissial par CHF 41.25 + IFD 86.-> 160.30 (pce 8 des pièces produites le 20 mai [REDACTED])

¹¹ Broc - Bulle, 8 km. 8 X 2 X 21.7 X 0.1 (10 litres aux 100 km en moyenne) x 1.40 (prix de l'essence)= 48.60, arrondis à 50.-

¹² Impôt cantonal par CHF 3798.85 + impôt communal par CHF 3494.95 + impôt paroissial par CHF 379.90 + IFD 466.05 -> 8139.75 / 12 =678.30 (pce 9 des pièces produites le 20 mai [REDACTED])

¹³ Pce 14 des pièces produites le 20 mai [REDACTED]

¹⁴ Pce 13 des pièces produites le 20 mai [REDACTED]

(...)



Junta de Freguesia de Calde
VISEU

DECLARAÇÃO

A Junta de Freguesia de Calde, Concelho de Viseu, declara para os devidos efeitos que [REDACTED], nascida a [REDACTED], natural e residente Rua [REDACTED], nº [REDACTED] - [REDACTED] Calde, desta Freguesia, Concelho de Viseu, portadora do Bilhete de Identidade nº [REDACTED] do Arquivo de Identificação de Viseu de [REDACTED], casada com [REDACTED] nascido a [REDACTED], portador do BI nº [REDACTED] do Arquivo de Identificação de Viseu de [REDACTED], residente na mesma morada.

Declarou a esta Junta que durante o ano de 2016, seu genro [REDACTED], casado, emigrante na Suíça, onde trabalha, por ele foi dito e por esta junta confirmado que lhe enviou durante o ano 2016, a importância de 7.200 Francos Suíços para fazer face a despesas com a sua alimentação, vestuário e saúde, assim como de sua esposa, o selo branco em uso nesta Junta.

Póvoa, secretaria da Junta, 02 de Janeiro de 2017

O PRESIDENTE

[Assinatura ilegível]

[REDACTED]

WILAYA
d. BISKRA

DAIRA
d. BISKRA

COMMUNE
d. BISKRA

ETAT CIVIL

N°
11/12/19

(1) En toutes lettres.
(2) Nom et prénoms de l'enfant.
(3) Par le père, le médecin, la sage-femme ou toute autre personne ayant assisté à l'accouchement.

REPUBLIQUE ALGERIENNE DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE

ACTE DE NAISSANCE

Copie Intégrale

Le (1) Décembre

à 01. heure, et 45 minutes est né à Biskra

(2)

du sexe Féminin, fille de

et de

domiciliés à Biskra

Dressé le (1) Décembre

à 15. heure sur la déclaration

faite (3) Par Directeur De L'hôpital De Biskra.

Marié le
avec
Fait le

Valable Uniquement
Pour l'Etranger

EC 12 - Imp. EACB Biskra

suivent les signatures :

Pour copie conforme :

Biskra le :

Cachet de la Commune,

[Signature illisible]

أحمد السعيد البلدي
الإداري

عبد المطلب إبراهيم زعيني



ANEXO VIII

TUTORIAIS DÉJÀ VU

Primeiros Passos

Alinhamento

ANEXO O – Primeiros Passos

Ao abrir o Déjà vu, aparece o seguinte ambiente de trabalho que, para um olhar mais desatento, se confunde com o do Microsoft Word. Para iniciar a tradução, temos que ir à coluna New > Project.

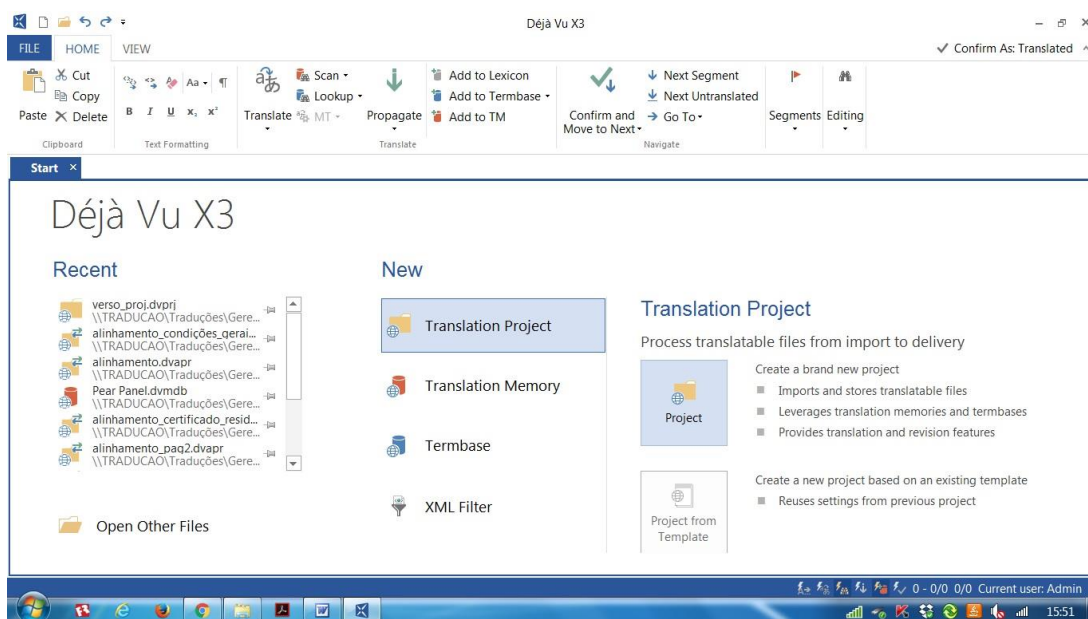


Fig. 17 – Ambiente de trabalho Déjà Vu

De seguida, temos que seleccionar onde queremos guardar o nosso projeto de tradução.

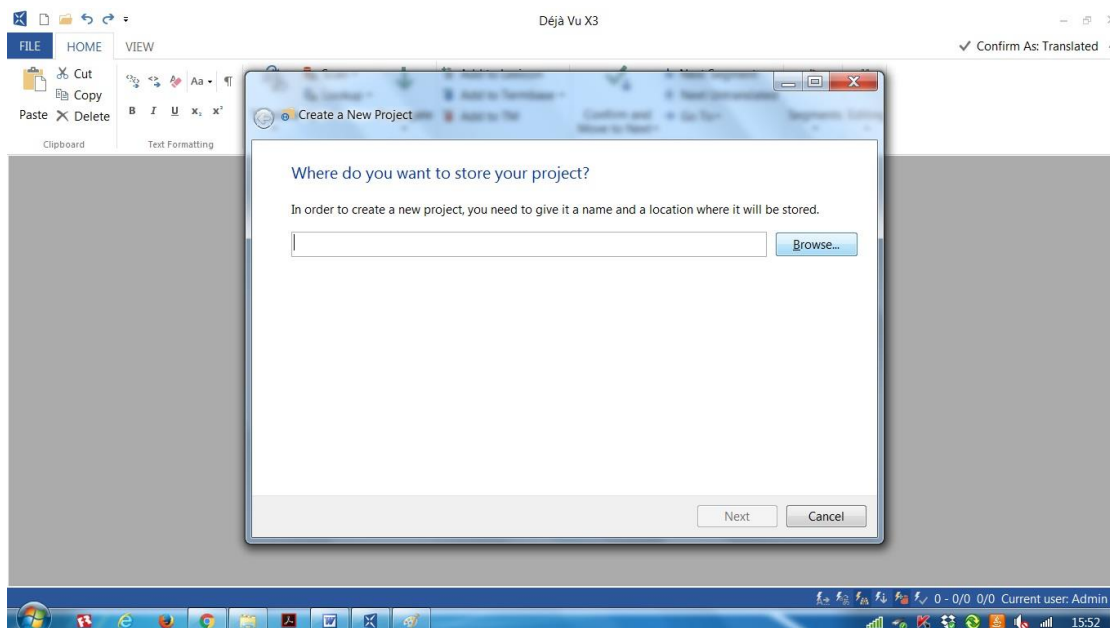


Fig. 18 – Seleção do local para guardar o projeto

Depois de escolher a localização do nosso projeto, é necessário escolher as línguas de trabalho.

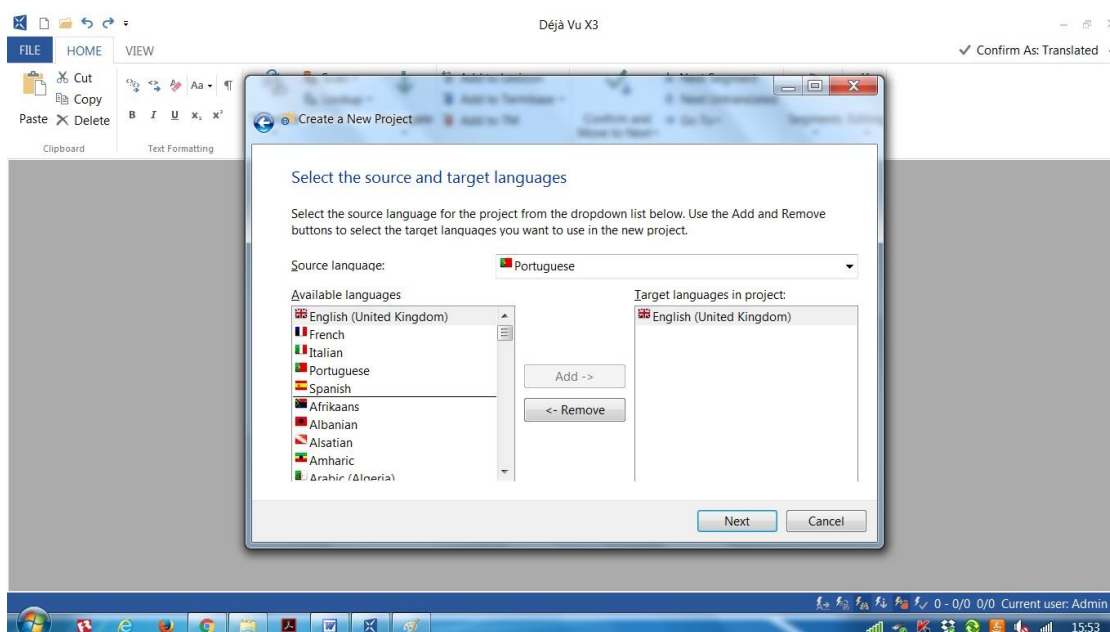


Fig. 19 – Seleção das línguas de trabalho

De seguida, é-nos pedido para escolher a memória de tradução que queremos utilizar. Também temos a opção de criar uma nova ou não utilizar nenhuma.

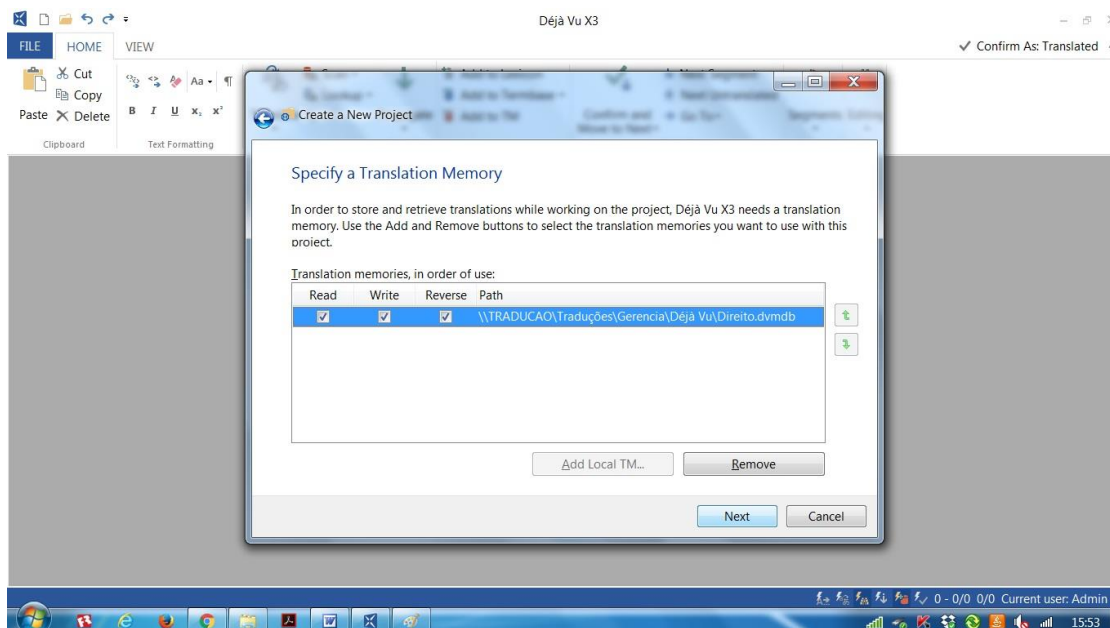


Fig. 20 – Seleção da memória de tradução

De seguida, temos que escolher a base terminológica. Mais uma vez, podemos escolher criar uma nova ou não utilizar nenhuma.

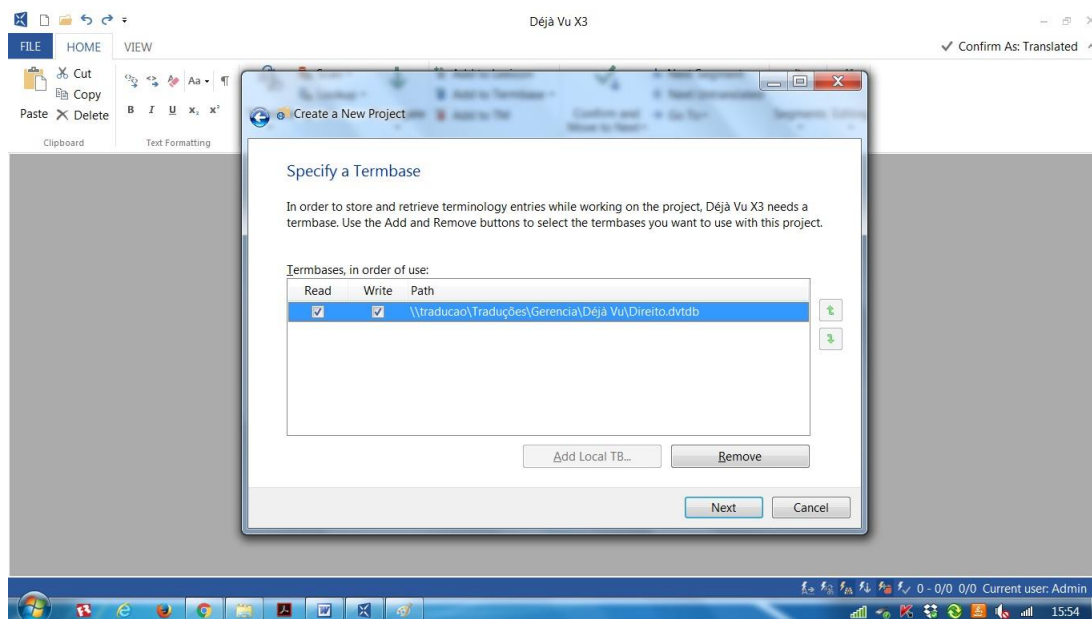


Fig. 21 – Seleção da base terminológica

Depois temos de indicar a localização do nosso texto de partida.

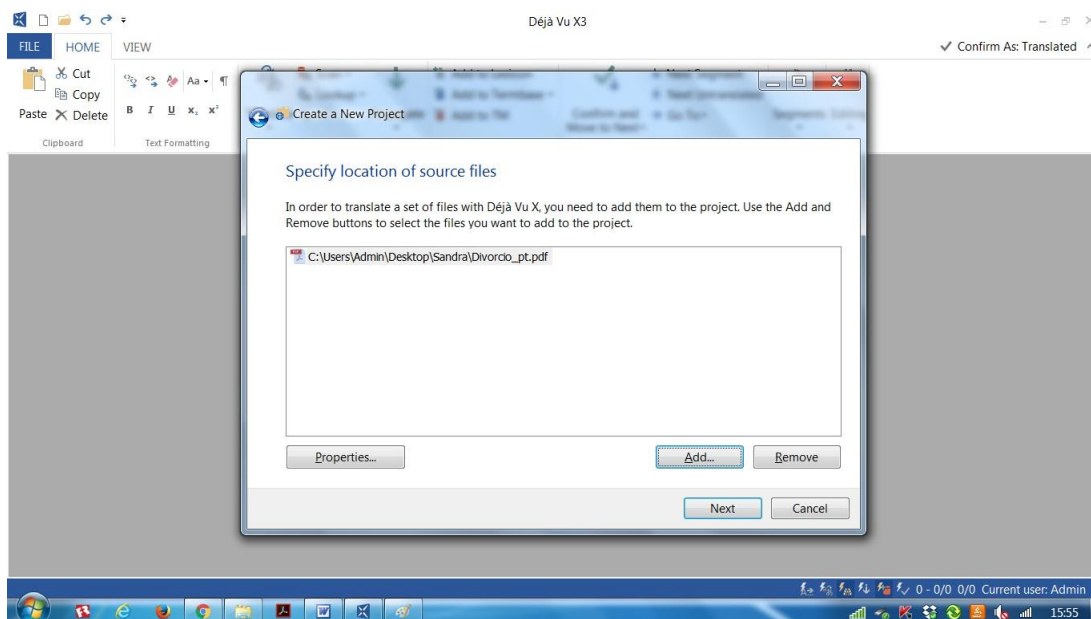


Fig. 22 – Seleção do Texto de Partida

Depois temos de aguardar enquanto o Déjà Vu cria o nosso projeto e esperar até nos aparecer a seguinte mensagem.

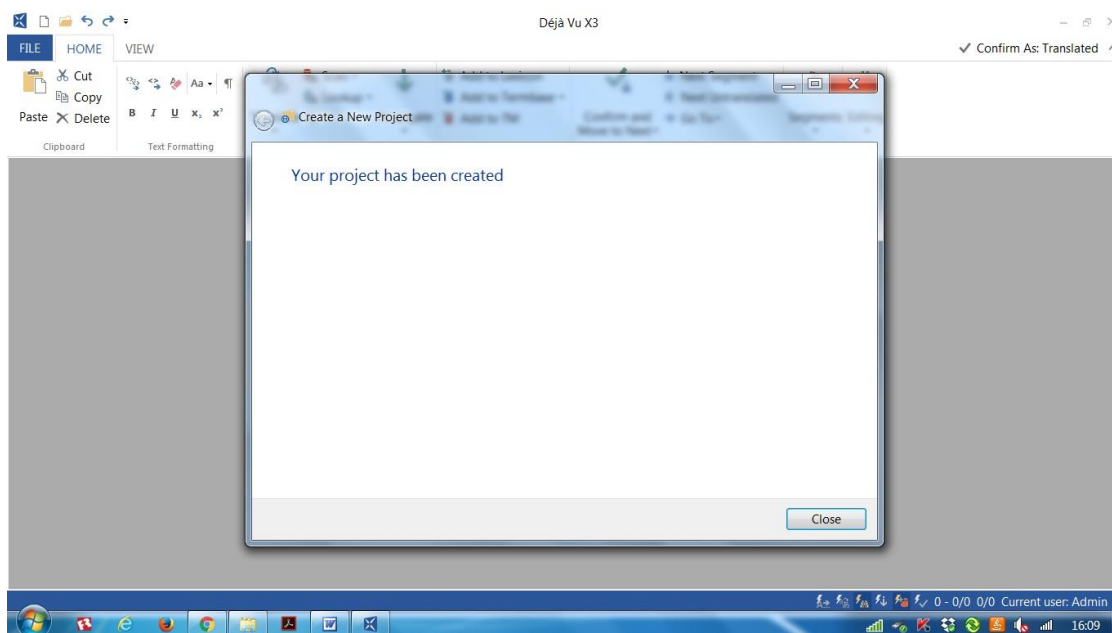


Fig. 23 – Projeto criado

Depois de fechar a janela da figura 18, podemos começar a trabalhar. O ambiente de trabalho continua parecido com o do Microsoft Word, exceto na área dedicada à tradução, como podemos ver na figura 19 abaixo.

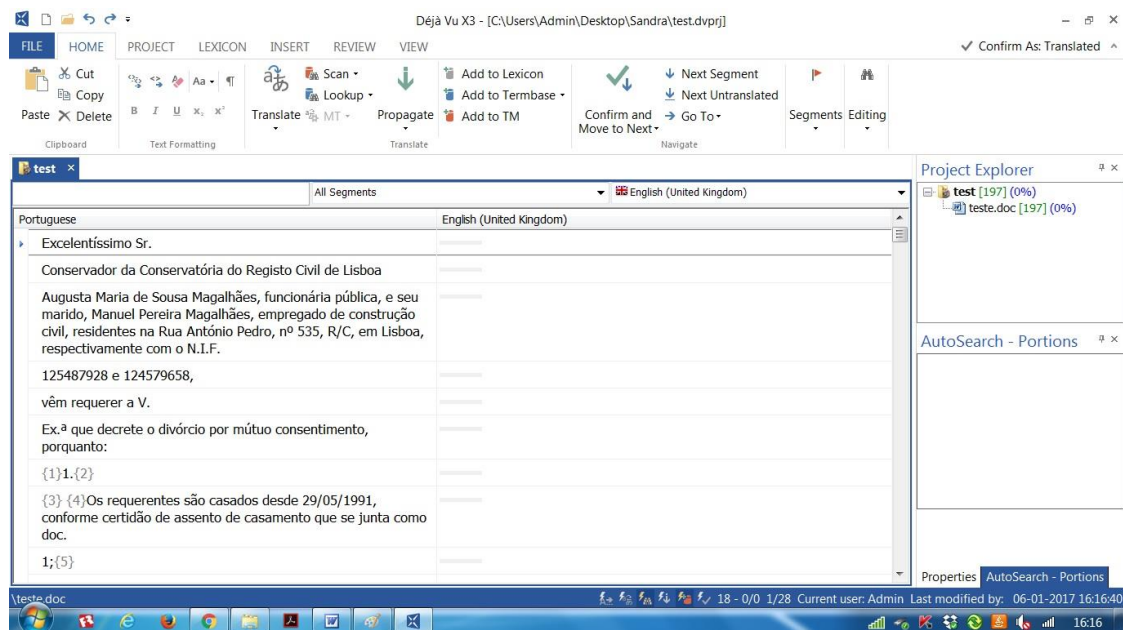


Fig. 24 – Ambiente de trabalho para Tradução

ANEXO P – Alinhamento

Para fazer um alinhamento temos de ir a File > New > Alignment > Alignment Workfile

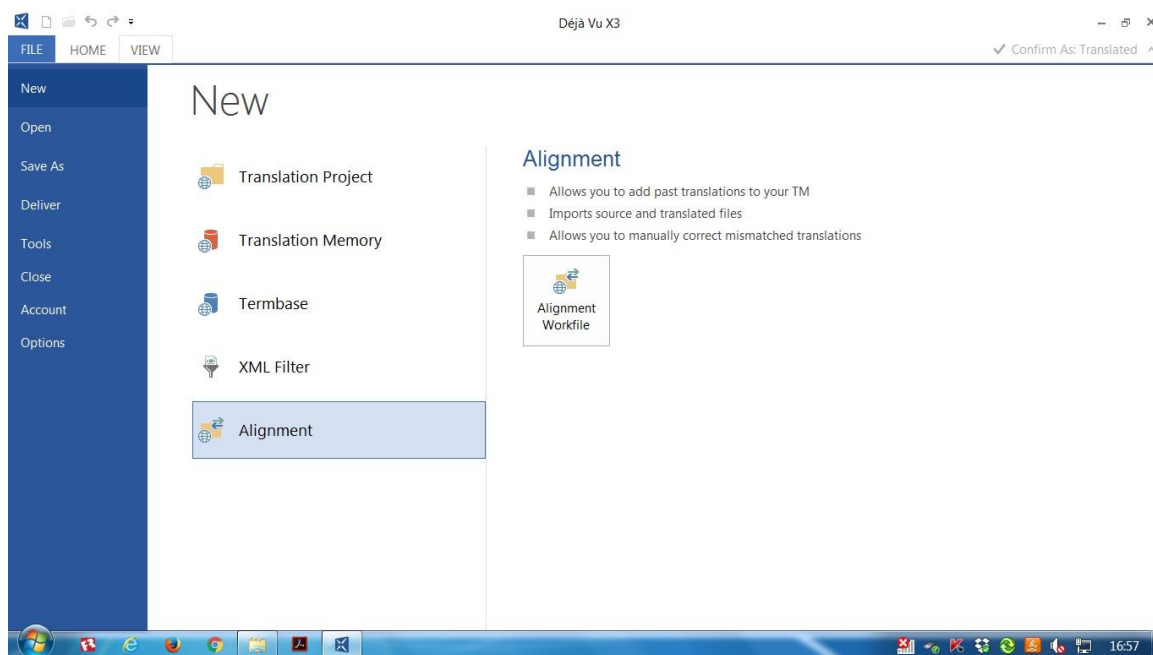


Fig. 25 – Iniciar alinhamento

De seguida, temos de escolher criar um novo alinhamento ou abrir um já existente.

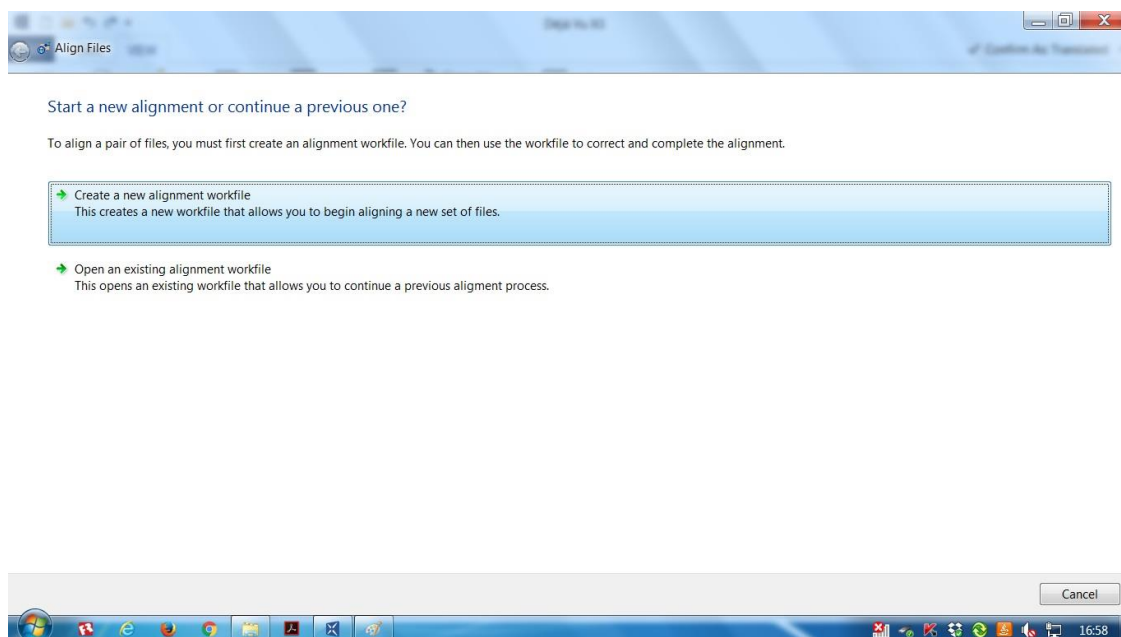


Fig. 26 – Criar novo alinhamento

Normalmente teria que criar um novo alinhamento, depois, teria que selecionar a pasta onde queria guardar o projeto de alinhamento.

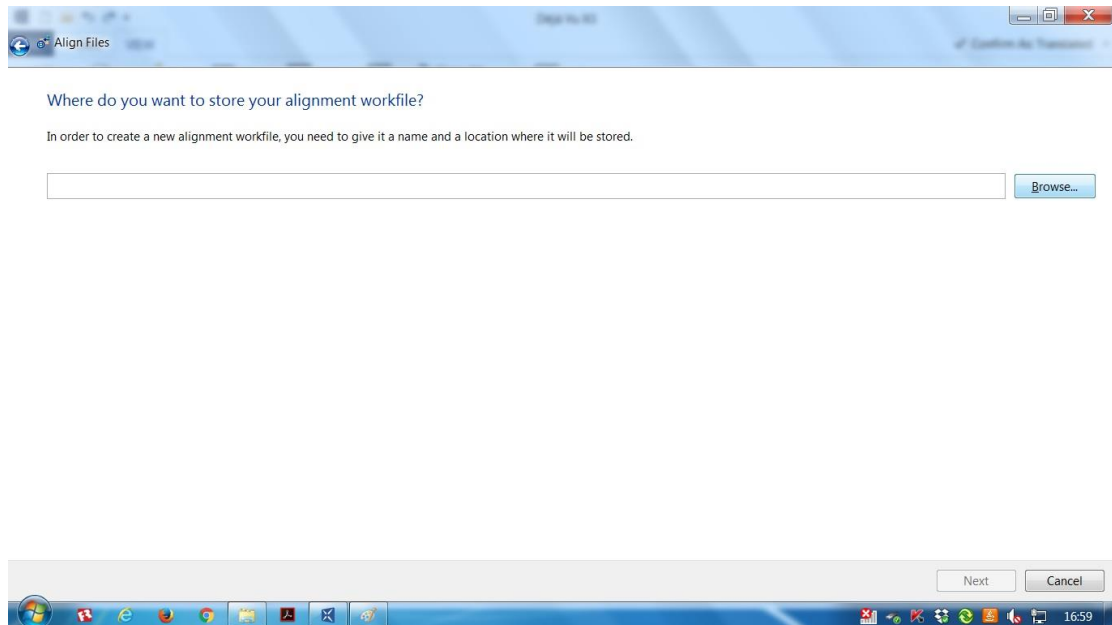


Fig. 27 – Guardar alinhamento

De seguida, é necessário dizer ao programa quais são as línguas dos documentos que vamos inserir e inserir os documentos.

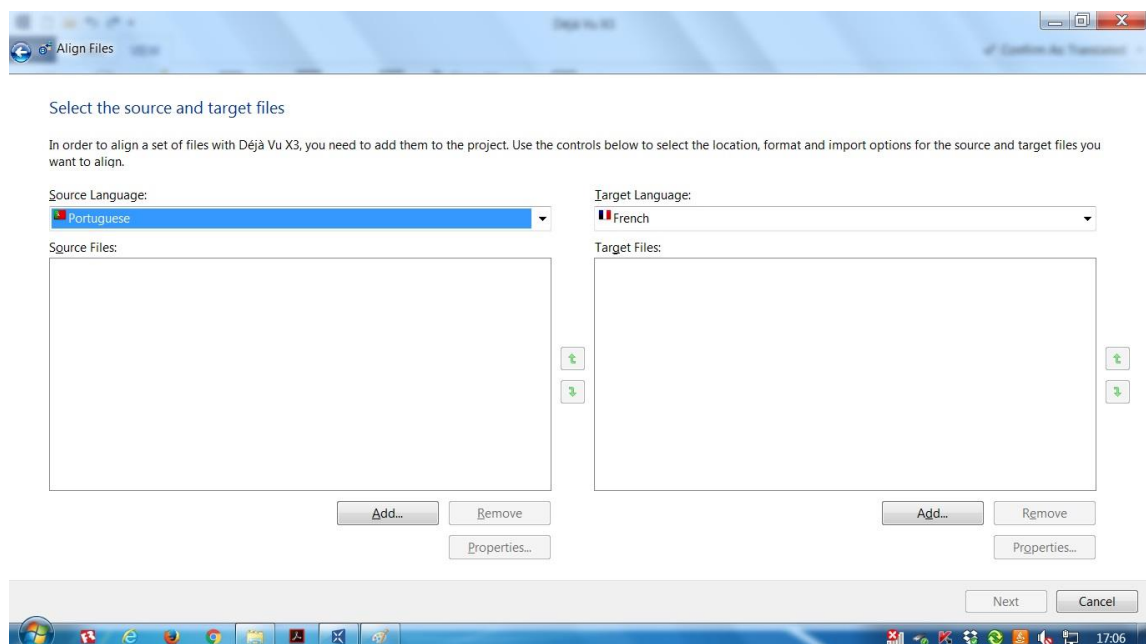


Fig. 28 – Escolha das línguas e inserção dos documentos

Depois aparece-nos o nosso campo de trabalho e temos que analisar os documentos e verificar se os segmentos correspondem.

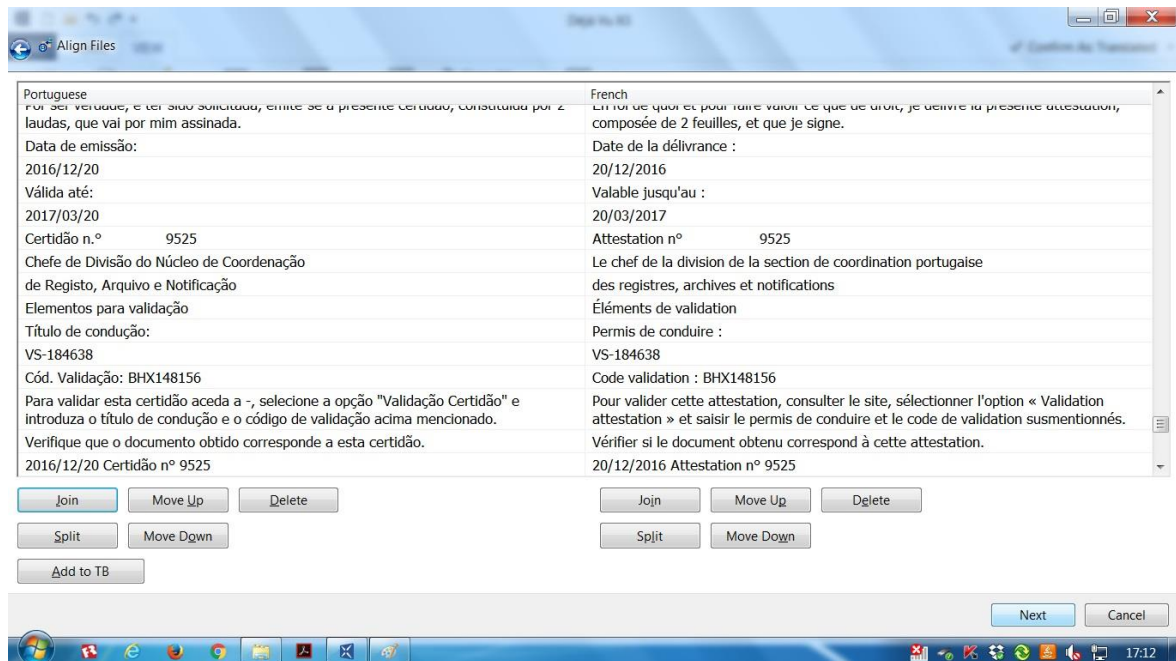


Fig. 29 – Ambiente de trabalho do alinhamento

Após verificarmos se todos os segmentos estão alinhados, temos que seleccionar a memória onde queremos guardar o alinhamento.

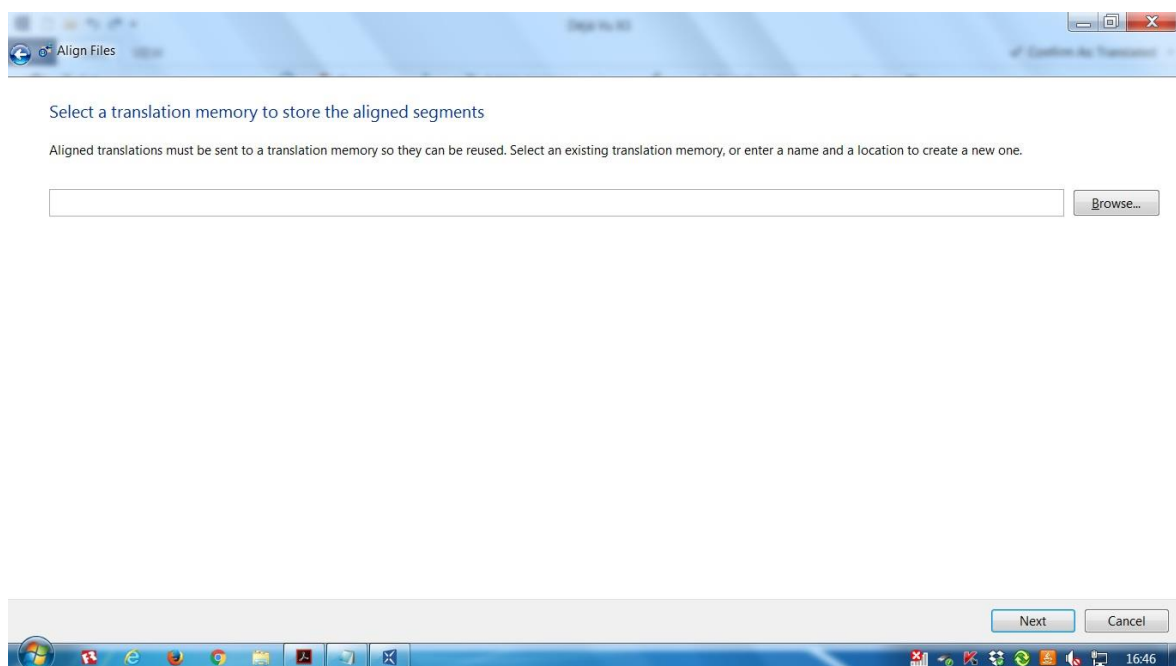


Fig. 30 – Seleção da memória para alinhamento

De seguida, aparecer-nos-á uma mensagem de que o alinhamento foi guardado na memória.



Fig. 31 – Alinhamento guardado na memória